

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
-DOUTORADO-**

**NATALÍCIO PEREIRA LACERDA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO NA  
REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS MUNICÍPIOS  
DE SINOP E DE LUCAS DO RIO VERDE - MT**

Santa Cruz do Sul

2013

NATALÍCIO PEREIRA LACERDA

POLÍTICAS PÚBLICAS, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO NA  
REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS MUNICÍPIOS  
DE SINOP E DE LUCAS DO RIO VERDE - MT

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Regional – Doutorado área de  
concentração em Desenvolvimento  
Regional, Universidade de Santa Cruz  
do Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Cezar Arend

Santa Cruz do Sul

2013

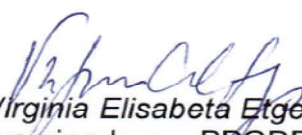
Natalício Pereira Lacerda

**POLÍTICAS PÚBLICAS, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO NA  
REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS  
MUNICÍPIOS DE SINOP E DE LUCAS DO RIO VERDE**

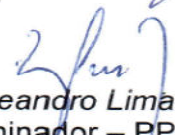
Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.



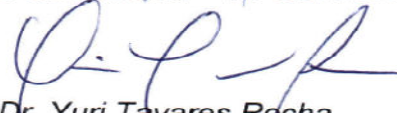
*Dr. Silvio Cezar Arend*  
Professor orientador – PPGDR/UNISC



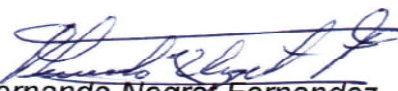
*Dra. Virginia Elisabeta Etges*  
Professora examinadora – PPGDR/UNISC



*Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira*  
Professor examinador – PPGDR/UNISC



*Dr. Yuri Tavares Rocha*  
Professor examinador - USP



*Dr. Fernando Negret Fernández*  
Professor examinador - Faculdade Alves Faria

Santa Cruz do Sul  
2013

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha família: minhas filhas, Gabriele, que nos momentos mais difíceis tirava minha concentração com palavras que refrigeravam meu coração com palavras “papai eu te amo”; e Camila, que, mesmo na difícil fase da adolescência, do seu jeito procurou me ajudar. À minha querida esposa, amiga e companheira, Rosângela que, nos momentos de angústia, procurou me compreender e incentivar.*

*Ao meu orientador, professor Dr. Sílvio Cezar Arend. Sem ele, a realização deste trabalho seria impossível, pelo incentivo e o apoio que me deu e a atenção que dispensou no decorrer da elaboração desta tese, além do tempo, a troca de ideias e, acima de tudo, da paciência que teve comigo.*

*Aos amigos Almir Arantes, Claudete Sroczynski, Aumeri Carlos Bampi e Carlos Eduardo Roika Junior. Jamais poderia esquecer essa energia invisível que procuramos, cada vez que nos sentimos sós e angustiados, que denominamos de “DEUS”.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às Instituições, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Curso de Administração, Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso (FAPEMAT) pela bolsa de estudos concedida, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPDR) pelo apoio e pela valiosa contribuição de seus conhecimentos sem as quais seria impossível realizar esse trabalho.

Os meus agradecimentos também à administração das Prefeituras Municipais de Lucas do Rio Verde e de Sinop, pelas portas abertas sempre que precisei.

A todos os demais colegas, professores e funcionários administrativos que, sempre me ajudaram e até incentivaram.

Enfim, é difícil citar nomes sem esquecer alguém, pois todos tiveram o seu papel ao meu crescimento, não só como pesquisador, mas também como pessoa. Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, ajudaram na elaboração deste trabalho. Meu muitíssimo obrigado!

O capitalismo como o comunismo são “filhos bastardos da Bíblia”, pois são “dois credos progressistas moldados na fé bíblica” que exigem de “seus adeptos que nunca percam a fé no futuro, mantendo diante de seus olhos a visão de um amanhã melhor, quer esse amanhã contenha um produto nacional bruto maior ou um paraíso dos trabalhadores”, (CAHILL,1999).

## RESUMO

O presente estudo aborda os programas e os projetos do governo brasileiro que culminaram no processo de ocupação territorial da região norte mato-grossense e suas influências no desenvolvimento dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. A escolha específica desses dois municípios como base de estudo deu-se em função das peculiaridades históricas que envolveram a implantação dos seus projetos de colonização, pelo seu dinamismo econômico e os problemas socioespaciais gerados por esse processo. A política de ocupação da região norte de Mato Grosso teve como um dos desígnios iniciais a possibilidade de ocupar os espaços considerados demograficamente “vazios” do território brasileiro por meio das migrações e direcionar o fluxo migratório para a Amazônia Legal. O objetivo deste estudo é investigar e analisar as conexões entre migração e desenvolvimento, sob um olhar multidisciplinar, sobre os projetos e programas implantados nessa área longínqua do território brasileiro. O estudo foi realizado nos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde, localizados na região norte Mato-Grossense, originários de projetos de colonização pública e privada nas décadas de 1970 e 1980 respectivamente. Esses projetos foram elaborados com a intenção de amenizar as tensões sociais geradas pela concentração fundiária no sul do país devido ao processo de modernização agrícola e sua incorporação à economia globalizada que promoveu a interdependência social e econômica entre o campo e a cidade. O estudo desta pesquisa é a política de desenvolvimento traçada pelo governo federal e sua relação com a segregação e exclusão social na região. Para tanto analisou-se o processo de desenvolvimento da região norte mato-grossense, a partir dos projetos das Glebas Celeste e Rio Verde, culminando com as reconfigurações territoriais do municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Desenvolvimento. Território. Ocupação. Exclusão. Segregação socioespacial.

## **ABSTRACT**

The present study focuses on the programs and projects of the Brazilian government that culminated in the process of territorial occupation of northern Mato Grosso and its influences on the development of the municipalities of Sinop and Lucas do Rio Verde. The specific choice of these two municipalities based study took place on the basis of historical peculiarities which evolved the implementation of its projects of colonization, its economic dynamism and social spatial problems generated by this process. The policy of occupation of northern Mato Grosso had as one of the initial purposes the possibility of occupying the spaces considered demographically "voids" of the Brazilian territory through migration and direct the flow of migrants into the Amazon. The aim of this study is to investigate and analyze the connections between migration and development, under a multidisciplinary look on the projects and programs implemented in this remote area of Brazil. The study was conducted in the cities of Sinop and Lucas do Rio Verde, located in northern Mato Grosso, originating from colonization projects public and private in the 1970s and 1980s respectively. These projects were designed with the intention to ease social tensions generated by the concentration of land in the south due to the process of agricultural modernization and its incorporation into the global economy that has promoted economic and social interdependence between country and city. The study of this research is the development policy outlined by the federal government and its relationship with the segregation and social exclusion in the region. Therefore we analyzed the process of development of the northern region of Mato Grosso, from the designs of Glebas Celeste and Rio Verde, culminating with the territorial reconfigurations of the municipalities of Sinop and Lucas do Rio Verde.

Keywords: Public policy. Development. Territory. Occupation. Exclusion. Sociospatial segregation.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Brasil: Ciclo de exploração econômica - Século XVII.....	29
Figura02	Capitania de Mato Grosso.....	32
Figura 03	Plano rodoviário de 1937.....	50
Figura 04	Programas para ocupação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.....	56
Figura 05	Território ocupado pelos índios Kaiabis.....	74
Figura 06	Localização dos Projetos de Assentamento Conjunto .....	76
Figura 07	Propaganda enaltecendo as terras de Mato Grosso.....	77
Figura 08	Localização da área de estudo.....	78
Figura 09	Projeto de autorização do INCRA (1974).....	80
Figura 10	Croqui do município de Sinop e o parcelamento territorial.....	81
Figura 11	Município de Sinop no início de sua ocupação (1974).....	82
Figura 12	Madeira no início da ocupação.....	84
Figura 13	Cultura do café no município de Sinop.....	85
Figura 14	Sinop Agroquímica.....	87
Figura15	Folder de divulgação do empreendimento de colonização da Gleba Celeste.....	88
Figura 16	Sede da Embrapa Agropastoril.....	90
Figura 17	Taxa de crescimento populacional anual de Sinop e demais áreas selecionadas.....	92
Figura 18	Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do município em 2009.....	93

Figura 19	Taxa de crescimento do PIB por setor econômico no município e no Estado entre 2005 a 2009.....	94
Figura 20	Admitidos e demitidos em 2004 a 2010.....	94
Figura 21	Distribuição dos postos de trabalho.....	95
Figura 22	Despesas públicas do Município Sinop 2010.....	96
Figura 23	Vista aérea do município de Sinop 2010.....	97
Figura 24	Divisão territorial do município Sinop (2001).....	98
Figura 25	Desenho urbano do Município de Sinop.....	99
Figura 26	Área destinada ao assentamento Lucas do Rio Verde.....	102
Figura 27	Localização da Encruzilhada Natalino.....	103
Figura 28	Vista área de Gleba Rio Verde em 1984.....	104
Figura 29	Vista aérea do espaço urbano do município de Lucas do Rio Verde 2012.....	107
Figura 30	Desenho do projeto de mobilidade urbana do Município de Lucas do Rio Verde.....	108
Figura 31	Concepção urbanística do município de Lucas do Rio Verde.	109
Figura 32	Reorganização do território urbano de Lucas do Rio Verde.....	110
Figura 33	Área de lazer no Município de Lucas do Rio Verde.....	111
Figura 34	Taxa de crescimento populacional anual por área selecionada	112
Figura 35	Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município em 2009.....	114
Figura 36	Admitidos e demitidos em 2004 a 2010.....	115
Figura 37	Distribuição dos postos de trabalho.....	115
Figura 38	Distribuição dos gastos municipais em Lucas do Rio Verde.....	116
Figura 39	Vista aérea do setor industrial do município de Lucas do Rio Verde.....	117
Figura 40	Integração industrial do Município de Lucas do Rio Verde.....	118
Figura 41	Usina hidrelétrica Canoa Quebrada.....	119

Figura 42	Vista aérea da Sadia	121
Figura 43	Principais projetos de infraestrutura do Programa Avança Brasil.....	123
Figura 44	Investimentos do PAS em infraestrutura de transportes.....	124
Figura 45	Expansão dos eixos ferroviários.....	125
Figura 46	Área de desmatamento nos Municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde.....	131
Figura 47	Bairro Tessele Junior e centro urbano.....	138
Figura 48	Planejamento do Sistema viário do Município de Sinop.....	140
Figura 49	Planejamento do Sistema viário do Município de Lucas do Rio Verde.....	143
Figura 50	Projeto habitacional popular no município de Lucas do Rio Verde.....	147
Figura 51	Bairro Belo Ramo e Chácaras São Cristovão.....	149
Figura 52	Localização das habitações populares no município Lucas do Rio Verde.....	151
Figura 53	Representações do universo simbólico no município de Lucas do Rio Verde.....	154
Figura 54	Outdoor em via pública anuncia o novo empreendimento imobiliário no município de Sinop.....	157
Figura 55	Outdoor do condomínio residencial da mata em via pública no Município de Lucas do Rio Verde.....	158
Figura 56	Folder do condomínio Carpe Dien no município de Sinop.....	159
Figura 57	Localização dos Condomínios no Município de Sinop.....	162

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 01	Principais projetos de colonização no Estado de Mato Grosso.....	61
Quadro 02	Usinas projetadas para a Bacia do Teles Pires.....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Conflitos Agrários.....	66
Quadro 02	População e densidade demográfica e área do Município de Sinop.....	90
Tabela 03	Arrecadação de ICMS total por Regiões de planejamento período: 2007- 2011 - em R\$ 1,00.....	91
Tabela 04	Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IDFM).....	92
Tabela 05	População, densidade demográfica e área do Município de Lucas do Rio Verde.....	111
Tabela 06	Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IDFM).....	113
Tabela 07	Estimativa de produção de soja para Mato Grosso safra 2012/2013 em toneladas.....	127
Tabela 08	Área desmatada por município.....	131
Tabela 09	Total da população de Mato Grosso, por Municípios, nos anos 2000 e 2010.....	133
Tabela 10	Rendimentos em salários mínimos.....	144

## SIGLAS E ABREVIATURAS

BASA	Banco da Amazônia
CAM	Correio Aéreo Nacional
BEC	Batalhão de Engenharia e Construções
CME	Coordenação de Mobilização Econômica
CNEPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CEP	Comissão do Planejamento Econômico
CEPA	Campus Experimental de Pesquisa Agropecuária
CFCE	Conselho Federal do Comércio Exterior
CIRAD	Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrícola
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
COLÍDER	Colonizadora Líder
COMICEL	Cooperativa Mista Celeste
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERLUCAS	Cooperativa Mista Lucas do Rio Verde
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale Do Rio Doce
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FBC	Fundação Brasil Central
DASP	Departamento de Administrativo do Serviço Público
DGEO	Departamento de Geografia

DNER	Departamento Nacional de Estrada de Rodagem
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMEA	Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária
INBRA	Instituto Brasileiro da Reforma Agrária
INDECO	Integração, Desenvolvimento e Colonização
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Projeto de Assentamento Dirigido
PADIC	Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PEA	Projeto Especial de Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PLADESCO	Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste
PNB	Produto Nacional Bruto

PND	Plano Desenvolvimento Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCEDER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste
PROMAT	Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SEPLAM	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SINOP	Sociedade Imobiliária Noroeste Paraná
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SAQ	Sinop Agroquímica Sociedade Anônima
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia



## SUMÁRIO

Páginas

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	08
LISTAS DE QUADROS.....	11
LISTAS DE TABELAS.....	12
LISTA ABREVIATURAS.....	13
1. INTRODUÇÃO .....	19
2. CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO .....	28
2.1 Formação regional no contexto territorial brasileiro: algumas considerações sobre Território, espaço, região.....	38
2.2.1 A ocupação e a organização do território mato-grossense a partir de uma abordagem geopolítica.....	44
2.3 O Estado de Mato Grosso no contexto da consolidação do território nacional.....	52
2.3.1 O Regime Militar e as políticas para reocupação do território Mato-grossense no contexto da Amazônia Legal.....	54
3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SINOP E LUCAS DO RIO VERDE.....	68
3.1 As reconfigurações territoriais dos Municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde no norte de Mato Grosso.....	72
3.2 O Projeto da Gleba Celeste.....	79

3.3 O Projeto da Gleba Rio Verde.....	100
4. PROGRAMAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SINOP E LUCAS DO RIO VERDE.....	122
5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NOS MUNICÍPIOS.....	130
5.1 As desigualdades sociais e a ocupação do espaço urbano. ....	145
6. CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS.....	171

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e integração econômica dos municípios ocorreu amparado por políticas públicas, que respeitavam à lógica de interesses exógenos para a região. O problema é que esse processo de integrar essas áreas ao capital internacional se fez calcado apenas em uma lógica economicista, sem contrapartidas sociais.

As consequências sociais da integração dessas áreas ao capital internacional ocorreram com base na através da modernização do setor agrícola nas últimas cinco décadas. A introdução da cultura mecanizada (revolução verde)<sup>1</sup> e o consequente aumento da produção modificaram as bases estruturais da agricultura e do espaço rural brasileiro. Esse novo formato modificou as tradicionais relações de trabalho e de arrendamento, que absorviam enorme contingente demográfico dessas áreas rurais, resultando na falência dos estabelecimentos familiares. Agravaram-se, por isso, as disparidades sociais nesse espaço, sendo que esses agricultores familiares foram deslocados para diversas áreas, formando um grupo social de excluídos, resultado típico de interesses externos da modernização agrícola brasileira (KOHLHEPP, 1991).

Assevera Cunha (2006, p. 89):

O que se percebe em Mato Grosso é que este Estado, hoje, particularmente em termos migratórios, está muito aquém daquilo que foi na década de 70 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola. Não é por acaso que o Estado, atualmente, apresenta elevado grau de urbanização, onde os centros urbanos tornaram-se as últimas opções para a permanência dos migrantes ali chegados, situação que se agrava quando se considera o reduzido potencial de absorção demográfica da maioria deles.

Os pequenos e médios centros urbanos, como as cidades de Sinop e de Lucas do Rio Verde, têm enfrentado vários problemas ligados às migrações internas devido à falência das bases econômicas e o redimensionando das atividades produtivas de outras

---

<sup>1</sup> A chamada Revolução Verde, “foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo [...] ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações”. Brum (1988, p. 44)

regiões. Esse fator tem aumentando a concentração populacional nesses novos centros urbanos, contribuindo para a expansão do perímetro urbano e ao aparecimento de núcleos de pobreza e um crescente aumento no processo de segregação socioespacial<sup>2</sup> e de todas as carências que o acompanham, tais como, a falta de equipamentos públicos, formas de acessibilidade e mobilidade urbana.

O elevado ritmo de crescimento econômico e demográfico dos municípios estudados traz a debate uma série de questões acerca do sentido de suas transformações socioespaciais urbanas. Essa situação se apresenta de forma contundente quanto ao papel do poder público que procura atender, na maioria dos casos, apenas aos interesses especulativos de valorização dessas áreas ao regulamentar a ocupação e a expansão do perímetro urbano.

Conforme apontam Santos e Silveira (2001, p. 257-258):

[...] esses espaços globalizados tanto são agrícolas como industriais e de serviços, e caracterizam-se pela sua inserção numa cadeia produtiva global, pelas relações distantes e, frequentemente, estrangeiras que criam e também pela sua lógica extrovertida. Mas o território não é “global”, ele não é completamente globalizado. No entanto, e seja como for, o comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é direta ou indiretamente, influenciando e, em muitos casos, subordinado, acarretando com isso efeitos não desejados e não previsíveis. Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesmas e desordem para o resto. De modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para os demais atores.

A incapacidade e a ausência do poder público geram diversos conflitos tais como a incompatibilidade das diferentes atividades desenvolvidas nas áreas rurais e urbanas dos municípios estudados; a falta de planejamento para implantação de escolas, de unidades de saúde e o precário sistema de circulação das vias urbanas que dificultam a acessibilidade e a mobilidade a esses direitos básicos. Agrega-se a essas carências, a falta de regularização das propriedades periféricas e o acesso à moradia. Esses fatores,

---

<sup>2</sup> [...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade) (SOUZA 2009, p. 24-25).

além de gerarem conflitos, são facilitadores da segregação socioespacial, que pode levar à exclusão social. As mudanças ocorridas no norte mato-grossense representaram para os migrantes, em um primeiro momento, uma fronteira de esperança e inclusão, entretanto, ruma-se novamente à reprodução dos mesmos processos que levaram à exclusão dos primeiros habitantes dessa região como indígenas e caboclos.

A integração da região norte mato-grossense a economia global ocorreu por meio de vários programas e políticas de ocupação como a Política de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), Programa de Polos Agropecuários da Amazônia (POLAMAZONIA), Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), Programa Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). Além desses programas especiais, que favoreceram a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia, foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) para fomentar esses programas. As políticas e os programas aumentaram oferta de terra, atraindo milhares de famílias e de aventureiros para a região, movidos pelo desejo de uma vida melhor.

A modernização dos mecanismos de produção e a busca de maior produtividade e competitividade internacional deixaram e deixam marcas profundas no contexto socioespacial devido ao uso e à ocupação do solo. Os impactos sociais são visíveis tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos, fato esse gerador de conflitos pela posse da terra e pelo aniquilamento das pequenas propriedades rurais, que foram incorporadas ao mercado imobiliário em um processo de periferização e segregação urbana.

Conforme apresentado por Martins (2003, p.63):

A modernização foi proposta como perda, como substituição, isto é, como dominação e aniquilamento daquilo que os agricultores de fato sabiam fazer e lhes pertencia". A vivência (prática) destes atores – que lhes informa sua condição de marginalidade – tornou-se não só meio de construir identidade, mas tornou sua condição (de excluído) o "meio de identificação positiva com o alternativo", construindo uma faixa intermediária de alternativas econômicas e sociais.

Tais municípios, nas últimas três décadas, tornaram-se referência no processo de desenvolvimento econômico regional na área de produção agroindustrial. No caso do município de Lucas do Rio Verde e em Sinop, destaca-se a área de serviços, principalmente, nos setores educacionais, comerciais e bancários, atendendo toda a região norte mato-grossense.

O município de Sinop foi fruto de um empreendimento de colonização particular implantado pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), empresa originária do Estado Paraná, iniciado na década de 1970. Naquele mesmo período, a região norte do Estado foi dividida entre três sociedades (COLÍDER, SINOP E INDECO) com o intuito de implantarem programas de colonização, seguindo o plano de urbanismo rural<sup>3</sup> planejado pelo INCRA, ligado às estradas e às rodovias (TEIXEIRA, 2006).

A colonização do município de Sinop baseou-se no assentamento de colonos sulistas, especialmente paranaenses, em 3.800 lotes de 120 a 150 hectares, por pequenos proprietários familiares, dotados de alguma experiência e recurso financeiro. Foram assistidos pela cooperativa Mista Celeste (COMICEL) que deu a sustentação inicial aos recém-chegados (TEIXEIRA, 2006).

As chácaras e lotes formam os setores que representam unidades territoriais maiores, uma espécie de divisão administrativa interna da gleba. Cada setor dispõe de um centro. Este é conhecido como centro de convergência ou comunidade. A comunidade se constitui de capela, escola, um barracão de festas ligado à igreja ou a escola, um armazém (localmente denominado de venda) e um campo de futebol. A comunidade tem assim, uma função social bem definida. Ela congrega colonos especialmente nos domingos e feriados. Aí os colonos ativam seus contatos com os vizinhos processando as trocas de informações, de experiências até mesmo comerciais além das atividades vinculadas aos aspectos de recreação, lazer e religião. Essas últimas se concretizam sob as formas de festas dos santos de sua devoção, batizados, casamentos, missas ou cultos, por ocasião da vinda do padre ou do pastor (OLIVEIRA, 1983, p. 56).

---

<sup>3</sup> O INCRA projetou o modelo que foi incorporado pelo PIN no qual o processo de ocupação deveria obedecer a estratégias de polos de desenvolvimento com três tipos de urbanização rural: (1) Agrovila: seria um pequeno centro rural onde os trabalhadores poderiam morar, serviria para integrar a população agrícola, deveria conter até 1.500 habitantes e ser provida de escola, posto de saúde, administração e armazém; (2) Agrópolis: serviria como centro urbano industrial, cultural e administrativo que englobaria de oito a 12 agrovilas. Teria cerca de 3000 habitantes, com escola secundária, cooperativa, atendimento médico-odontológico, agroindústrias, correios, telégrafos, centro telefônico e hotel e (3) Rurópolis: um núcleo urbano maior e mais diversificado, com serviços públicos e privados. Teria um raio de alcance de 70 a 140 quilômetros, servindo de apoio para as agrovilas e às agrópolis. (IANNI, 1979, p. 34).

O município de Lucas do Rio Verde foi viabilizado pelo Programa de Colonização Dirigida, que propunha assentar famílias de sem terras oriundas do Estado do Rio Grande Sul nos anos 1980. Os assentados, totalizando 203 famílias, eram originários do acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS. Para Lucas do Rio Verde igualmente se deslocou um grupo de 50 famílias, oriundas de São Paulo ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra; os lotes distribuídos variavam de 100 a 500 hectares. Essas pessoas foram vinculadas à Cooperativa Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS) que, juntamente com o INCRA, foi responsável pela assistência técnica dos posseiros<sup>4</sup> e parceiros<sup>5</sup>. Esse envolvimento pode ser observado na organização, no planejamento, desenvolvimento, crescimento e infraestrutura do núcleo urbano do município (ROCHA, 2006).

O surgimento do município esteve diretamente ligado ao projeto de colonização do INCRA, os parceiros, apesar de terem chegado antes dos assentados da cooperativa Holambra, não foram reconhecidos, sendo considerados como desordeiros e inaptos ao trabalho no campo. Os posseiros e os assentados da cooperativa, no entanto, eram valorizados, considerados empreendedores com espírito de solidariedade e coragem. As desigualdades econômicas e sociais chamam a atenção em relação à terra e às práticas produtivas além de outros fatores, como o político e o cultural, denotando um jogo de forças das representações sociais específicas de cada grupo, buscando o controle de fatores econômicos e políticos. Iniciou-se, portanto, naquele momento, o processo de exclusão (ROCHA, 2008).

Para Nascimento (1994, p. 31.32):

A exclusão social é um processo de múltiplas dimensões, apresenta três acepções, do ponto de vista sociológico do conceito. O primeiro refere-se como um “processo social de não reconhecimento do outro, ou de rejeição, ou ainda, intolerância. [...] Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer nos outros, direitos que lhes são próprios”. Na segunda concepção “o não reconhecimento se traduz numa clara exclusão de direitos. São grupos sociais que não têm uma integração no mundo do trabalho, não possuindo, em decorrência, condições mínimas de vida”. A terceira acepção assinalada é denominada de “nova exclusão”. Nesta acepção, o não reconhecimento vai além da negação ou recusa de direitos.

---

<sup>4</sup> *Posseiro*, no Brasil, designa o lavrador que trabalha na terra pública ou privada sem título algum que legitime a detenção da área que ocupa.

<sup>5</sup> A denominação *parceiro* foi definida no art. 4º, inciso VII do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de novembro de 1964, como aquele que adquirir parcela ou quota-parte de uma propriedade comum, em área de projeto de Reforma Agrária ou de colonização.

Uma evidência desse fato foi o processo de desenvolvimento econômico do município que foi alavancado com a implantação do Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)<sup>6</sup> em 1985. O convênio fora firmado entre os governos do Brasil e do Japão e tinha como objetivo financiar pesquisas para o cultivo de soja no Cerrado mato-grossense, que possibilitou promover a industrialização da agricultura e a construção de um complexo agroindustrial para atender à demanda externa de soja. Em uma segunda etapa, denominada Projeto Piúva, área incorporada ao Prodecer II<sup>7</sup>, o processo de seleção desses assentados envolveria migrantes que tinham experiência em agricultura, possuíam recursos próprios e aptidão ao cooperativismo. Essas famílias foram incorporadas à Cooperlucas, que lhes daria infraestrutura e assistência técnica (ROCHA, 2008).

A ocupação nos moldes planejados pelo governo federal não viabilizou a inclusão produtiva bem como a reprodução das condições econômicas e sociais para fixar esses agentes na tão sonhada terra prometida. O processo de desenvolvimento local e a produção da soja em larga escala serviram para atender a uma demanda global a qual se configurou como uma estratégia de ocupação excludente.

Ao sonhar, o agricultor sofre as consequências próprias do Estado autoritário: perseguição, eliminação física, etc. Ao propor soluções para o seu problema, a falta de terra, ao lutar pela conquista de um lugar para plantar no seu lugar de origem, pensa-se aqui na luta pela terra na Região Sul do Brasil, o agricultor é exposto ao espetáculo da ridicularização pública do seu projeto. Muitos foram classificados como incompetentes, vagabundos, como não dignos de crédito, incapazes de absorver conhecimentos e de novas tecnologias. Espetáculo este que tem como cenário um modelo de produção

---

<sup>6</sup>O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) foi idealizado e organizado no início dos anos 1970. Segundo Osada (1999), o incentivo para que os japoneses viessem a promover a agricultura em terras tão distantes foi devido ao aumento desenfreado das cotações de produtos agrícolas em 1973, causada pela tendência de redução nos volumes de trigo, milho e arroz. A redução nos estoques de cereais foi provocada pelas aquisições maciças da União Soviética, pela crise do petróleo e pelo embargo americano às exportações de grãos e farelos. O Japão, dependente das importações americanas, buscou a diversificação das fontes de suprimento alimentar, por meio da promoção de programas de cooperação bilateral voltados para o desenvolvimento agrícola nos países de grande extensão territorial.

<sup>7</sup>Iniciada em 1985, o programa passou a atuar no Centro-Oeste, através do assentamento de colonos selecionados por cooperativas credenciadas em seis projetos, sendo um no Mato Grosso do Sul, três em Goiás e dois no Mato Grosso. O PRODECER II incorporou uma área de 200 mil hectares e os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões (YOKOTA, 1997).



alcançando altos índices produtivos sob o custo de uma massa de excluídos que reclamam a parte que lhes cabem (ZART, 1998).

A agricultura exportadora de soja é o elemento dinâmico do crescimento e com capacidade de interiorização do desenvolvimento. O uso intensivo de capital, porém, torna-se um vetor excludente da mão de obra menos qualificada, o que pode limitar seu potencial de transformar crescimento em desenvolvimento. Assim propiciou o capitalismo sem regulação.

O avanço da frente pioneira revela muitas contradições: a modernidade (máquinas e tratores, insumos agrícolas) contrapõe-se ao trabalho rudimentar, braçal, que ainda se faz presente para a expansão da mecanização do cultivo de grãos. Um exemplo desse fato é que, durante certo período do ano, peões<sup>8</sup> são contratados para coletar raízes nas fazendas de Mato Grosso. A partir da década de 1990, observou-se um avanço na produção agrícola no Estado de Mato Grosso, tendo a soja como carro-chefe. Passaram a atuar na região, as grandes companhias internacionais, como Bunge<sup>9</sup>, Cargill<sup>10</sup>, ADM<sup>11</sup> entre outras. Agora, são essas empresas que passam a comandar o desenvolvimento da região. A produção é em território nacional, mas as decisões de destino e comercialização dessa produção ocorrem em nível internacional, ou seja, pela atuação das *trades*<sup>12</sup>. O objetivo da ocupação dessas áreas não é mais o da colonização baseada na distribuição de terras, povoamento e fundação de cidades e sim na incorporação de novas áreas ao processo produtivo, em uma expansão cada vez maior da produção de grãos, destinada à exportação. Esse fato veio contribuir para o processo de exclusão social e ao crescimento de movimentos sociais da luta pela terra nos últimos

---

<sup>8</sup> Atores sociais excluídos pelo redimensionamento das atividades produtivas, contratados para coletar raízes em áreas desmatadas destinadas à agricultura. Conforme Marx, a expropriação significou a morte e o sofrimento de muitas pessoas, que “libertos” foram jogados a própria sorte!

<sup>9</sup> BUNGE: Bunge Corporation, baseada em Saint Louis. Tem unidades industriais, silos e armazéns nas Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia, Austrália e Índia, além de escritórios da BGA (*Bunge Global Agribusiness*) atuando em vários países europeus, americanos, asiáticos e do Oriente Médio. No Brasil, controla a Bunge Alimentos, a Bunge Fertilizantes e a Fertimport.

<sup>10</sup> CARGILL é uma multinacional norte-americana fundada em 1865 por W.W. Cargill em Iowa. Atualmente comercializa, processa e distribui produtos agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais em 59 países. Sua sede está em Minneapolis (Minnesota – EUA)

<sup>11</sup> ADM: *Archer Daniels Midland*, com sede em Decatur, Illinois, (USA) processa ingredientes especiais para rações, ingredientes alimentícios especiais.

<sup>12</sup> *Trades*: palavra inglesa para denominar empresa que atua no comércio internacional de produtos agrícolas.

quarenta anos, reflexo da adoção de um modelo econômico baseado apenas no crescimento e não no desenvolvimento como um todo (LACERDA, 2008).

Com a vinda dessas empresas, os municípios como Sinop e Lucas do Rio Verde também começaram a se destacar, atraindo para si investimentos e contingentes populacionais, indústrias e mão de obra de várias regiões do Brasil apresentando, portanto, um maior nível de crescimento econômico e urbanização quando comparado outros municípios do mesmo porte. Não obstante são esses municípios que começam a se destacar, também, quanto aos problemas relacionados à segregação socioespacial.

Esse processo de redimensionamento das atividades produtivas dessa frente pioneira tem aumentado a vulnerabilidade social, trazendo novos migrantes para as periferias urbanas, desenhando um modelo contraditório de desenvolvimento nas cidades entre inclusão e exclusão. Um novo olhar se faz necessário para “questões socioeconômicas” que geram a segregação que pode redundar em exclusão. A partir de tais elementos, propõe-se o seguinte problema deste projeto assim definido: *As políticas públicas para o desenvolvimento da região norte mato-grossense, concebidas pelo Estado brasileiro, no período de 1970 a 2010, alcançaram os objetivos iniciais de incluir esses atores que migraram para esses municípios?*

Para responder tal questionamento, buscou-se identificar como as políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde e as implicações socioespaciais produzidas pelos diferentes processos de ocupação. Além da identificação, analisaram-se contribuições socioeconômicas de tais políticas para a formação desse território e o seu desenvolvimento bem como segregação socioeconômica dos atores envolvidos na região norte mato-grossense em especial nas cidades de Sinop e de Lucas do Rio Verde no período entre 1970 e 2010.

Visando a um melhor encaminhamento da pesquisa foram adotados alguns procedimentos metodológicos para sua análise e compreensão. A perspectiva adotada nesta pesquisa foi da corrente de pensamento de inspiração marxista sócio-histórica, imbricada ao materialismo histórico-dialético. O estudo partiu do espaço ocupado e as relações de produção capitalistas, fundamentada na propriedade privada, que dividem o espaço, convertendo-o em mercadoria, percebeu-se com essa abordagem teórica poder-se-

ia também, fundamentar o objeto dessa pesquisa imprimindo-lhe algumas características próprias de forma qualitativa.

Para isso, foram utilizados os seguintes métodos e técnicas de pesquisa: A bibliográfica que foi feita em documentos oficiais como decretos, leis, em revistas, jornais, mapas e páginas eletrônicas, além de dados quantitativos oficiais e entrevistas não diretivas.

As entrevistas foram feitas com os atores sociais, responsáveis pela produção do espaço: Políticos, moradores, presidentes da associação de moradores, empresários, professores, produtores agrícolas, investidores, trabalhadores urbanos e rurais que habitam os municípios, em um total 26 entrevistas. Trata-se de entrevistas não diretivas que, segundo Richardson e colaboradores (1989, p. 163), implicam que “O entrevistado deve ter liberdade de falar, deve poder abordar o tema na forma que ele quiser. O entrevistador não deve fazer perguntas específicas [...]”. Observa-se que se propiciou o anonimato dos entrevistados ao indicar-lhes uma identificação cujas iniciais refletem situações e contextos e não seus nomes e sobrenomes.

O resultado deste conjunto teórico, metodológico e o procedimento de pesquisa, resultaram neste trabalho. O primeiro capítulo trata alguns aspectos gerais da área de estudos, os objetivos que norteiam este trabalho, a problemática abordada e o contexto da ocupação dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. No segundo capítulo busca-se explicar como se constituiu o território brasileiro a partir dos primeiros movimentos e as influências da geopolítica e da economia no processo de colonização do estado de Mato Grosso. O terceiro capítulo apresenta como ocorreram o processo de ocupação e a consolidação dos Municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde no norte de Mato Grosso e suas reconfigurações socioespaciais. O capítulo quatro apresenta as influências dos programas e projetos implantados para o desenvolvimento regional. No capítulo cinco versa sobre o processo econômico e suas consequências geradas no espaço urbano dos municípios estudados. O capítulo V apresenta a contradições do processo de desenvolvimento e a segregação espacial nos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. Ciente este trabalho é de caráter provisório, pois essas dinâmicas estão em constante mutação influenciadas por diversos fatores econômicos e sociais.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

O Brasil surgiu dentro do espírito europeu de conquista de novas terras e riquezas como ouro e prata. Devido à sua grande extensão territorial, sempre foi visto como possibilidade de exploração econômica. A expansão da fronteira do império português, avançando sobre o limite do tratado de Tordesilhas, com o objetivo de explorar economicamente o interior do território colonial, viabilizando a acumulação primitiva de capital pela metrópole portuguesa.

O processo de conquista e ocupação do Brasil ocorreu por fases que obedeciam a um movimento do Leste para o Oeste (do litoral para centro do País), impulsionado pela busca de produtos e de matérias-primas com a finalidade de atender ao mercado externo (pau-brasil<sup>13</sup>, cana-de-açúcar<sup>14</sup>, café<sup>15</sup> e drogas do sertão<sup>16</sup>) e garantir seus domínios.

---

<sup>13</sup> *Caesalpinia echinata*: o pau-brasil, também chamado arabutã, ibirapiranga, ibirapitanga, ibirapitã, orabutã, pau-de-pernambuco, pau-de-tinta, pau-pernambuco e pau-rosado é uma leguminosa nativa da Mata Atlântica, no Brasil

<sup>14</sup> A cana-de-açúcar é uma planta que pertence ao gênero *Saccharum*. Há pelo menos seis espécies do gênero, sendo a cana-de-açúcar cultivada um híbrido multi-específico, recebendo a designação *Saccharum spp.*

<sup>15</sup> *Coffea spp.*: arbusto com copa piramidal, atinge até 12 metros de altura; possui caule ereto e casca acinzentada e rugosa. As folhas possuem coloração verde-acinzentado, quando jovens, e verde-brilhante posteriormente; apresentam formato ovalado-lanceolado e são onduladas nas margens. O fruto é uma drupa elipsoidal de coloração verde antes de amadurecer, depois se torna amarelo e depois vermelho.

<sup>16</sup> Drogas do Sertão: anil, guaraná, salsa, corantes, baunilha, plantas oleaginosas e aromáticas e cacau.

Conforme figura a seguir:



Figura 01: Brasil: Ciclo de exploração econômica - Século XVII.

Fonte: <http://www.geografiaparatodos.com.br>

Fonte: Enciclopédia grandes personagens da história Abril Cultural São Paulo 1969 e Biblioteca do Ministério de Educação e Cultura e Desporto 1996.

Em tal processo, as entradas e as bandeiras tiveram um papel de suma importância para a conquista espaço ampliando território colonial. Em setembro de 1531, com autorização de Martim Afonso de Souza, e liderados por Francisco Chaves e Pero Lobo, partiram 80 homens armados rumo à Serra da Prata, a mesma rota que utilizou, em 1524, o português Aleixo Garcia, ou seja, a Rota do Peabiru<sup>17</sup>. Essa foi a primeira bandeira paulista de que se tem documentação (MURADAS 2008).

<sup>17</sup> O caminho de Peabiru foi uma rota transcontinental da América do Sul, do período pré-colombiano, apresentando aproximadamente três mil quilômetros de extensão, atravessando o continente do oceano Pacífico ao oceano Atlântico. A época de sua construção é desconhecida e existem muitas dúvidas quanto aos seus verdadeiros criadores, índios da nação Guarani, Jê ou até mesmo os Incas, o caminho ligava então Capitania de São Vicente (interior de São Paulo) à cidade de Cusco, no Peru. A trilha estendia-se por aproximadamente três mil quilômetros e também cortava Paraná, Bolívia e Paraguai. O tronco principal do caminho de Peabiru cruzava o Estado do Paraná de Leste a Oeste, penetrava no chaco paraguaio, atravessava a Bolívia, a Cordilheira dos Andes e terminava no sul do Peru, onde pegava parte da costa do Pacífico (MAACK. 1959).

No início do século XVII, surgiu um negócio muito rentoso para os habitantes de São Paulo que saíram desse local: a caça e a venda de índios escravizados. São Paulo tornou-se uma área especializada no apresamento dos índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. Para isso os paulistas faziam incursões periódicas em seu vasto território, capturando os índios livres, antecipando as ações das bandeiras de preagem (MURADAS 2008).

Segundo Costa (2001, p.149):

Os bandeirantes, partindo de São Paulo, se não promoveram ocupações de fato, abriram vias de circulação e com isso criaram algumas pré-condições para ocupações futuras, em especial com a descoberta de ouro e pedras preciosas em pontos do interior (atuais Minas Gerais e Mato Grosso), a partir de fins do século XVII.

Em 1532, Dom João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias, marcando o início relativo da colonização efetiva do Brasil passando para particulares a responsabilidade da colonização. A cana-de-açúcar<sup>18</sup> teve um papel relevante no início do processo de colonização, esse fato, integrou a recente colônia comércio internacional. No entanto, eram os grandes negociantes oceânicos, em Lisboa, mas também em Amsterdã, que determinavam os preços e alcançavam os maiores lucros. Além disso, após 1640, o açúcar do Brasil deixou de dominar os mercados internacionais com exclusividade. Data dessa época o início da produção comercial do produto nas Antilhas francesas e inglesas. Tal concorrência comercial acabou por induzir a busca por outras fontes de riquezas. Assim:

Além da cana-de-açúcar, figuraram com boas parcelas, entre as exportações da colônia, o fumo, cujo comércio era privilégio da coroa, e o algodão, produzido principalmente na Bahia e no Nordeste. Diamantes e pedras preciosas provenientes de regiões centrais também saíram, em apreciável quantidade, de

---

<sup>18</sup> Em virtude do alto valor do açúcar no mercado internacional e dos conhecimentos portugueses adquiridos na produção do reino na ilha da Madeira, a opção dos donatários pelo cultivo da cana em suas capitanias parece uma escolha quase inevitável. Principalmente porque, no litoral do Brasil, a presença de um solo argiloso escuro e pegajoso, rico em calcário, denominado massapê, prestava-se esplendidamente ao cultivo. Por volta de 1545, o Brasil já dispunha de aproximadamente 25 engenhos espalhados de Pernambuco a São Vicente. Muitos, porém, não vingaram e a produção tendeu a concentrar-se em Pernambuco e Bahia (DEAN, 1997). Em 1570, apenas essas duas capitanias reuniam 41 dos 60 engenhos do Brasil.

nossos portos. Em fins do século XVIII tiveram incremento o cultivo do cacau na Bahia e Pará, e desenvolveram-se as plantações de café (LOBO 1977, p. 156).

Esse processo teve início na segunda metade do século XVII. Marcado pelo declínio do açúcar no mercado europeu, a Coroa portuguesa procurou estimular as buscas de metais preciosos. Com a experiência adquirida com os bandeirantes, os paulistas passaram a percorrer a região de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, estabelecendo arraiais<sup>19</sup> para servirem de apoio.

Esses esforços resultaram nas primeiras descobertas, comunicadas em 1695 ao governador no Rio de Janeiro. A localização de depósitos auríferos em Minas Gerais fora obra dos bandeirantes paulistas, marcando o início de uma verdadeira corrida do ouro rumo ao interior. A novidade espalhou-se rapidamente e, logo, uma torrente de aventureiros dirigiu-se para a região. Finalmente, a colonização portuguesa incorporava as vastas regiões.

A descoberta de diamantes na área da atual Diamantina e a identificação de outras fontes em Goiás e Mato Grosso só fizeram acentuar o fluxo migratório. Em longo prazo, a riqueza abundante atraiu o luxo e fez florescer as artes. Multiplicaram-se os centros urbanos. Criou-se uma importante rede de abastecimento que integrou em um grande mercado interno a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e até os campos de criação de gado no Sul. Com o declínio da produção dessas gemas, a população voltou-se para a agricultura e à pecuária.

No início do século XVIII, objetivando promover a exploração de pedras preciosas e do ouro (GOMES; SILVA, 1998), formaram-se assentamentos nas regiões de Cuiabá até o leste de Goiás. As cidades mais importantes da região naquela época eram Cuiabá e Vila Bela, em Mato Grosso, e Vila Boa, futura cidade de Goiás.

Nesse contexto, a capitania Mato Grosso era subordinada à capitania de São Paulo, devido à entrada das bandeiras<sup>20</sup>, e à descoberta do ouro em Cuiabá. A Metrópole

---

<sup>19</sup> Arraiais eram pequenas povoações de caráter temporário.

<sup>20</sup> A bandeira de Paschoal Moreira Cabral encontrou ouro nos arredores da atual cidade Cuiabá, atraindo para área muitos aventureiros, homens de posse, muitos escravos, negros e índios. Os arraiais cresciam com a descoberta dos veios auríferos e declinavam com seu esgotamento. Os bandeirantes se embrenhavam no sertão, descobriam novas minas, ocupando novos territórios para coroa portuguesa. A

Portuguesa, por meio da carta Régia de 09 de maio de 1748, criou a então capitania do Mato Grosso.

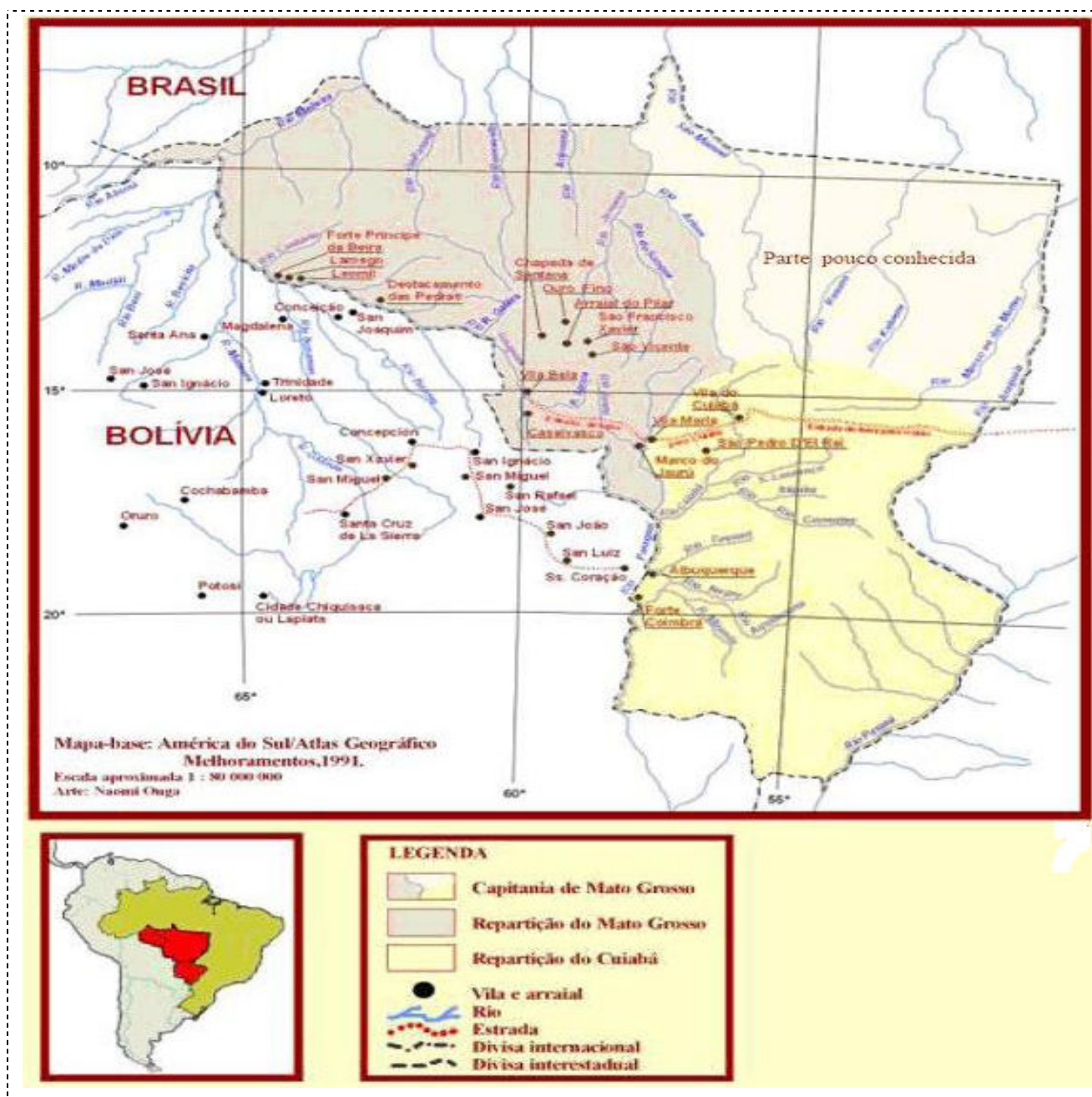


Figura 02: Capitania de Mato Grosso

Fonte: <http://www.cefaprojuina.com/porta/images/stories/amapadocuiaba.jpg>

Surgiram assim, naquele momento, muito embora em um período de já decadência da economia mineradora, os núcleos urbanos. Essas localidades tinham como finalidade a garantia e a posse dos territórios e das áreas de fronteira, tais como Vila Bela, em território já conhecido (1752). Igualmente, houve os novos núcleos (mistos de aldeamento

abundância de terras possibilitou a constituição de imensos latifúndios onde se desenvolveu a pecuária extensiva (BARROSO 1992).



de índios e postos militares) de Vila Maria, atual Cáceres (1778), Poconé (1781), Albuquerque (1778), Corumbá (1778), Miranda (1797) e, também, os Fortes Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1776). Entre 1822 e 1888, em Mato Grosso, nas proximidades de Cuiabá, surgiram às povoações de Barra do Rio do Bugres (Barra do Bugres), Nossa Senhora das Brotas (Acorizal), Várzea Grande e Melgaço (Barão de Melgaço) (ABREU 2001).

Após a ocupação inicial estimulada pela mineração, a principal atividade econômica da região passou a ser a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, caracterizando a ocupação por grandes propriedades pastoris, em áreas de grandes vazios demográficos, (OLIVEIRA, 1997). A pecuária constituía atividade acessória da economia colonial de exportação do litoral, fornecendo-lhe, além da carne, o couro e a tração necessária aos engenhos e aos transportes de mercadorias. Apesar desse caráter complementar, não foi pequeno o papel que ela desempenhou na interiorização dos colonos.

No Sul, a paisagem natural era completamente diferente, plantas herbáceas gramíneas, recobriam os campos que se estendiam a partir de Curitiba e podiam fornecer uma perfeita alimentação para os animais. Dessa forma, os ataques de bandeirantes às reduções jesuíticas, na primeira metade do século XVII, deram origem a um gado selvagem que se espalhou pelos pampas.

Porém, a partir do século XVIII, organizou-se a criação de bovinos, propriamente dita, com a instalação das primeiras estâncias, em função da demanda gerada pela descoberta do ouro em Minas Gerais.

As primeiras charqueadas surgiram, no final do século XVIII, em Pelotas, próximo às regiões de criação de gado e ao porto do Rio Grande por onde se escoava a produção. As charqueadas utilizavam mão de obra escrava, como nas estâncias. O crescimento das charqueadas ampliou sensivelmente a população escrava no Rio Grande do Sul. A relação entre a pecuária e as charqueadas consolidou o poder das elites estancieiras e charqueadoras no Rio Grande do Sul.

A pecuária adquiriu um lugar de expressão na economia gaúcha. Os seus produtos destinavam-se basicamente ao mercado interno. Desde o século XVIII, a criação de

mulas supria as necessidades de transporte do Centro-Sul, inicialmente na região das minas e depois na área cafeeira, antes da construção das ferrovias. No entanto, foram as estâncias de criação do gado bovino que marcaram profundamente a paisagem do Rio Grande do Sul, destruindo as matas, principalmente as matas com araucárias<sup>21</sup>, para formar suas extensas áreas de pastagens.

O declínio da produção de charque decorreu da abolição do tráfico de escravos africanos, ocasionou dificuldades na reposição da mão de obra e abalou a demanda do mercado pelo produto, pois era à base da alimentação do cativo. Além de outros fatores como a falta de competitividade frente aos países platinos como o Uruguai e a Argentina que utilizavam trabalhadores assalariados que seriam mais eficientes, pela falta de higiene que propiciava várias doenças além do abate matrizes e novilhas abaixo do peso.

A abolição do tráfico, além da dificuldade de reposição de mão de obra, acarretou outro problema: quem produziria os alimentos (feijão, milho, mandioca<sup>22</sup>, ovos, leite) necessários para o consumo interno? O Brasil estava tornando-se um território que necessitava cada vez mais de áreas novas para manter sua economia agropastoril para atender ao mercado externo em grande escala.

A solução estava em trazer europeus de vários lugares, como Alemanha, Suíça e Itália, para as colônias que necessitavam novas áreas para o cultivo. O governo imperial começou a incentivar a imigração desses povos que solucionaria dois problemas de abastecimento interno. Nas províncias sulistas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, houve uma forte corrente imigratória, constituída principalmente de alemães que se dedicaram à produção de alimentos, além da criação de porcos, galinhas e gado leiteiro.

As principais colônias na região eram São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; e Blumenau, Brusque e Joinville em Santa Catarina, caracterizadas por pequenas e médias propriedades. Além da lavoura de gêneros alimentícios, os alemães introduziram o cultivo de frutas até então desconhecidas no Brasil, como a maçã.

---

<sup>21</sup> *Araucaria angustifolia* é uma gimnosperma predominante no domínio da Mata Atlântica e classificadas cientificamente como Floresta Ombrófila Mista, as florestas de araucárias (Pinheiro do Paraná) ocorriam originalmente numa área contínua na região compreendida entre os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, com manchas em São Paulo e Minas Gerais.

<sup>22</sup> *Mandioca* é o nome pelo qual é conhecida a espécie comestível e mais largamente difundida do gênero *Manihot*, composto por diversas variedades de raízes tuberosas comestíveis.

Na economia brasileira do Império, existiram regiões que destinavam a sua produção basicamente para o mercado interno. As lavouras de alimentos como milho, feijão e mandioca, além dos derivados das criações de suínos, bovinos de corte e leiteiro, ocuparam um lugar importante, principalmente em Minas Gerais, onde o toucinho, a carne salgada e os porcos eram destinados para o consumo popular e de escravos, destacando as exportações mineiras e de outras províncias (MAUCH, 1994).

Convém, entretanto, mencionar [que], na segunda metade do século XVIII,[houve] uma primeira tentativa de exploração agrícola, sob o comando das políticas mercantilistas do marquês de Pombal, com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Benchimol, datam dessa época a introdução do cultivo de arroz em Carolina, no Maranhão; a criação dos pesqueiros reais, no Solimões; do cultivo do café no Pará, do cacau, na Bahia e da pecuária, no vale do rio Branco, em Roraima” (PANDOLFO, 1994, p. 45).

O binômio domínio/exploração com ênfase no desmatamento foi incorporado como ideologia progressista pelos portugueses e posteriormente pelos emigrantes europeus que colonizaram o Sul do país. Esse *modus operandi* permaneceu com aqueles que migraram posteriormente para o Estado de Mato Grosso.

[...] os imigrantes, a partir de 1824, e depois os descendentes em terceira, quarta e quinta gerações, fizeram uma verdadeira marcha pelo Brasil. Atravessando o rio Uruguai, ocuparam o oeste catarinense, depois o oeste do Paraná, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e hoje já alcançaram Rondônia, onde olhos azuis e cabelos loiros mais a língua alemã falam do Rio Grande do Sul com saudade enquanto tomam o inseparável chimarrão. (Muller 2004, p.18).

O Brasil colônia que estruturava suas bases econômicas na agricultura e pecuária vislumbrava um novo mercado agrícola, o café. Atribui-se a Francisco de Melo Palheta as primeiras plantações no Pará, em 1727, com sementes que ele obteve em uma expedição realizada à Guiana Francesa.

O café já era conhecido na Europa, sendo considerado um produto de luxo. As primeiras áreas a serem cultivadas foram nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro. Para desenvolver a plantação escolhia-se o local apropriado através de métodos empíricos, correlacionava-se o solo fértil com as árvores que nele cresciam.

Inicialmente, tratava-se de uma cultura de quintais e chácaras em lugares que hoje formam o perímetro urbano e suburbano da cidade. Do Arraial do Mata-Porcos, atual bairro do Estácio, o café seguiu sua expansão rumo às serras da Tijuca e da Gávea, em direção a Jacarepaguá e Campo Grande no Estado do Rio de Janeiro. Esses fatores internos aliaram-se à conjuntura internacional, favorável às exportações agrícolas brasileiras do final do século XVIII e início do XIX.

As primeiras décadas do séc. XIX foram marcadas por uma euforia incomum nas fazendas cariocas, paulistas, mineiras e paranaenses que aderiram ao plantio do café. O que os fazendeiros não sabiam é que a eliminação da cobertura florestal e o plantio em terrenos altos e declivosos iria inaugurar outro fenômeno, que poderia ser batizado como 'ciclo da erosão'. Em poucas décadas, os cafezais tornaram-se improdutivos, e progressivamente cederam espaço a pastagens sem grande valor para a produção agrícola (MACEDO, 1997). A erosão dos solos decorre fundamentalmente da passagem abrupta de áreas de florestas e pastagens naturais para sistemas agrícolas de monoculturas contínuas, associadas a uma mecanização intensiva e desordenada (SORRENSON E MONTOYA, 1989).

No lugar dos antigos cafezais, a capoeira, o capim baixo e o gado ocuparam o Vale do Paraíba durante um longo período. As cidades mortas, com seus casarões atestam à existência de uma época de fartura garantida pelas terras férteis e uma força de trabalho compulsória.

Diversificou-se a agricultura, com o crescimento do cultivo do algodão e do tabaco. O algodão, já conhecido pelos nativos, adquiriu um lugar importante na pauta de exportação a partir da segunda metade do século XVIII, para atender às necessidades decorrentes da Revolução Industrial na Inglaterra. As principais lavouras encontravam-se no Maranhão elas receberam um impulso devido às guerras de independência dos Estados Unidos, principal fornecedor do produto para as fábricas inglesas.

Com as guerras napoleônicas, no início do século XIX, e a alta de preços no mercado internacional, surgiram novas áreas produtoras. As condições externas facilitaram a disseminação do cultivo por outras regiões, do Pará à Bahia, do litoral ao interior de Minas Gerais e Goiás. A lavoura não requeria grandes investimentos, sendo uma cultura de plantadores modestos.

Entretanto, após a introdução de novas técnicas de cultivo e beneficiamento, como a utilização das primeiras máquinas de descaroçar o algodão, já inexistia condições do produto brasileiro competir com o similar produzido nos Estados Unidos e também na

Índia e no Egito. Assim, ele se manteve como um artigo secundário ao sabor das oscilações internacionais.

O tabaco servia basicamente para a obtenção de escravos africanos, através do escambo, desde o período colonial. O sul da Bahia era a principal região produtora, mas sua cultura se espalhava por diversas regiões do Brasil, no início do século passado. Sendo um produto que dispensava meios sofisticados no beneficiamento, era também cultivado por lavradores modestos. As restrições ao tráfico internacional na primeira metade do século XIX abalaram profundamente a produção, que só se recuperou no final do Império, quando conseguiu novos mercados.

Outro produto que contribuiu para ocupação do território brasileiro foi a borracha extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*), planta nativa da região amazônica, já era conhecida pelos indígenas para a confecção de utensílios e impermeabilização de potes de cerâmica. No período colonial, sua importância era insignificante. Foi breve o florescimento da borracha no Brasil. Explorada desde 1830, na província do Grão-Pará, compreendia o atual Pará e a comarca do Rio Negro, onde hoje se situa o Estado do Amazonas.

Até independência, a região mantinha poucos contatos com o Rio de Janeiro e relações restritas com Lisboa. As atividades econômicas baseavam-se no extrativismo como o cacau e a baunilha, isto é, as chamadas 'drogas do sertão' e uma pequena produção de tabaco, cacau, algodão e arroz. O comércio, feito através do principal porto exportador, em Belém, era monopolizado por portugueses e alguns ingleses.

A Amazônia era uma região com um pequeno índice demográfico e o extrativismo da borracha requeria uma grande quantidade de força de trabalho. Esta dificuldade foi solucionada pelo afluxo de um expressivo contingente de mão de obra vindo do Nordeste, em virtude das secas que assolaram a região. O período de 1840 a 1910 ficou conhecido como 'ciclo da borracha', e causou muitas mudanças no território brasileiro. Uma delas foi o aumento da população na Amazônia. Os migrantes eram principalmente nordestinos, impulsionados pela propaganda e facilidades oferecidas pelo capital estrangeiro, no período em que a borracha era valorizada no mercado externo.

A borracha atinge seu apogeu na última década do século XIX, assim, a economia da Amazônia, na segunda metade do século, vinculou-se ao mercado externo pela produção da borracha.

O declínio da produção da borracha ocorreu na fase republicana, um dos fatores foi ainda na década de 1860, devido à Ásia despejar no mercado americano e europeu a

produção de suas recentes seringueiras, e o látex do vale do Amazonas não poderia nunca mais entrar em concorrência com seus jovens rivais, como o Ceilão (atual Sri Lanka), devido à plantação de seringueiras, da qualidade de seu produto e o custo de produção (MATTOS, 1980)

No período em questão, a Inglaterra era a maior potência imperialista e a borracha passou a ser um insumo vital para a manutenção da sua liderança no mercado capitalista. O governo inglês enviou à Amazônia um funcionário por nome Henry Alexander Wickham e este contrabandeou sementes da borracha que foram plantadas nas colônias tropicais inglesas. O sucesso da plantação, em relação ao extrativismo praticado na Amazônia, desarticulou toda a economia gomífera o que gerou a decadência desse insumo na região. (JACKSON, 2008).

A ocupação do espaço brasileiro se deu do litoral para interior em vários momentos, primeiramente por meio do extrativismo vegetal, agricultura, pecuária e pela busca de metais preciosos. Esses espaços foram ocupados de Norte a Sul, reconfigurando-se até chegar ao território que temos hoje.

## **2.1 Formação regional no contexto territorial brasileiro: algumas considerações sobre território, espaço, região**

O significado dos termos *território*, *região* e *espaço*, devido às diversas abordagens utilizadas, foram adquirindo concepções variadas no decorrer da História do pensamento geográfico que, por sua vez, trazem desdobramentos teóricos e metodológicos distintos.

As palavras *região*, *espaço*, *território* têm conceitos interligados, não possuem uma fronteira precisa onde um inicia e outro termina. A dificuldade em compreender o conceito de *região* ocorre quando se procura um significado preciso.

Para Gomes (, 2000), há dois conceitos ao vocábulo *região*:

1) A região natural é influenciada pela corrente determinista, que se caracteriza pela uniformidade dos resultados da combinação ou integração de áreas dos elementos da natureza, justificando a exploração dos recursos naturais por interesses econômicos;

2) A região geográfica decorre da visão possibilista de Vidal de La Blache, cujos componentes humanos e naturais da paisagem conferem uma combinação específica à diversidade, singularizando o espaço regional.

Depois de La Blache, o conceito de região foi humanizado. Com os desdobramentos da proposta lablachiana, torna-se possível a construção de uma geografia em que o objeto essencial da ciência passou a ser a região, dando origem à Geografia Regional. Cada região era detalhadamente descrita e particularizada, o que dificulta generalizações.

Para Santos (1978), a região é considerada como uma síntese concreta e histórica dos processos sociais, como produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social.

A região sempre esteve relacionada a entidades histórico-geográficas como traços físicos, características econômicas, humanas e socioculturais. Nesse sentido, não perde sua importância para as análises das políticas públicas regionais, das regionalizações, dos regionalismos, mas integra diferentes possibilidades de ser trabalhada.

O importante é compreender que a regionalização pode dar uma imagem diferente dos processos econômicos e sociais, porque, ao regionalizar, está-se distribuindo, agregando, espacializando os fenômenos naturais, econômicos, sociais, culturais (ARRAIS, 2004).

A denominação de *território*, desde sua origem, nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próxima de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar). Pode-se aproximar semanticamente de dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo—especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam alijados da terra, ou no *temtorium* são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, àqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação", conforme indica Haesbaert (2001).

Haesbaert (2001) ainda aponta que, em qualquer significado, território tem relação com poder, mas não apenas no sentido clássico que designa dominação como se

encontra no pensamento de Ratzel<sup>23</sup>, na Alemanha, na época da consolidação do Estado-Nação, quando o uso do espaço não foi igual para todos e foi preciso dispor de meios para assegurá-lo, pois o seu uso foi disputado<sup>24</sup>.

Haesbaert (2006) agrupa assim várias abordagens do conceito de território em três linhas. A primeira é a política, em que o território vincula-se ao poder, na maioria das vezes, ao poder institucional (Estado); na segunda linha, a cultural, em que as representações e as relações simbólicas de grupos são levadas em consideração e, na terceira, a econômica, na qual se destacam as relações econômicas.

O autor ainda diferencia três tipos de território, os territórios-zona, os territórios-redes e os aglomerados de exclusão: os territórios-zona são aqueles que se interligam com uma lógica zonal em que os limites tendem a ser demarcados, e os grupos encontram-se significativamente enraizados. As redes, no caso dos territórios-zona, possuem um papel coadjuvante.

Os territórios-rede são aqueles inseridos na lógica das redes, são espacialmente descontínuos, possuindo grande mobilidade, fluxos e/ou conexões suscetíveis a sobreposições. Já as áreas contíguas de exclusão são de difícil identificação. Simplificadamente, podemos dizer que são situações extremas de instabilidade, lembrando que os aglomerados de exclusão não são exclusividades dos países subdesenvolvidos, ditos de Terceiro Mundo, ocorrendo também no Primeiro Mundo.

Ressalta-se, entretanto, que, em virtude do momento histórico que vivemos, é cada vez mais difícil enquadrar um território em apenas uma dessas dimensões (política, natural, econômica ou cultural) face ao profundo “hibridismo” em que nos encontramos.

Acerca desta afirmação, Saquet (2003), que salienta:

Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por

---

<sup>23</sup> No pensar de Friedrich Ratzel, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial e que constitui áreas de dominação do Estado.

<sup>24</sup> Assim, a intelectualidade geográfica francesa (e também a anglo-americana) encontra no “pensamento” de Ratzel a “perfeita justificativa” para demonstração do “horror” provocado pela Alemanha ao mundo, especialmente com os nazistas na Segunda Guerra Mundial (CARVALHO, 1997).



relações econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. (SAQUET, 2003, p. 24)

Raffestin propõe repensar o conceito de território deixado por Ratzel para compreendermos sobre seu significado. Nesse sentido, em uma perspectiva atual, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço e, nesse sentido, o espaço precede o território, onde o território é ocupado, construído e destruído socioambientalmente.

Raffestin (1993, p.143) resume como surge o território no seu conjunto:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator "territorializa" o espaço.

Para o autor a percepção do conceito de território vai além da visão determinista, sendo essa uma relação de poder que transforma o espaço em um pensamento abstrato, já que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou por grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais e econômicas.

A ideia de poder é uma constante na análise do território também feita por Andrade (1995, p. 19):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça

referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Ainda citando Andrade (1995), que faz uma diferenciação entre território e espaço, para esse autor, o território associa-se mais à ideia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, produção, comércio, transportes, fiscalização, etc. É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes, em todas as épocas, ou seja, os modos de produção sempre estiveram presente no território. Já o espaço é mais amplo que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva. Assim, o espaço é mais amplo que o território, englobando-o. É uma área delimitada geográfica e administrativamente pelas suas fronteiras.

Para Moraes (2000), o território não pode existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique. Assim sendo, ao contrário da definição de território pensada pelos zoologistas, ele não pode existir como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza. O território é produto socialmente produzido, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico. A relação entre a sociedade e a natureza acontece de uma forma invisível dialética e histórica.

Santos (2002, p.10) corrobora esse pensamento quando afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Santos (1996) ainda faz um alerta para não confundirem o espaço com o território, pois território é uma configuração do todo, ou seja, esses espaços diferentes são resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme o movimento da sociedade nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros.

Para Santos (1996, p. 77), as configurações podem, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes.

A periodização da História é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O espaço é evidenciado como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica (SANTOS, 1985).

A partir de tais elementos teóricos, faz-se necessário ressaltar que o território, ao ser analisado, deve ser percebido como sistema de objetos e ações. Nesse contexto Santos e Silveira (2003, p. 21) ponderam que:

[...] o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Santos (2005) compreende território sob a perspectiva do uso. Para o autor, o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise, argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Tal entendimento é demasiadamente importante, visto que tem como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço.

Para compreender e analisar o espaço, citado por Santos, é preciso ter claro que as organizações públicas e privadas se utilizam de um conjunto de características comuns em termos sociais, educacionais, administrativos, econômicos, demográficos e paisagísticos denominados de recortes regionais. Promovem um ordenamento do território usado, onde as manifestações públicas e privadas encontram oportunidade para territorializar esses espaços que são usados como forma de domínio e de controle.

Nesse contexto, as regiões passam a ser polarizadas<sup>25</sup>, compreendidas como uma área que apresentava certo grau de semelhança, como a atividade produtiva e planejamento, constituídos a partir de interesses públicos ou privados.

Acerca do assunto, Limonad (2004, p.58) comenta sobre as regionalizações para um mesmo território:

Há que se considerar ainda, que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme se destaquem ou não determinados elementos e fatores. Uma regionalização pode servir de base a propostas de desenvolvimento regional. Propostas estas cujo caráter irá variar conforme os objetivos a que se propõe atender.

Assim, o recorte regional (regionalização) ganha importância para a análise e à implementação das políticas públicas que permite, nas palavras de Cunha (2000, p. 49), “desnudar o exercício do poder” por diferentes atores e agentes, “que atuam a partir de heranças culturais e configurações políticas e econômicas próprias de uma determinada região” contribuindo assim, para um conhecimento mais completo da realidade. Compreender as diferentes possibilidades desse mundo complexo é uma tarefa árdua, e dialogar com o conceito de território e de região torna-se ainda mais difícil porque, em alguns momentos, os conceitos se confundem e se assemelham levando ao um dédalo de armadilhas conceituais.

### **2.2.1 A ocupação e a organização do território mato-grossense a partir de uma abordagem geopolítica**

No Brasil, a geopolítica é um dos elementos políticos preponderantes para ocupação e organização do território brasileiro. Esteve sempre relacionada às estratégias militares, vinculadas à soberania, à segurança nacional e à ocupação do espaço, onde as redes de comunicação desempenham papel importante na ocupação e reocupação do

---

<sup>25</sup> Na região, as polarizadas áreas que a compõem são independentes e estão internamente hierarquizadas, pois tanto a capital regional como os centros de tamanho médio e os pequenos povoados vão desempenhando ordenadamente suas funções e seus diversos fluxos (pessoas, bens, serviços) para e a partir de suas áreas de influência.

território, fazendo uma verdadeira reformulação no mapa brasileiro a partir do século XIX<sup>26</sup>, transformando-os em regiões com a finalidade de facilitar sua organização e domínio.

A geopolítica baseia-se nos amplos fundamentos da geografia política, que é uma ciência de organismo político no espaço; ao mesmo tempo, sua estrutura proporciona os instrumentos para a política e às diretrizes para a vida em conjunto. Assim, a geopolítica se converte em uma arte, arte de guiar a política prática (MATTOS, 1975). É uma modalidade da ciência geográfica que busca entender as relações de reciprocidade entre o poder político nacional e o espaço geográfico, orientando as ações dos governos no cenário local, regional e internacional.

Inicialmente, essas ações tiveram como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, a geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influenciar a tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e colônias tornou-se muito cara.

Para Becker (2005), a geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios.

O Estado brasileiro, com sua dimensão continental, primeiramente construiu o território, fundamentado nas oligarquias estaduais e regionais que perduraram por muito tempo de forma explícita até a década de 1930.

A partir desse período, o governo de Getúlio Vargas (1930/1937) buscou desarticular essa estrutura descentralizadora e federalista da Primeira República (1889/1930), introduzindo um modelo centralizador e intervencionista<sup>27</sup>.

---

26 O primeiro grande plano de comunicações concebido no Brasil foi o Plano Bicalho (1881), em homenagem ao engenheiro Honório Bicalho, chefe da diretoria de Obras Públicas do Império. Consistia de grandes e pequenos troncos viários, os primeiros ligando as Províncias do Império e o segundo ligando pontos dentro das Províncias. A originalidade desse plano não estava, porém, no fato dele ser o primeiro e nem nessas características, mas sim por preconizar os rios como as principais vias de transporte no território brasileiro e as ferrovias como os meios através dos quais os rios seriam interligados (VIEIRA 2005).

27 Em 11 de novembro de 1930, assinou o Decreto 19.398, dando configuração legal ao governo provisório que chefiava. Amparado por esse instrumento, assumiu plenos poderes, dissolveu o Congresso Nacional e

Tal perspectiva vai ao encontro do pensamento de Weber, o qual indica que:

O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado (WEBER, 1982, p. 103).

Getúlio Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar áreas consideradas desabitadas no Oeste e da Amazônia, para criar novo espaço, uma nova ordem social. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas (LENHARO, 1986).

Nesse sentido, entre outras ações para consolidar o processo de domínio do espaço brasileiro, o Estado Novo (1937/1945) lançou, em 1938, a proposta da Marcha para o Oeste com o objetivo de desbravar uma parte do Brasil até então desconhecida e isolada do contexto nacional. Essa orientação objetivava a ocupação e a integração econômica da região Centro-Oeste ao Norte e ao Sul do país. Para isso, foi criada a Expedição Roncador-Xingu (1950) cujo objetivo era alcançar Santarém (PA) penetrando pelo Planalto Central brasileiro e promovendo o surgimento de núcleos que se transformariam em áreas de colonização (ABREU, 2001). Tal proposta apontava para instalação de pontos avançados de colonização dirigidos pelo Estado.

A proposta política de intenções nacionalizantes tinha como objetivo crucial a diminuição das distâncias entre as regiões mais desenvolvidas do litoral brasileiro por meio de um esforço nacional de ocupação territorial visando à segurança e à defesa da soberania nacional. O domínio das fronteiras deveria atender a urgente necessidade de estabelecer e desenvolver, rápida e racionalmente, as condições mínimas de nacionalização, de organização social, econômica e de segurança das regiões fronteiriças e dos sertões, de integrá-los. Não obstante o discurso em contrário, vale ressaltar, corroborando com LENHARO (1986), que essa integração seguiria o padrão de acumulação da economia paulista.

É neste contexto que vem à luz a obra de Keynes, que influenciaria o debate econômico e a aplicação de políticas públicas por várias décadas. Em 1926, Lord Keynes postulou a ruptura com as bases do capitalismo *laissez-faire*<sup>28</sup>. Para esse autor, é verdade que os indivíduos possuem uma liberdade natural prescritiva em suas atividades econômicas, ou seja, não constitui uma dedução correta dos princípios da economia que o auto interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público, nem é verdade que seja geralmente esclarecido. Propôs, em contrapartida, que os economistas se dedicassem a distinguir entre a agenda e a não agenda do Estado, isto é, procurassem definir em que medida a intervenção governamental seria proveitosa ao capitalismo, em vez de simplesmente desqualificá-la como desnecessária ou perniciosa (KEYNES, 1984).

As teorias de Adam Smith e o *laissez-faire* foram insuficientes para a sustentação de mercado nos anos de depressão das primeiras décadas do século XX, pois, ao mesmo tempo em que retraíam as rendas monetárias e reais, subiam os preços relativos das mercadorias importadas, reduzindo a sua demanda. A despeito desse cenário, a procura interna se mantinha estável. O setor industrial que produzia para o mercado interno passou a oferecer melhores condições de inversão que o setor exportador.

Esses fatores, associados a uma política cambial favorável e a uma política de juros baixos, favoreceram a indústria nacional no processo de formação e expansão de capital. Nas palavras de Furtado (1970: p.131): “a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente do setor exportador”.

Assim, nessa direção, o modelo agrário exportador foi alterado, passando ao segundo plano, sendo a indústria a principal atividade da economia nacional resultando em novos mercados consumidores e no surgimento de duas novas classes: a burguesia industrial e o proletariado urbano. Logo, o País necessitava de estudos para reestruturar sua economia.

Segundo Baer (1983, p. 25):

---

<sup>28</sup> É a teoria a qual preconiza que o governo não deve interferir na maioria das transações econômicas. Palavra de ordem do liberalismo econômico, cunhada no século XVIII pelos fisiocratas franceses, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. Em tradução direta significa "deixar fazer, deixar passar".

Nas décadas de 1930 e 1940, tornou-se mais frequente a realização, tanto por estrangeiros como por naturais do país, de estudos e pesquisas sobre a estrutura econômica do Brasil, com propósitos de influir na direção do seu desenvolvimento. Um dos primeiros a vir à luz, nos anos 30, foi o Relatório Niemeyer, publicado em 1931 e preparado por Sir Otto Niemeyer, convidado pelo governo a visitar o Brasil, a fim de estudar a precária situação econômica do país e sugerir medidas para superar a crise provocada pela depressão.

Para promover o desenvolvimento e organizar a indústria nacional, foram criados, entre 1930 e 1937, os seguintes órgãos: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>29</sup>, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho, em 1931<sup>30</sup>; o Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934<sup>31</sup>; o Plano Geral de Viação Nacional<sup>32</sup> e a Comissão de Similares, em 1934; e o Conselho Técnico de Economia e Finanças<sup>33</sup>, em 1937.

Além desses órgãos, foram criados mais seis de planejamento com atribuições de alcance nacional: o Departamento de Administrativo do Serviço Público (DASP)<sup>34</sup>; Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE)<sup>35</sup>; Coordenação de Mobilização Econômica (CME) em 1942; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) em 1943, e a Comissão do Planejamento Econômico (CPE) em 1944. Esse período caracterizou-se pelo intervencionismo estatal na economia (Estado Keynesiano), pelo impulso à indústria de base, criando algumas empresas estatais no setor de bens de produção como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1942; a criação do Conselho Nacional do Petróleo<sup>36</sup>, em 1940; a criação da Companhia Vale Do Rio Doce (CVRD), em 1943; e a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em 1944. Outro órgão técnico criado no período e que merece destaque é o Instituto Nacional de Tecnologia (1933) – instituição tinha como finalidade estudar o melhor aproveitamento das matérias-primas nacionais e promover cursos de especializações para técnicos brasileiros (SCHWARTZMAN, 1983).

---

<sup>29</sup> Decreto-Lei nº 19.433, de 26 de novembro de 1930.

<sup>30</sup> Decreto-Lei nº 19.443, de 26 de novembro de 1930. O Decreto-Lei 19.667, de 04 de fevereiro de 1931, criou o Departamento Nacional do Trabalho (DNT), incorporando o Conselho Nacional do trabalho, cujos encargos foram transferidos ao DNT pelo Decreto-Lei 19.671, em 04 de fevereiro de 1931.

<sup>31</sup> Decreto-Lei nº. 24.429, de 20 de junho de 1934, criou o conselho federal do comércio exterior.

<sup>32</sup> Decreto Lei 24.497, de 29 de junho de 1934, criou o Plano Nacional de Viação (PNV).

<sup>33</sup> Decreto lei nº 14, em 25 de novembro de 1937.

<sup>34</sup> Decreto nº 579, em 30 de julho de 1938.

<sup>35</sup> Decreto nº 42.429, em 20 de junho 1934.

<sup>36</sup> Decreto lei nº 395 em 29 de abril de 1938



Contudo, a simples existência de elementos técnicos, como os acima citados, não são suficientes para mudar a direção do modelo agrário e reestruturar a economia. É necessário considerar as pessoas envolvidas no processo, percebendo-se, desse modo, a importância de movimentos migratórios para estabelecer conexões territoriais e produzir a integração dos espaços econômicos e agrário exportador.

As interações espaciais, portanto, se dão a partir de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais e informações sobre o espaço geográfico; poderão variar em intensidade e frequência, dependendo da distância e da direção (CORRÊA, 1997). A ocupação e o desenvolvimento territorial estão relacionados aos investimentos e projetos, não se constituindo como um interesse do todo, mas apenas a vontade de alguns, visto que os benefícios do acontecimento se restringem a um pequeno seleto grupo de atores.

Assim, os espaços são (re)funcionalizados, acolhem novas divisões do trabalho, novas hierarquias e posições, novos conteúdos normativos e mesmo especializações territoriais alienadas, que tiram a coesão e a força dos trabalhos e da organização pretérita do território. É a partir dessa nova formatação que podemos pensar que a integração e a fluidez garantida para alguns significam também fragmentação e imobilidade para outros, o que também inclui pensarmos, não só pelo ponto de vista técnico, mas também comum enfoque social (DIAS, 2005). Logo, nunca é demais reafirmar que essa dinâmica favorece determinadas regionalizações, o que corrobora e reforça a perspectiva da geopolítica nacional.

Assim concordando com Sormani, (1977, p. 17), o qual evidencia que:

A região é, pois, forma e conteúdo. De uma só vez, um conjunto orgânico de relações sociais e uma porção do espaço construído e utilizado pela sociedade humana que o ocupa. Possui um fator construtivo; o que constitui a base ou estrutura econômica e também uma superestrutura própria, ainda que, por vezes, difícil de perceber [...]. Resulta impossível separar o conteúdo social da região de sua forma material evidenciada pelas consequências da ocupação humana do território.

Entretanto, nesse processo de apropriação e de reapropriação do espaço, as redes contribuem com as transformações no território quando constroem os mais variados tipos de interconexões nas quais se destacam as redes técnicas ou de infraestruturas, como

sendo aquelas que dão suporte ao fluxo de materiais e de informações, redes de transporte (rodovias, ferrovias, hidrovias, etc.) e as de comunicação e de informação (infovias, internet, sistemas de comunicação via satélite, etc.). As redes ganham importância na tentativa da integração plena de todo o território nacional, selecionando territórios para investimentos, que dependem de suas próprias potencialidades que, ao se expandirem, socializam-se gerando movimentos sociais, os quais também tendem a se transnacionalizarem.

No caso brasileiro, era comum a preocupação de se construir estradas como forma de viabilizar a ocupação e o povoamento das áreas com baixa densidade demográfica com intuito de preservar a unidade nacional e a integridade do território, que ampliaria, ao mesmo tempo, as bases econômicas. O governo de Getúlio Vargas reforçou esse ideário e lançou o seu plano rodoviário com a finalidade de integrar todo o território de Norte a Sul do Brasil.

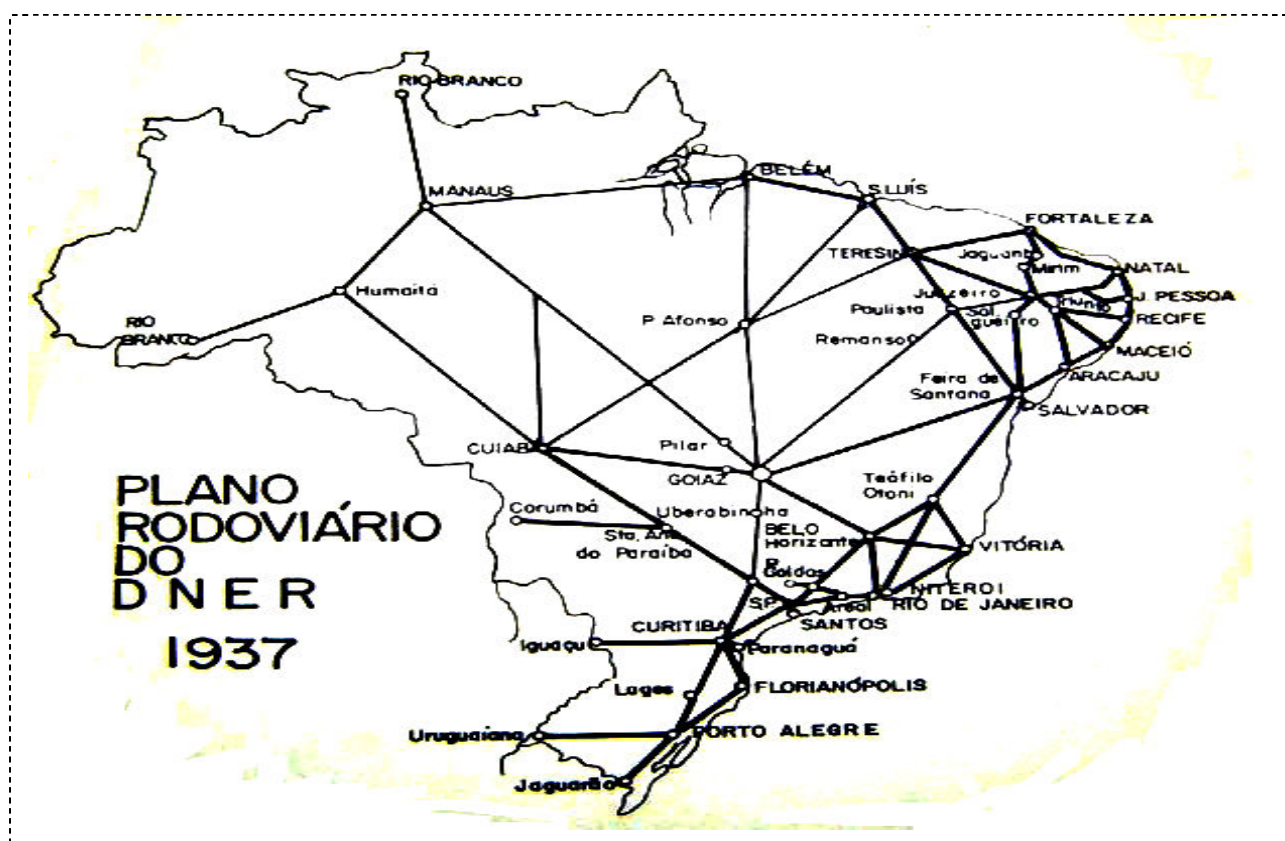


Figura 03: Plano rodoviário de 1937.

Fontes: DNIT Evolução do Planejamento Nacional de Transportes (2001) p. 33.

O Plano Rodoviário Nacional, elaborado em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, projetava a implantação de uma rede de transportes que integraria o território brasileiro

por meio de estradas de rodagem. Para o Centro-Oeste, o tronco rodoviário federal mais importante seria a construção da rodovia Transbrasiliana, considerada a “coluna dorsal” do país e que cortaria o Estado de Goiás de norte a sul. Planejada para ser o “eixo rodoviário” do Brasil, a Transbrasiliana foi um projeto viário ambicioso da era Vargas, entretanto, por problemas financeiros, arrastar-se-ia por décadas sem ser executado na íntegra (DNIT 2001).

Como nos lembra Dias (1995), a história das redes técnicas é também a história das inovações tecnológicas em resposta às demandas sociais que surgem em determinados locais e em determinados momentos. Esse é o sentido do surgimento, por exemplo, das redes de transporte como a ferrovia e a rodovia, das redes de comunicação, como a telegrafia, a telefonia e a teleinformática; ou ainda, das redes de energia, como energia elétrica, os gasodutos, os oleodutos, influenciando as relações sociais e econômicas no processo de desenvolvimento de cada região.

Dessa forma, explica Sayago (2004, p.21) que “[...] as redes de transporte integram os eixos fluviais e rodoviários em sistemas multimodais, que permitem uma maior capilaridade na ocupação do território por atividades voltadas ao mercado” e os movimentos migratórios<sup>37</sup> formam novas estruturas regionais, conjugados com os eixos fluviais e terrestres de comunicação.

Já para Raffestin (1993):

Todo indivíduo está preso a uma rede de comunicação, da mesma forma que todo grupo e toda sociedade. [...] Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, obedecendo a uma estrutura formal, são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as super determina em relação às estratégias das organizações (p. 218).

Essa afirmação implica dizer que a geopolítica e as redes têm sido utilizadas a articulações políticas e sociais para domínio e controle de determinado território. As redes de transportes, fluvial e terrestre, desde os períodos mais remotos têm sido utilizadas

---

<sup>37</sup> Entre meados do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, o Brasil participou de um dos maiores movimentos migratórios da história, recebendo principalmente indivíduos de origem europeia e asiática, que tiveram participação fundamental na estruturação da mão de obra nacional (BALAN, 1973; BRITO, 1995).

pelas organizações para integrar, controlar, garantir o domínio e posse sobre o seu território.

### 2.3 O Estado de Mato Grosso no contexto da consolidação do território nacional

O ano de 1943<sup>38</sup> marcou a divisão do Estado de Mato Grosso (1.477.041 km<sup>2</sup>) que incorporava os atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Naquele ano, houve o desmembramento do território de Rondônia, ficando o Mato Grosso com 1.231.549 km<sup>2</sup>, que seriam divididos 36 anos mais tarde, em 1977, com a criação dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul<sup>39</sup>.

Sob influência do programa “Marcha para o Oeste” e da Fundação Brasil Central<sup>40</sup>, no Estado Novo, destacam-se ainda algumas ações para o processo de ocupação de Mato Grosso: entre as quais foi a criação do núcleo populacional que deu origem ao município de Nova Xavantina<sup>41</sup>, resultado da expedição Roncador-Xingu, que procurava uma área estratégica para a instalação da sede do governo federal. Em 1943, outras ações foram realizadas pela Comissão de Planejamento e Produção (CPP) do governo estadual que, em apoio ideológico ao governo federal, instalou colônias de povoamento no vale do rio São Lourenço para fixar a mão de obra da população mineira remanescente. Várias colônias foram desenvolvidas em Rondonópolis<sup>42</sup>, Jaciara<sup>43</sup> e Dom Aquino<sup>44</sup> (SÁNCHEZ, 1992).

---

<sup>38</sup> Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, determinou a criação dos Territórios Federais Guaporé (atual Rondônia), do Rio Branco (atual Roraima), do Amapá, de Ponta Porá e do Iguaçu, os dois últimos extintos na Constituição 1946. Dentro do espírito da nacionalização, a “Marcha para Oeste” foi um esforço nacional de ocupação territorial visando à segurança e à defesa da soberania nacional. A ocupação das fronteiras deveria atender à urgente necessidade de estabelecer e desenvolver, rápida e racionalmente, as condições mínimas de nacionalização, de organização social, econômica e de segurança das regiões fronteiriças e dos sertões, de integrá-los.

<sup>39</sup> A divisão do Estado de Mato Grosso ocorreu em 1977, por intermédio da Lei Complementar nº 31, que foi determinada pelo presidente Ernesto Geisel, criando o Estado do Mato Grosso do Sul e conservando a parte norte do antigo território com a denominação de Mato Grosso. CAVALCANTE, Else; RODRIGUES, Maurim. *Mato Grosso e sua história*. Cuiabá: Edição dos autores, 1999, p.127-8.

<sup>40</sup> Fundação Brasil-Central (Decreto-Lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943).

<sup>41</sup> Localizada a 651 km da capital Cuiabá, na Microrregião de Canarana.

<sup>42</sup> Município distante 218 km da capital Cuiabá

<sup>43</sup> Município distante 148 km da capital Cuiabá

<sup>44</sup> Município distante 172 km da capital Cuiabá

Por sua vez, a ocupação de áreas do norte de Mato Grosso também tiveram seu início naquele momento com a implementação de políticas públicas e dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo governo brasileiro para fomentar o desenvolvimento dessas áreas. Ressalta-se que o Estado não atuava apenas como regulador da economia e administrador da coisa pública, mas como agente direto na produção, planejamento das atividades econômicas e modelos de ocupação espacial do território nacional.

Nesse sentido, relembra Bertran (1988, p. 75) que:

Antes mesmo da ideologia do Estado Novo produzir a estratégia da “Marcha para o Oeste” o disciplinamento da colonização em Mato Grosso passava pelo estatuto conhecido por “terras reservadas”. As terras reservadas no território mato-grossense tinham especificamente duas destinações: a primeira, a implantação de áreas para futuras povoações e a outra de áreas para colonização agrária propriamente dita.

Ao final dos anos 1950, a ocupação da região Centro-Oeste, mais particularmente o norte mato-grossense, concretizou-se pela rodovia BR-163. Simultaneamente, a região ganhou novo impulso com o governo Kubitscheck (1956-1960), com a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília.

Segundo Pessoa (1999, p. 47):

A expressão máxima e o coroamento da Marcha para o Oeste se deram com a construção de Brasília. Passar a abrigar a capital federal significou profundas alterações econômicas e políticas para o estado – aceleração do ritmo migratório; ocupação de novas terras; abertura de estradas; expansão do mercado; novos empregos.

É preciso destacar, no entanto, que, até a década de 1960, a falta de programas específicos e de incentivos governamentais bloqueava, de certa forma, o desenvolvimento agrícola da região. Salienta-se que o envolvimento do Estado na evolução da fronteira agrícola manteve-se reduzido, ou seja, a expansão das frentes de atividades produtivas foi basicamente espontânea, sendo que “a participação governamental, frequentemente tardia, ocorria apenas quando deficiências de infraestrutura ameaçavam a viabilidade das frentes de agricultura comercial” (MULLER, 1990, p.50).

Em janeiro de 1961, Jânio da Silva Quadros foi eleito Presidente da República, entretanto renunciou ao cargo sete meses depois. João Goulart assumiu inicialmente sob o regime parlamentarista e, após a realização de um plebiscito, confirmou-se a opção pelo presidencialismo. João Goulart exerceu plenamente os poderes de presidente, porém foi deposto pelo golpe militar de 1964 (BRASIL, 2009).

### **2.3.1 O Regime Militar e as políticas para reocupação do território Mato-grossense no contexto da Amazônia Legal**

A região denominada de Amazônia mato-grossense é parte da Amazônia Legal, sendo que Mato Grosso ocupa posição geopolítica estratégica em relação às Américas. É o centro da América do Sul e o Portal da Amazônia. Com uma extensão territorial de 901.420 quilômetros quadrados, representa 10,55% do território nacional e pertence à região Centro-Oeste, sendo que 50 dos seus 141 municípios que estão localizados ao norte do Estado pertencem à Amazônia Legal. Benchimol trabalha com a divisão da Amazônia em três macrorregiões: Arco do Povoamento Adensado, Amazônia Central e Amazônia Ocidental. A região do Mato Grosso que pertence à Amazônia integra a região do Arco do Povoamento Adensado, correspondente à parte do Acre e do Amapá, além dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Amapá (BENCHIMOL, 2002).

Iniciando o período militar, a partir do governo de Castelo Branco (1964-1968), a Amazônia deixou de ser uma região pensada apenas a partir de cogitações, para ser pensada e planejada estrategicamente a partir do governo central, que criou planos, programas, superintendências para executarem os planos no espaço amazônico. Com esse objetivo, o governo lança mão do que se denominou “Operação Amazônia”, que implicava um complexo de leis e de medidas administrativas, visando promover a definitiva integração da região ao contexto socioeconômico nacional.

Observa-se, entretanto que o regime militar instaurado não representou uma ruptura no tratamento que a região vinha recebendo por parte do Estado. As políticas integralistas e de segurança nacionais, planejadas e estabelecidas nos anos anteriores, permaneceriam vigentes e ainda mais intensificadas pelo caráter autoritário da ditadura,

quando algumas reformulações foram feitas através de substituições<sup>45</sup> e reformulações de diversas instituições dentre elas: o Banco de Crédito da Amazônia pelo Banco da Amazônia (BASA), a SPVEA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 1966; a Fundação Brasil Central (FBC) pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), 1976.

A postura concentradora da ditadura militar somente legitimou o poder de intervenção dos técnicos e planejadores, pois a eles atribuíram a capacidade do surgimento de uma ordem social pacífica e segura, de economia e cultura previamente concebidas, onde os inimigos internos eram criados pelas graves questões sociais irresolutas no Nordeste e as questões agrárias que a ligação com a Amazônia iria esvaziar (OLIVEIRA, 1994).

A partir de tais medidas, entendia-se que, a fim de que todo o processo de integração regional e a ocupação das fronteiras internacionais se concretizassem, haveria a necessidade de incentivos fiscais específicos para construção de rodovias e de assentamentos de colonos para a efetiva ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste.

Para dar apoio a esse processo de ocupação, foram criados diversos outros programas que visavam igualmente estimular a ocupação da região, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste).

---

<sup>45</sup> Dela compreenderam as Leis n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, reestruturando o Banco da Amazônia S.A. [...] n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, transformando a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a missão precípua de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia; e Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, concedendo incentivos fiscais em favor da região amazônica (AMAZÔNIA, 1969, p. 9).

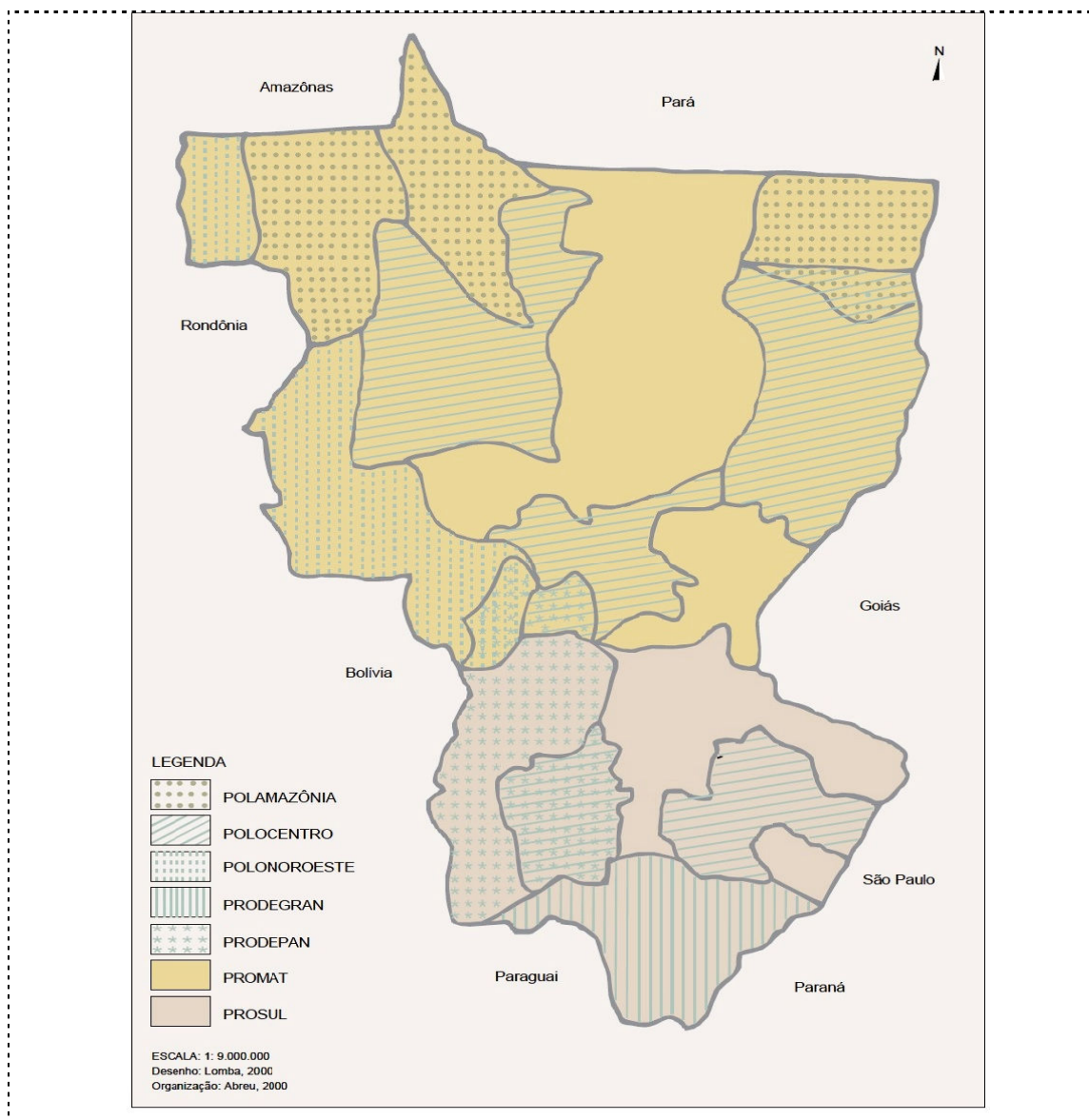


Figura 04: Programas de ocupação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul  
 Fonte: Abreu (2001)

Ainda em 1969, o presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) decidiu dar atenção especial para o desenvolvimento do Mato Grosso. Assim, transferiu o 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construções), do Exército do Estado do Rio Grande Sul, para Cuiabá. Durante o verão de 1970, o Exército fez os primeiros levantamentos topográficos para a construção da BR-163. Esses trabalhos foram realizados a partir de Mato Grosso pelo 9º BEC e, a partir de Santarém, no Pará, pelo 8º BEC, sendo que cada batalhão fosse responsável pela metade da obra. Em Mato Grosso, a BR-163 foi aberta a partir do Posto Gil, entroncamento da BR-364 dos municípios de Diamantino e Chapada dos Parecis.



No início dos anos 1970, foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), sendo construídas rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, ao longo das quais foram criados vários núcleos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Do ponto de vista territorial, a grande preocupação dos governos militares foi com a integração nacional, fazendo com que áreas ocupadas por nações indígenas, por pequenos posseiros e por garimpeiros, que viviam isolados, se integrassem ao Brasil econômico, povoado e, até certo ponto, dinâmico. Daí a preocupação em construir estradas e implantar núcleos de colonização.

Segundo Miyamoto (1995), a geopolítica dos militares no poder estava fundamentada na concepção de segurança nacional como tentativa de resguardar o território nacional, mediante uma política que abrangesse todo o território, protegendo-o e ocupando os espaços vazios. O lema pode ser sintetizado na ideia de “ocupar para não entregar”.

Para Martins (1997, p. 84-85):

O lema da ditadura era ‘integrar’ (a Amazônia ao Brasil) ‘para não entregar (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em ‘ocupação dos espaços vazios’, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos.

Na mesma linha, Mattos (1980) faz um relato histórico da colonização amazônica para, em seguida, analisar os acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 de um ponto de vista geopolítico do real domínio e integração da Amazônia com as outras partes do país e com a América do Sul. A ideia principal desenvolvida pelo autor é a de construção de uma ampla rede de transportes que integrasse o sistema Amazônico ao restante do Brasil, via Cuiabá, e a América do Sul. Nesse sentido, a preocupação geopolítica brasileira continuava presente e teria grande influência nas decisões de planejamento e políticas públicas (COSTA, 1992).

O intuito era de interligar o espaço Amazônico demograficamente vazio, mas rico em vales férteis, amplamente favoráveis à agricultura e à pecuária e com regiões onde se assinalam promissoras jazidas minerais ao espaço nordestino, ao seu lado, com uma população já próxima aos 30 mil habitantes distribuídos pelo semi-árido do sertão, marginalizados pelo processo de desenvolvimento econômico e social do País (MATTOS, 1980).

O governo militar encontrou no modal rodoviário o agente catalisador para levar o desenvolvimento. Decidiu, então, lançar um projeto de uma grande rodovia, a Transamazônica, que começaria em Picos, no Piauí, e interligaria com a Rede Rodoviária Nordeste. Atravessaria as regiões mais densamente povoadas e mais castigadas pelas secas periódicas e viria cruzar a Rodovia Belém-Brasília, na ponte do rio Tocantins (Estreito). A partir desse ponto, penetraria na floresta tropical e alcançaria os longínquos pontos urbanos estagnados às margens de caudalosos rios (Marabá, Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Humaitá, Lábrea, Boca do Acre, Cruzeiro do Sul). Atravessaria os vales férteis e se interligaria à rodovia Porto Velho-Manaus no Estado do Acre e se conectaria com as estradas de rodagem que ligam o Brasil ao Peru e à Bolívia (GOLDOLPHIM, 1970).

Simultaneamente, lançou diretriz rodoviária, perpendicular à Transamazônica, a BR-163 (Cuiabá/Santarém), ligando Santarém, importante porto situado na confluência dos rios Tapajós e Tocantins, com a cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso.

As razões que levaram à escolha do eixo transversal transamazônico de 5.000 km de extensão e do eixo longitudinal, de 1.500 km, ligando o Baixo Amazonas ao Centro-Oeste foram às seguintes:

a) Estabelecer conexão com a malha de rodovias já construídas ou em fase de construção no Nordeste, no Centro-Oeste e na própria região Amazônica, articulando-se com as redes viárias dos países limítrofes;

b) Induzir a complementação do sistema fluvial da Amazônia, pela interceptação dos trechos navegáveis dos afluentes do rio Amazonas, passando por duas estradas a construir verdadeiros caudatários terrestres desses rios navegáveis;

c) Interligar os principais núcleos populacionais da região sul do rio Amazonas, diminuindo a distância e o tempo da comunicação entre eles de vários dias para poucas horas;

d) Aproveitar as faixas de solos mais favoráveis para a colonização e para o estabelecimento de atividades agropecuárias, reservando o plano do governo para colonização, uma faixa de 20 km tendo a estrada como eixo;

e) Criar facilidades de acesso às regiões de ocorrência minerais, com exploração econômica (GOLDOLPHIM, 1970).

Concomitantemente, sucederam-se vários planos e políticas públicas que encorajavam as migrações da população para o interior, entretanto foi sob a presidência do General Emílio Garrastazu Médici (1970-1974) que os resultados foram mais visíveis. O PIN (Plano de Integração Nacional) de 1970 lançou decisivamente as migrações das populações para o Oeste, ainda como lema de integrar para não entregar. O Plano foi baseado na realização de grandes projetos de infraestrutura viária.

Assim, redes de estradas federais foram planejadas e delimitadas em todas as áreas de fronteiras e permitiram unir o Nordeste do Brasil ao Peru e o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. A utopia da Transamazônica tornou-se uma realidade para milhares de famílias nordestinas e outras dezenas de milhares de migrantes vindos, principalmente, dos Estados do Sul e do Sudeste. Muitos desses colonos estabeleceram-se inicialmente no Estado de Rondônia.

No âmbito dessa política e com o desejo de impulsionar ainda mais o processo de ocupação do interior do País, nos anos de 1970, o governo militar criou uma nova instituição que substituiria o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esse órgão passaria a ser o responsável pela execução das políticas de reforma agrária e pela administração do PROTERRA<sup>46</sup>. Teria como principal área de função, o apoio ao pequeno produtor, sob a forma de redistribuição de terras, assistência creditícia, técnica e social e implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

---

<sup>46</sup> Principais áreas de atuação: (1) Apoio ao pequeno produtor, sob a forma de redistribuição de terras, e assistência creditícia, técnica e social e (2) Implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial, no Nordeste e no Norte.

Tais objetivos visavam ocupar e expandir a fronteira e tinham como fator de atração subsídios e incentivos fiscais para quem ocupasse as áreas destinadas à colonização agrícola. Com esse planejamento, foram criados projetos tais como o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), Projeto de Assentamento (PA), e o Projeto Integrado de Colonização (PIC) para deslocar a fronteira agrícola. Nesse contexto, os diversos governos federais e estaduais estimularam a migração de sul-rio-grandenses, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas e nordestinos esvaziando as áreas de tensões sociais, caracterizadas pelos conflitos fundiários, para as regiões consideradas desocupadas do Estado de Mato Grosso, desconsiderando os indígenas caboclos e posseiros (CAVALCANTE, 2006).

Os trechos da Amazônia em do Mato Grosso destinados a esse propósito foram os seguintes: a BR-070, que corresponde ao trecho Cuiabá-Vilhena–Porto Velho (1.400 km); a BR 163, que corresponde ao trecho Cuiabá–Cachimbo–Santarém–Alenquer–Fronteira com a Guiana Francesa (1.780 km); e a BR-158, que corresponde aos seguintes trechos: Barra do Garça–Xavantina–São Félix do Araguaia – Altamira (1.600 km) sendo que 100 km de terras às margens das rodovias federais ficaram suscetíveis de desapropriação para reforma agrária.

Ao longo de rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, foram criados vários núcleos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e vários projetos agropecuários e agros minerais na Região, via concessão de incentivos fiscais e créditos a grandes empresas nacionais e multinacionais. Essas empresas ganharam impulso ao lado da colonização oficial, as de caráter privada geridas por empresas particulares, principalmente ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém/BR-163, no Estado de Mato Grosso (HESPANHOL, 2000).

Basicamente havia três tipos básicos de famílias que se enquadrariam ao processo migratório, os que possuíam terras, os descapitalizados e os desapropriados. O primeiro conjunto de famílias se caracterizou por possuir terra na região de origem, mas essas famílias foram afetadas pela propaganda pró-imigração e pró-colonização por estarem buscando para seus membros melhor espaço e uma extensão de terra maior, havendo notadamente, nesse caso, uma visão desenvolvimentista, que era algo fortemente instituído e divulgado pelo Regime Militar (ZART, 2005).

O segundo grupo se caracterizou pela descapitalização na região de origem. Eram homens sem terra, que buscavam, porém, de forma isolada, condições melhores de trabalho e de vida. Essas pessoas foram para uma região de colonização nova, a fim de exercerem suas profissões em grandes fazendas na aventura e na esperança de conseguirem um pedaço de chão.

O terceiro grupo era de excluídos e de desapropriados no Sul, tanto pelo fechamento da fronteira quanto pela modernização da agricultura, processos os quais levaram à concentração de terras (ZART, 2005).

Explica Zart (2005) que a colonização teve características diferenciadas. O processo migração-colonização esteve ligado ao fator de esgotamento das terras na chamada Colônia Velha, provocada rapidamente pela característica da formação de projetos colonizatórios: a pequena propriedade fundiária, associada às famílias numerosas e a existência de terras vazias, uma fronteira agrícola a ser incorporada.

No quadro seguir segundo Oliveira (1987) apresenta os projetos colonizatórios desde 1969 até 1984

Quadro 01: Principais Projetos de colonização no Estado de Mato Grosso

Município	Empresa ou órgão	Implantação
Juara e Novo Horizonte do Norte	Imobiliária Mato Grosso (IMAGROL)	1969
Canarana	Cooperativa 31 de março Ltda.	1971
Sinop e Vera	Colonizadora do Noroeste do Paraná (SINOP)	1972
Colíder	Colonizadora Líder	1973
Água Boa	CONAGRO	1975
Alta Floresta	Colonizadora INDECO	1976
Nova Canaã do Norte	Colonizadora Líder	1976
Sorriso	Colonizadora Feliz	1977
Marcelândia	Colonizadora Maiká	1977
Nova Mutum	Colonizadora Mutum Agropecuária	1978
Juruena	Colonizadora Juruena Empreend. Imobiliários	1978
Brasnorte	Colonizadora Cravari	1978
Terra Nova do Norte	INCRA e Coopercana	1978
Paranaíta	Colonizadora INDECO	1978
Peixoto de Azevedo	INCRA e Coopercana	1980
Novo Mundo	Assentamento pelo INCRA	1981
Lucas do Rio Verde	Assentamento pelo INCRA	1981
Guarantã do Norte	Tritícola de Erechim e INCRA	1981
Vila Rica	Colonizadora Vila Rica	1981
Apiacás	Colonizadora INDECO	1982
Carlinda	INCRA e Cooperativa Cotia	1981
Nova Bandeirantes	Colonizadora Bandeirantes	1982
Matupá	Colonizadora Cachimbo	1984
Cotriguaçu	Cotriguaçu Colonizadora Aripuanã S.A.	1984
Nova Monte Verde	Colonizadora Monte Verde	1984

Fonte:- Elaboração de Lovato, Deonice Maria Castanha com base em Ferreira, 1997 e Oliveira (1987).

Naquilo que se refere especificamente à área de influência da BR-163, o papel do INCRA ocorreu de duas formas: a primeira foi responsável pela criação e demarcação dos espaços de colonização pública ligados aos projetos de regularização fundiária, ou de criação de assentamentos; a segunda interveio como sócia na criação de projetos de colonização cuja organização foi confiada às cooperativas.

No rastro da abertura dessa rodovia, surgiram em Mato Grosso inúmeros projetos de colonização organizados por empresas particulares que mobilizaram grande contingente de migrantes do Sul do País e de outras regiões brasileiras dando origem a vários municípios tais como Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Cláudia, etc.

Para obter sucesso no projeto de colonização, 60% das terras do Estado de Mato Grosso foram federalizados, ou melhor, foram confiscados pelo governo federal nessa mesma época, para a realização dos projetos de colonização agrícola.

Esses programas procuravam garantir ao governo o direito de posse dos territórios. Para isso, desapropriou as áreas às margens das rodovias para fins de colonização. Evidentemente, o modelo ditatorial do PIN sobrepôs os territórios federais sobre os estaduais para fins de colonização, como afirma Becker (1997, p.16):

A manipulação do território pela apropriação de terras dos Estados foi um elemento fundamental da estratégia do governo federal, que criou por decreto territórios sob os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito a propriedade. Na verdade, trata-se de distribuir a terra sim, mas sob o controle do Estado, estimulando, orientando e ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização é uma estratégia que retira o controle da terra dos governos estaduais para o governo central; é entendida como capaz de solucionar os conflitos sociais absorvendo produtores sem terra, povoar a fronteira inclusive em locais estratégicos e ao mesmo tempo criar bacias de mão de obra local. Se os objetivos estratégicos de ocupação são em parte alcançados, o controle certamente não, acentuando os conflitos.

Os projetos de colonização na Amazônia Legal deveriam ser implantados em terras devolutas situadas nas faixas de 100 km de largura em cada um dos lados das rodovias existentes, ou projetadas para a área. É preciso destacar que essas áreas correspondiam a 100 quilômetros de cada lado das rodovias e compreendiam uma parte considerável do território brasileiro e estavam sob a administração do Conselho de Segurança Nacional.

As colonizadoras recebiam os mais diversos incentivos e estímulos oficiais, tais como terras financiadas em longo prazo, apoio em infraestrutura, financiamentos de projetos, dentre outros. Interferiam sobre o uso da terra em uma escala sem precedentes e incentivavam<sup>47</sup> intensos fluxos migratórios para a ocupação e incorporação produtiva dessas áreas.

Por sua vez, projetos como o de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco), executado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco), orientaram a localização das áreas de colonização sustentadas no binômio produção/eficiência. Centravam-se na ocupação produtiva da fronteira e na proximidade dos eixos rodoviários, que iriam favorecer principalmente as fazendas comerciais, que visavam ao crescimento da produção em curto prazo e à contribuição significativa para o crescimento do Produto Interno Bruto. Os objetivos eram a expansão do mercado nacional e a ampliação da produção de minérios e de grãos para exportação. Entre as áreas incluídas, estavam os atuais municípios de Aripuanã, Cáceres, Peixoto de Azevedo e Rondonópolis no Estado de Mato Grosso (MORENO, 1993).

Em síntese, pode-se dizer que as políticas de “ocupação” e de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso passaram a abranger três âmbitos:

- Geopolítico, pois se voltava à distribuição de terras para efetivar a “ocupação” e a integração e controle do território;
- Âmbito econômico para fortalecer a economia nacional por meio da produção e consumo de bens;
- Âmbito social, transferir o “excedente” populacional do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro para aquela região, por meio de planos tais como Plano de Integração Nacional, POLOCENTRO<sup>48</sup>, PROTERRA<sup>49</sup> e POLAMAZÔNIA,<sup>50</sup> idealizados pelo governo do General Emílio G. Médici (1969-1974).

---

<sup>47</sup> Para estimular a ocupação da região, o governo dava incentivos aos colonos, como salário no primeiro ano e uma casa de madeira, promessas que nem sempre eram cumpridas (RIVAS, 2004).

<sup>48</sup> POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados: Estabelecido pelo Decreto nº. 75.320, de 29 de janeiro de 1975, conforme Circular nº. 259 do Banco Central, de 19 de junho de 1975, (MUELLER, 1990).

<sup>49</sup> PROTERRA: Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste.

<sup>50</sup> POLAMAZÔNIA: Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia.

O que ficou evidente nesse processo, entretanto, é que tais projetos de forma alguma alteravam a estrutura da realidade fundiária brasileira estabelecida até então. Permaneceriam vivos a monocultura e o latifúndio no Nordeste, Sudeste e Sul do País.

As políticas oficiais de colonização também se transformaram, em muitos casos, em atividades especulativas, em que as rendas agrícolas muitas vezes nada significavam, o que mais importava era a valorização das terras. Os especuladores legitimavam a ocupação com a exploração da madeira nobre, seguida da exploração pecuária extensiva, uma atividade ideal para a ocupação ociosa de terras, devido aos baixos custos de produção. A pecuária improdutivo, além de consolidar a propriedade das terras, dava acesso aos subsídios do governo (REYDON, 2006).

Contudo, com a crise do petróleo, em 1973, e a conseqüente retração econômica, o milagre econômico entrou em colapso e o governo federal, ainda em meados daquela década, parou de investir na região. Com isso, a pulsante fronteira entrou em letargia (SAYAGO; BURSZTYN, 2004). As prometidas rodovias, então já abertas, bem como as demais obras de infraestrutura previstas, não foram totalmente concluídas ou nem sequer iniciadas. Com isso, a população ficou abandonada à própria sorte, em condições muito adversas daquelas de sua região de origem, como foi o caso dos que se localizaram ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

O governo militar, com o pretexto de garantir a posse do território, fundamentou-se nos princípios da geopolítica para controlar e direcionar a ocupação. Para isso, investiu um volume considerável de recursos do erário público em infraestrutura, créditos e subsídios o que permitiu a especulação com a terra.

Com o governo militar (1964/1985), instalou-se uma ditadura a serviço do capital monopolista, subordinando a ele a agricultura. Não existia, nesse contexto, espaço para uma reforma agrária que diminuísse a desigualdade social. Na maioria dos casos, o que se viu foi a criação de assentamentos para fixar mão de obra barata perto de fazendas. Incentivos fiscais e empréstimos foram facilitados para a ocupação das chamadas fronteiras agrícolas, que beneficiaram principalmente o estabelecimento das grandes propriedades para agricultura ou pecuária.



Hébette e Marin (1991) citam o caso das terras ao longo da Rodovia Belém Brasília, em que a apropriação de grandes áreas ocorreram por meio de brechas legais, como o registro de várias propriedades em nome de “laranjas”<sup>51</sup> que, na verdade, pertenciam a um só proprietário. Os processos concentradores também implicavam muitas vezes na expulsão sistemática dos ocupantes das terras, causando conflitos geradores de insegurança e mortes. Aos colonos expulsos, restava migrar para novas áreas de fronteira, trabalhar como assalariados ou migrar para centros urbanos regionais.

Segundo Romeiro e Reydon (1998), esse é o cerne do crítico problema agrário no Brasil, que tem suas origens no padrão de ocupação e de desenvolvimento do País que, na sua gênese, não passou pela ruptura da “sagrada aliança” entre a burguesia e os proprietários de terra. O processo de modernização da economia brasileira, portanto, não rompeu com as forças mais retrógradas e manteve o poder político concedido aos proprietários de terra.

Com a abertura da nova fronteira agrícola, grandes grupos econômicos nacionais e internacionais instalaram-se na região, subsidiados pelo governo. A chegada dos colonizadores no Estado de Mato Grosso trouxe consigo a violência quando da disputa por esse território devido ao fato de que esses espaços destinados à migração estavam ocupados por tribos indígenas e por posseiros.

Todo esse processo provocou grandes impactos na ocupação e na economia, não só do Estado de Mato Grosso, mas em toda a Região Centro-Oeste e Amazônica. A política de isenções fiscais e de dedução do imposto de renda, adotadas naquela época, contribuíram para o aumento cada vez maior da concentração de terras no Brasil. Essas políticas, além de darem margem à venda ilegal das terras, contribuíram para o aumento da violência no campo. Igualmente, permitiram a derrubada indiscriminada de muitas árvores, o que resultou em profundas alterações nos ecossistemas. Dizimaram nações indígenas, promovendo o desrespeito aos nativos e aos posseiros (primeiros habitantes) que habitavam essas áreas e às culturas locais, pela exploração não planejada das riquezas, e por políticas que fomentaram a desigualdade e a exclusão no campo (BECKER, 1997).

---

<sup>51</sup> Termo para designar pessoa física ou jurídica que tem seu nome e registros legais utilizados consciente ou inconscientemente em transações geralmente ilícitas em benefício de terceiro, cuja identidade permanece oculta. Termo utilizado também em inglês com a denominação de *straw-man*.

As disputas por terras, os violentos conflitos no campo e a destruição dos ecossistemas são problemas difíceis de solucionar na região. A ocupação de terras indígenas, do latifúndio improdutivo, da grilagem de terras públicas, do uso indevido dos recursos naturais, da omissão e corrupção dos órgãos públicos responsáveis pelas questões agrárias e ambientais e pelo modelo econômico capitalista baseado na cadeia produtiva do agronegócio promovem assim uma insustentabilidade do ponto de vista ambiental, econômico e social. Logo o avanço da fronteira agrícola em direção à Amazônia contribuiu e tem contribuído com o aumento da violência no campo (CPT, 2010).

Tabela 01: Conflitos Agrários

Conflitos por Terra na Região Centro-Oeste 2011								
Estado	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
DF	03	117	01	300			04	417
GO	03	80	03	111			06	191
MS	22	970	08	973	02	170	32	2113
MT	23	3917	05	800	02	340	30	5057
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>5084</b>	<b>17</b>	<b>2184</b>	<b>04</b>	<b>510</b>	<b>72</b>	<b>7778</b>

Fonte: Relatório CPT 2011

\*Conflitos por terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

A expansão das monoculturas e dos latifúndios ameaça a sobrevivência da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária na região. Muitos deles estão sendo incorporados à produção de grãos para a cadeia produtiva do agronegócio. A agricultura familiar<sup>52</sup>, que seria a saída para milhares de mato-grossenses que estão vivendo na linha de pobreza, está sendo absorvida pelas monoculturas.

Assiste-se em nosso País a uma contra reforma agrária. O poder dos latifúndios, travestido hoje de agronegócio, impõe suas regras afrontando o direito dos posseiros,

<sup>52</sup> Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Food and Agriculture Organization (FAO) considera a agricultura familiar “[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996: 4).

pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas e outras categorias camponesas. Há também o avanço sobre reservas ambientais e reservas extrativistas.

O apoio e o incentivo financeiro do Estado ao agronegócio fortalecem esse setor a seguir adiante, acobertado pelo discurso do desenvolvimento econômico que nada mais é do que a negação dos direitos fundamentais do cidadão. Esse tipo de ocupação, com o desígnio de levar o desenvolvimento, como no caso do estado de Mato Grosso, permitiu que se ignorassem as comunidades tradicionais, indígenas e posseiros que habitavam esses locais. A disponibilidade de terras de forma privilegiada sob os auspícios dos incentivos fiscais transformaram essas regiões em mercadoria, promovendo a segregação e a exclusão socioespacial.

### 3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SINOP E LUCAS DO RIO VERDE

O processo de desenvolvimento verificado nos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde fundamentou-se no modelo de desenvolvimento (economicista), iniciado por Getúlio Vargas (1930) que buscava a integração de novas áreas e a ampliação de mercado nacional. Ganhou força a partir da segunda metade do século XX, com o regime militar que incluiu o espaço norte mato-grossense nesse processo.

Deve-se salientar que a crítica a esse processo, nos dias atuais, de acordo com Montibeller Filho (2001), deriva da necessidade da construção do novo conceito de desenvolvimento. Esse autor critica a visão economicista do processo e denuncia esse modelo como responsável pela geração dos problemas sociais e ambientais, não passando apenas pelo que ele denomina de reducionismo econômico. Na busca por respostas à crise, o autor coloca, como resposta da ciência, um novo paradigma, o eco desenvolvimento, que busca respostas para as questões estabelecidas e não respondidas nas abordagens dos fenômenos sociais que se tornaram complexos.

O conceito do eco desenvolvimento veio no intuito de constituir novo paradigma ou padrão normativo, disseminar respostas aos limites das abordagens que não mais conseguem abranger ou mesmo compreender essa realidade complexa e mutante, composta de fenômenos sociais que não tomavam lugar ativo no pensamento científico, tais como a exclusão social e a questão ambiental.

Os termos *desenvolvimento* e *crescimento* são empregados, na maioria das vezes, como sinônimos. Entretanto, crescimento é indispensável ao processo de desenvolvimento, mas não é a condição suficiente, uma vez que crescimento se refere aos aspectos quantitativos e desenvolvimento a melhorias qualitativas.

Por sua vez, Furtado (2004, p. 484) afirma que:

O crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Nesse caso desenvolvimento econômico implicaria distribuição. É impossível não ser simpático a essas proposições. Elas supõem que o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre com o aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural’.

O espaço norte mato-grossense só teve sua economia inserida no contexto nacional na década de 1960, quando o governo federal, com o intuito de desenvolver e assegurar a posse do território nacional, estabeleceu políticas para a região. Sua ocupação, inicialmente, caracterizou-se como expansão da fronteira agrícola, impulsionada por frentes camponesas espontâneas e dirigidas, oriundas do Nordeste e Sul do Brasil. Essa operação caracterizou-se pela presença efetiva do Estado, por intermédio da SUDECO E SUDAM e BASA.

A ocupação dirigida pelo Estado, nas palavras de Becker (1997. p.16):

A colonização foi uma estratégia que retira o controle da terra dos governos estaduais para o governo central; é estendida como capaz de solucionar os conflitos sociais absorvendo produtores sem terra, povoar a fronteira inclusive em locais estratégicos e ao mesmo tempo criar bacias de mão de obra local. Se os objetivos estratégicos de ocupação são em parte alcançados, o controle certamente não, acentuando os conflitos.

O processo de desenvolvimento remete às considerações que envolvem as possíveis oportunidades de inclusão socioeconômica da população. Não se devem esquecer, entretanto, das questões éticas na ocupação desses espaços, uma vez que a exaustão dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente representam ameaças à sobrevivência do próprio ser humano. As novas concepções sobre o desenvolvimento e suas implicações, especialmente no tocante às relações dos homens entre si e a natureza, devem ser consideradas não apenas no caso dos países em desenvolvimento, mas pensadas em um contexto global.

Uma das principais distinções entre o mundo desenvolvido e o não desenvolvido diz respeito exatamente à associação entre as formas de apropriação e exploração dos

recursos não reprodutíveis. Igualmente são relevantes as implicações desses atos para a distribuição da renda e riqueza social, bem como para um uso menos predatório de tais recursos como no caso dos Municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. Reconhece-se que as atividades agropecuárias têm suas especificidades que demandam a criação e a sustentação de políticas que regulam as relações entre o capital, o trabalho (recursos reprodutíveis) e a terra, exatamente porque esta é o principal recurso não renovável na escala temporal humana geradora de conflitos entre inclusão e exclusão.

As ações, durante o período militar, visavam à geração de superávits comerciais, priorizando a agricultura em grande escala, voltada para a exportação. Ao mesmo tempo, hesitava em acreditar na capacidade da agricultura familiar desencadear o processo de desenvolvimento regional. Esse comportamento se explica pelo direcionamento das políticas públicas sucessivas como o Programa de Integração Nacional (PIN, Polonoroeste, Polamazonia, Proterra, Pladesco, Promat, e outros citados anteriormente, para inclusão dessas áreas no setor produtivo internacional.

Como elucida Diegues (1999), o processo de ocupação do espaço se constituiu da seguinte forma: a fim de ocupar a região, o governo estimulou a chegada de camponeses sem terra do Nordeste e do Sul. Centenas de milhares de colonos de áreas temperadas foram atraídos para a região amazônica sem o conhecimento de práticas agrícolas adequadas a um ambiente de floresta tropical. Parte desses novos colonos chegou espontaneamente, seduzidos pela propaganda de terras baratas, e parte chegou à região a partir de assentamentos organizados, como foi o caso dos que se dirigiram para o Estado de Rondônia e Mato Grosso. Grande parte desses assentamentos fracassaram devido à baixa fertilidade da terra, a carência de serviços básicos (comercialização, extensão rural e infraestrutura) e condições ecológicas, culturais e políticas distintas.

Os municípios estudados tiveram um processo de ocupação abreviado por meio de políticas públicas governamentais em nível federal e estadual, considerando essas áreas como um ecúmeno demográfico. Nesses locais, porém, já habitavam os indígenas como os da nação Kaiabi, que viviam inicialmente em simbiose com os seringueiros que, desde o início do século, já transitavam por essas áreas em busca do látex. Com a abertura de estradas, como a rodovia BR-163, esse processo foi acelerado com a vinda das colonizadoras, posseiros e grileiros em busca de um eldorado contemporâneo. Do ponto de vista econômico, os objetivos foram alcançados, porém ainda perduram questões

irresolutas nas áreas socioambientais.

Reafirmado por Passos (1998, p.58), a colonização agrícola representou “para os capitalistas, a possibilidade de enriquecimento pela aquisição de grandes extensões de terras e, para os mais pobres, um meio de sobrevivência”.

Para Nepstad (2000), as atividades produtivas na Região Amazônica têm diferentes impactos ecológicos. Fazendeiros e agricultores derrubam e queimam a floresta para implantar pastagens e culturas agrícolas. Os madeireiros, para cada árvore que retiram, danificam várias outras, reduzindo o número de espécies vegetais e animais. Outros coletam vários produtos não madeireiros como látex, frutos e animais. Dos três níveis de uso, o primeiro tem grande impacto ecológico, pois a floresta é substituída por outros tipos de vegetação resultando em mudanças drásticas na hidrologia, no conteúdo de carbono e na diversidade biológica.

Com a ocupação pela agropecuária exportadora ou pela exploração mineral, juntamente como fracasso de muitos e o sucesso de poucos, esses territórios foram permitindo a criação de cidades com características e vocações diferentes, determinadas inicialmente pelo INCRA, e encontrando-se em constante mutação com dinâmicas próprias.

De acordo com Becker (1997), a urbanização, antes mesmo de uma produção agrícola e industrial na fronteira, é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional: sustenta a mobilidade, permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. Isso porque os núcleos urbanos desempenham papel fundamental na ocupação, atraindo fluxos migratórios, organizando o mercado de trabalho e o controle social. Além disso, essa área da fronteira agrícola já nasceu urbana, ou seja, está fundamentada na criação de núcleos urbanos e constantemente em transformação.

Nessa conjuntura, deve-se lembrar que os municípios tiveram sua reterritorialização e seu desenvolvimento econômico conectados com a rodovia BR-163, iniciada em 1971, mas inaugurada em 1976, pelo então Presidente da República, General Ernesto Geisel. O trecho de 500 quilômetros asfaltado, entre a capital Cuiabá e o município Sinop foi reinaugurado em 1984, pelo Presidente da República, General João

B. Figueiredo (1979-1984). A construção da BR-163 facilitou as migrações, possibilitou as instalações humanas e estimulou o desenvolvimento econômico por intermédio da possibilidade do escoamento da produção agrícola e pecuária.

### **3.1 As reconfigurações territoriais dos Municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde no norte de Mato Grosso**

O espaço norte mato-grossense por muito tempo foi considerado pelos poderes públicos como uma área para solução de grande parte dos problemas do Brasil, principalmente naquilo que se refere à questão agrária. Ao mesmo tempo, o poder público, em seu discurso, propunha soluções que provocariam impactos ambientais e sociais de grande envergadura. Assim, nessa região a intervenção pública tinha três eixos básicos:

- Povoar, como se não existissem seres humanos vivendo naquela Região;
- Levar o progresso e o desenvolvimento com mínimo de investimentos estatais, que era a abertura das matas;
- Era preponderante a produção agrícola, como se a exploração de outras riquezas fosse impossível.

Conjugado a esses elementos, está o fato do Brasil não possuir políticas claras de migração, ficando os excedentes populacionais à mercê do desenvolvimento de projetos que orientassem os excluídos a uma situação de acesso ao emprego (mesmo que temporário) e à terra (SCHAEFER, 1985). Para os excedentes, a população marginalizada no campo pelo processo de modernização (mecanização), havia duas saídas, moverem-se adiante para novas fronteiras agrícolas ou serem absorvidos nos meios urbanos e serem segregados econômica e espacialmente.

Tais componentes, políticos e sociais, que aqui são tratados como processos, são caracterizados por Martins (1997) como de inclusão precária, ao invés de exclusão



socioespacial. O autor explicita que uma contradição causada pelos processos sociais, políticos e econômicos é determinante para gerar exclusão.

Na busca para complementar os argumentos de Martins, pode-se dizer que a maioria dos casos denominados de inclusão precária são, processos segregadores ou reconfigurações sociais que se expressam no território e servem de alerta. Se esses processos não forem devidamente analisados e corrigidos, poderão se transformar em fontes de exclusões, aumentando os conflitos na luta por um pedaço de terra seja ela urbana seja rural.

Essas políticas de ocupação espelhavam os interesses do governo militar em esvaziarem os conflitos por terras nos quatro cantos do Brasil, transversalmente pela propaganda oficial indicando que havia terras em abundância à espera de colonizadores, principalmente às margens das rodovias Transamazônica, Cuiabá – Santarém e Cuiabá – Porto Velho.

Ressaltando as palavras de Torres (2005, p. 163), percebe-se que:

[...] a ocupação da Amazônia desconsiderou também a presença centenária de um campesinato tradicional cujas terras e recursos concebidos como uso comum estavam fundados em sistemas agro-florestais, nos quais se incluía a coleta de castanha e de seringa, a pesca e a caça. Os primeiros impactos das frentes de expansão incidiram sobre esses grupos, quase exterminando-os ou expulsando-os mais para frente (na mata) ou para as cidades.

Foi nesse processo de ocupação do norte mato-grossense que a região habitada pelos índios kaiabis, localizada no domínio da bacia do Teles Pires, sofreu um profundo impacto, propiciando que se formassem os seguintes municípios: Sinop (1970) pela Colonizadora do Noroeste do Paraná de Ênio Pipino; Colíder (1975), e Nova Canaã do Norte (1976) pela Colonizadora Líder de Raimundo Costa Filho; Sorriso (1976) pela Colonizadora Feliz de Claudino Frâncio; Alta Floresta (1976) pela Colonizadora INDECO de Ariosto Riva; Itaúba (1977) pelos Irmãos Bedin; Lucas do Rio Verde (1981) e Carlinda (1982) pelo Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) e INCRA. Desses municípios, apenas quatro não estão localizados às margens da BR-163: Colíder, Carlinda, Alta Floresta e Nova Canaã do Norte.

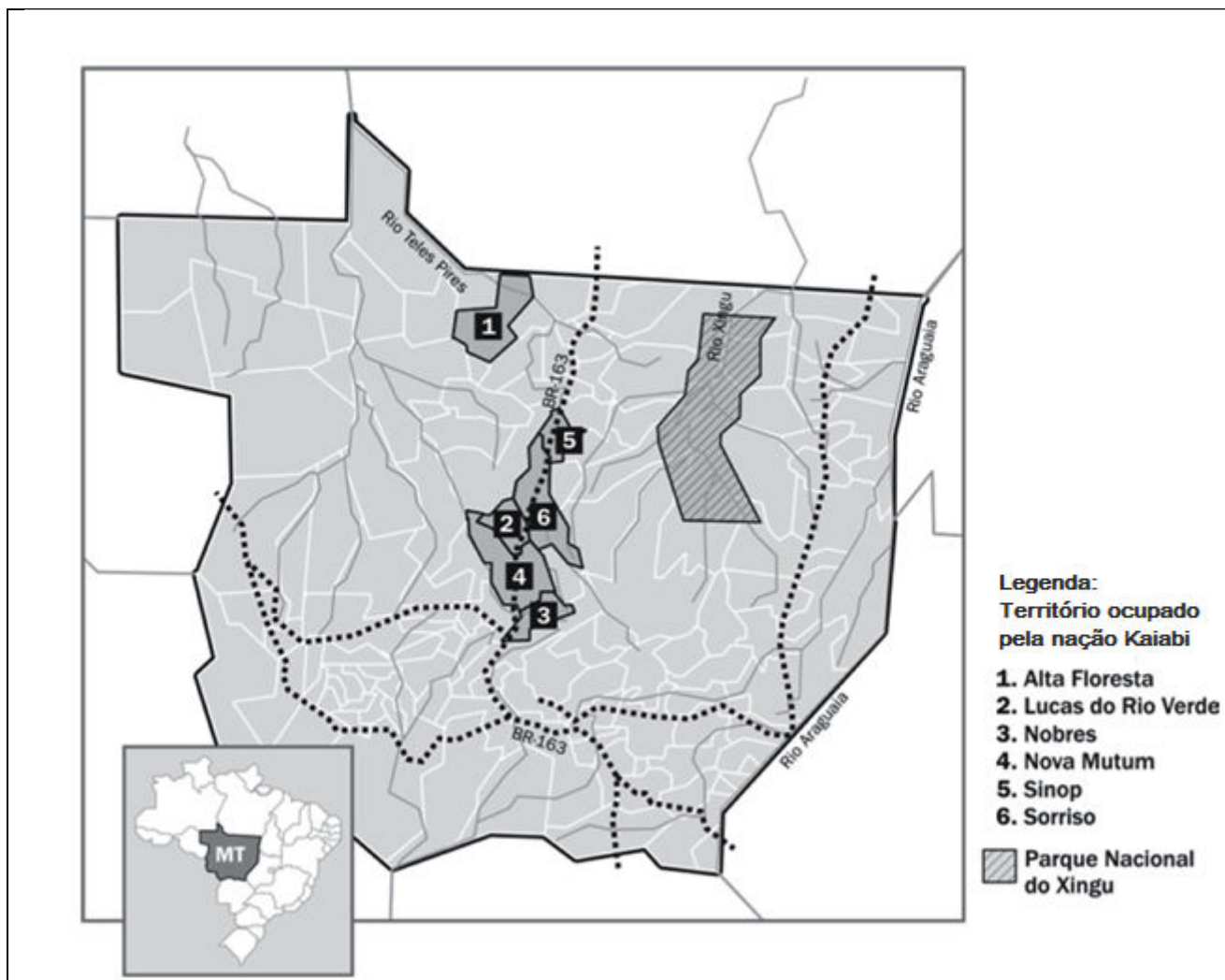


Figura 05: Território dos índios Kaiabis  
 Fonte: Schlesinger, Noronha (2006 p.37).

Os índios kaiabis foram alvos de intensas investidas de seringalistas, fazendeiros e grileiros, que se utilizavam da violência para se apropriarem dos territórios indígenas. Atualmente, os índios kaiabis lutam para ocupar parte de seu território e reagrupar novamente seu povo, mas encontram dificuldades, uma vez que grandes plantios de soja dos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop, entre outros, ocupam as tradicionais áreas onde se localizavam as suas aldeias.

Povo de língua tupi, orgulhoso e belicoso, os kayabis são originários da região dos rios Teles Pires e dos Peixes, a oeste do Parque, onde sofreram o contato violento de seringueiros. Pacificados em 1924, e em 1942, um primeiro grupo de cerca de 40 kayabis foi encontrado pelos Villas Boas no rio Peixoto de Azevedo em 1950 e convencidos a migrar para o Parque. Em 1955, esse grupo já estava morando perto do Posto Diauarum.

Outras duas levas chegaram em 1966 e em 1970. Os kayabi do Parque (um grupo desse povo permaneceu no Teles Pires, no Pará, outros habitam hoje uma área no rio dos Peixes, em Mato Grosso, próximos dos Apiakás) conservam suas tradições. Ao invés de construir grandes aldeias, distribuem sua população de mais de 300 pessoas por 14 malocas ao longo do Xingu, até a confluência do Manitsauá Missu e nas margens deste último. As malocas são unidades domésticas (famílias extensas) que produzem tanto seu próprio sustento como o alimento básico do Posto Diauarum. São agricultores criativos e com uma rica e abundante produção (VIEIRA, 2003).

De acordo com Passos (2000 P.31), pode-se afirmar que:

Esta terra, como muita terra do interior do Brasil e da América Latina, era considerada terra de ninguém – espaços vazios, a serem ocupados, produzidos, valorizados. Na verdade, ela estava ocupada por índios e posseiros.

Esse modelo de ocupação e exploração desses espaços revela um quadro de antagonismos cercado por diversos interesses, que vão desde as necessidades das comunidades locais, passando pela questão de soberania nacional, estratégias geopolíticas, interesses das elites locais e do capital transnacional. Nesse cenário, várias relações de força se estabelecem e negam à região norte mato-grossense a reconstrução do território da nação Kaiabi.

Assim, os municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde foram implantados nesse contexto, ou seja, de arrefecer apenas os problemas sociais gerados pela concentração fundiária em períodos distintos. O município de Sinop, na década de 1970, e de Lucas do Rio Verde, em 1980, distinguem-se pela forma que essas áreas foram ocupadas. O município de Sinop surgiu de uma reconfiguração espacial da Gleba Celeste vinculada à iniciativa privada, a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP); o município de Lucas do Rio Verde, pelo Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, em 1981, pelo INCRA em parceria com a Cooperativa Holambra.

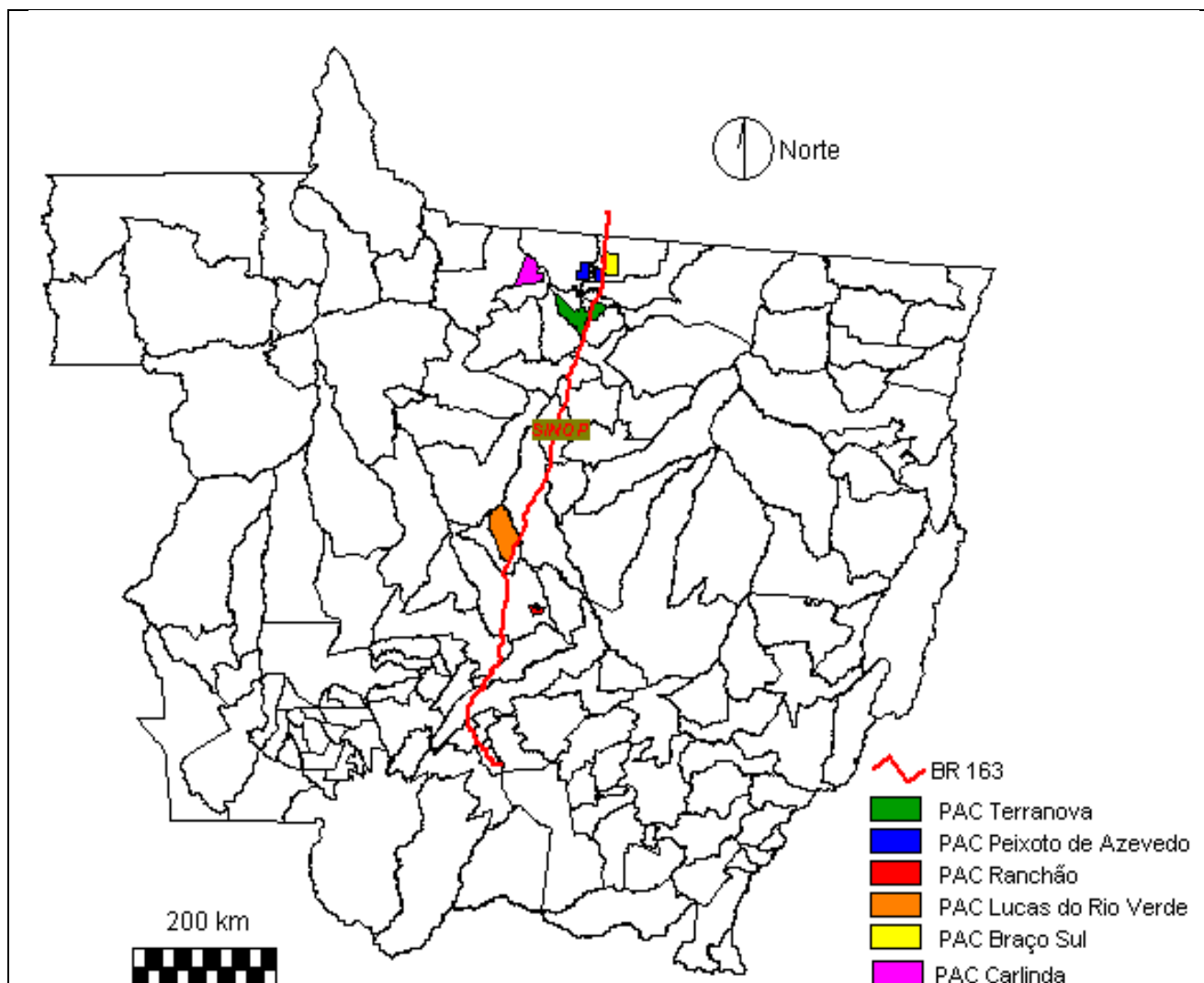


Figura 06: Localização dos Projetos de Assentamento Conjunto

Fonte: NÉDELEC (2005) - Relatório impacto do projeto de asfaltamento da Br-163: perspectivas da sociedade e do setor produtivo agrícola ao longo do eixo da Cuiabá – Santarém. (2005.)

Contudo, para melhor compreender o processo pelo qual os agricultores foram engajados no projeto de colonização, deve-se considerar a dinâmica econômica e social da região Sul do Brasil, origem de grande parte desses agricultores.

As áreas do Sul do País transformaram o seu nível técnico-produtivo, devido à passagem da policultura colonial, com base na tração animal para o cultivo mecanizado da soja<sup>53</sup>, reduzindo-se as possibilidades de absorção do trabalho humano no processo produtivo. Fluxos de trabalhadores rurais, em um primeiro momento, e de produtores rurais, em momentos subsequentes, passaram a se dirigir a áreas do Centro-Oeste e do

<sup>53</sup>Dever-se-ia, para tanto, modernizar a agricultura, adotando-se modelos tecnológicos que elevassem a produtividade dos sistemas, gerando recursos que viabilizassem o modelo desenvolvimentista adotado. Tal modelo tecnológico seguiu um padrão agrícola químico, moto mecânico e genético, gestado nos EUA e Europa, que caracterizou a Revolução Verde (EHLERS, 1994).

Norte do Brasil, alimentando formas de ocupação dirigida ou espontânea do território de fronteira agrícola (MESQUITA; SILVA, 1988). Além da modernização da agricultura outro fator que contribuiu para a migração foi fragmentação da pequena propriedade.

O Estado brasileiro, ao adotar uma política de modernização do campo, incorporou metodologias que fez crescer o montante absoluto da produção agrícola, resultante da aplicação de produtos químicos com inseticidas, fungicidas, pesticidas e fertilizantes químicos, além da mecanização da produção rural. Ocorreu um processo de industrialização do campo. A mecanização ampliou a eficácia de maior produção com menor trabalho. Vale dizer que ocorreu a implantação no campo de uma racionalidade, diminuindo drasticamente a necessidade de mão de obra, ou trabalho vivo, e incorporou a máquina, ou o trabalho morto (ZART, 2005).

A partir dessa referência histórica, conclui-se que o Estado conjugou os programas adotados na década de 1970, seduzindo os colonos e os pequenos produtores rurais por meio das empresas agrícolas (cooperativas), pequenas, médias e grandes, assim como as empresas de colonização. O processo teve seu início por meio da distribuição de farta propaganda, ofertando terras férteis, incentivos fiscais e financeiros na região Centro-Oeste e Amazônia mato-grossense para atrair os migrantes.

**A Sinop  
nos caminhos  
do futuro**  
Um passo  
de conquista  
na Amazônia

COLONIZADORA SINOP S.A.

**CUIABÁ – MT**  
Av. Gal. Mello, 28 - Fones: 065-321.7825 e 321.1324

**CIDADE SINOP – MT**  
Praça das Bandeiras, s/nº

**MARINGÁ – PR**  
Av. Getúlio Vargas, 55 - Fone: 0442-22.3120

**SÃO PAULO – SP**  
Rua Dom José de Barros, 264 - 10º andar  
Fones: 011-223.8012 e 223.8592

**CURITIBA – PR**  
R. Com. Araújo, 147 - Edif. Exec. Center Everest  
14.o e 16.o Andar - Fone 222-8421 - Telex (041) 5.881 - SAQ.C-BF

Figura 07: Propaganda enaltecendo as terras de Mato Grosso  
Fonte: Colonizadora Sinop (1974)

As propagandas distribuídas, destinadas a agricultores de várias regiões do País, exaltavam a produtividade das terras e usavam slogans, frases chamativas, a fim de atraírem a atenção dos compradores, demonstrando a eles grandes áreas férteis disponíveis para a agricultura. Igualmente, vaticinavam um futuro muito promissor para todos, inclusive para seus filhos.

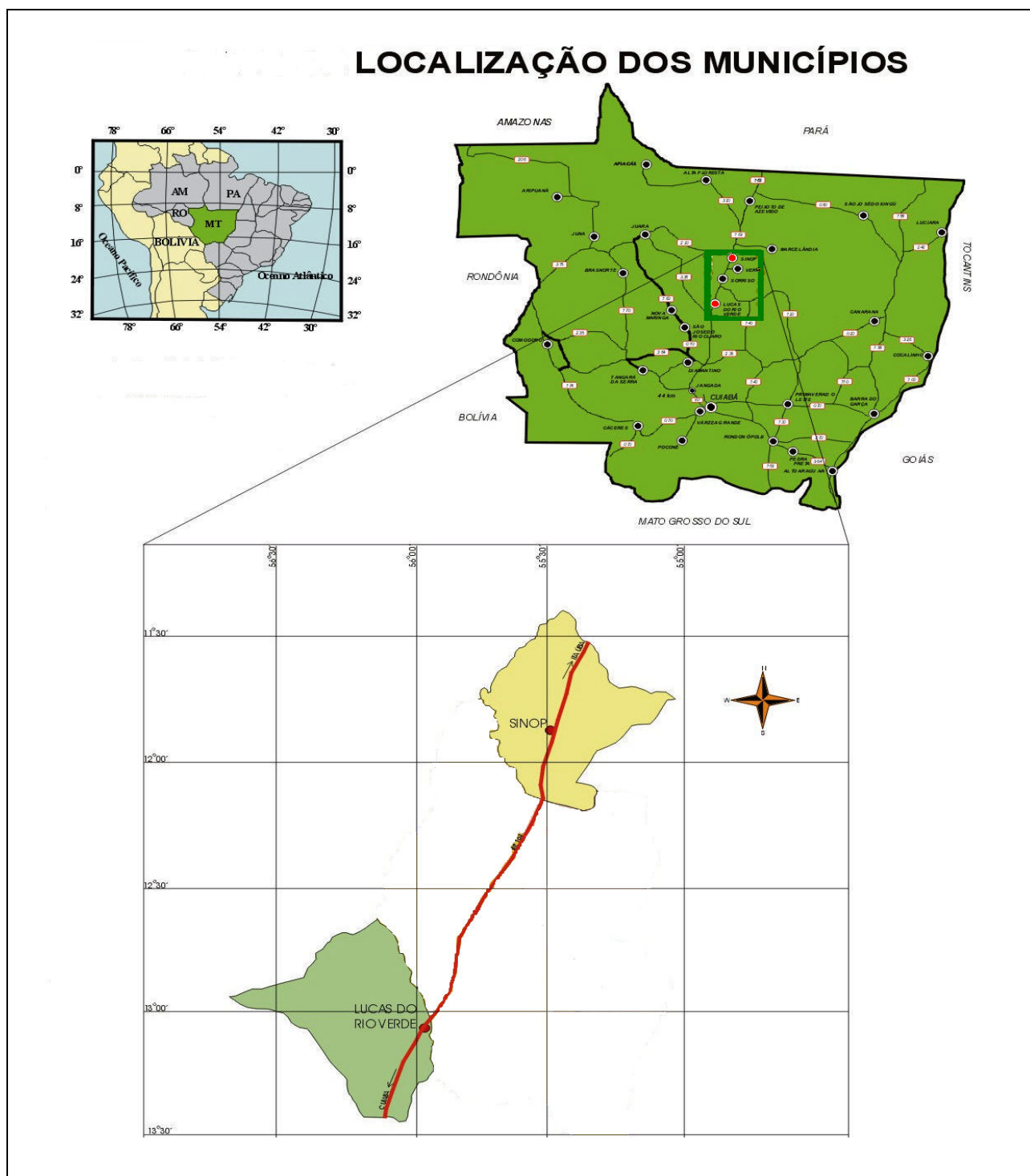


Figura 08: Localização da área de estudo

Fonte: Garcia 2000 adaptada pelo autor.

Assim, áreas de ocupação dirigida, como são os municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde, são reflexos de um modelo de desenvolvimento excludente e desigual. Nesses locais, aglomerados humanos se tornaram uma das características mais marcantes dos países subdesenvolvidos que não conseguiram evitar um dos graves problemas enfrentados por eles, ou seja, relacionados com a posse e distribuição de terras.

### **3.2 O Projeto da Gleba Celeste**

O projeto de colonização da Sociedade Imobiliária Noroeste Paraná (Colonizadora Sinop), empresa fundada por Ênio Pipino, adquiriu de terceiros uma área de 199.064,896 hectares de terra no Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, na altura do quilômetro 500 da rodovia Cuiabá-Santarém, na margem direita do rio Teles Pires. Posteriormente, novas áreas foram adquiridas e, em 1976, somavam cerca de 370.000 hectares de terra, abrangendo, no total, cerca de 645.000 ha de terras, aos quais se denominou Gleba Celeste, idealizadora do projeto que deu origem a quatro municípios: Vera, Claudia, Santa Carmem e Sinop (TEIXEIRA, 2006).

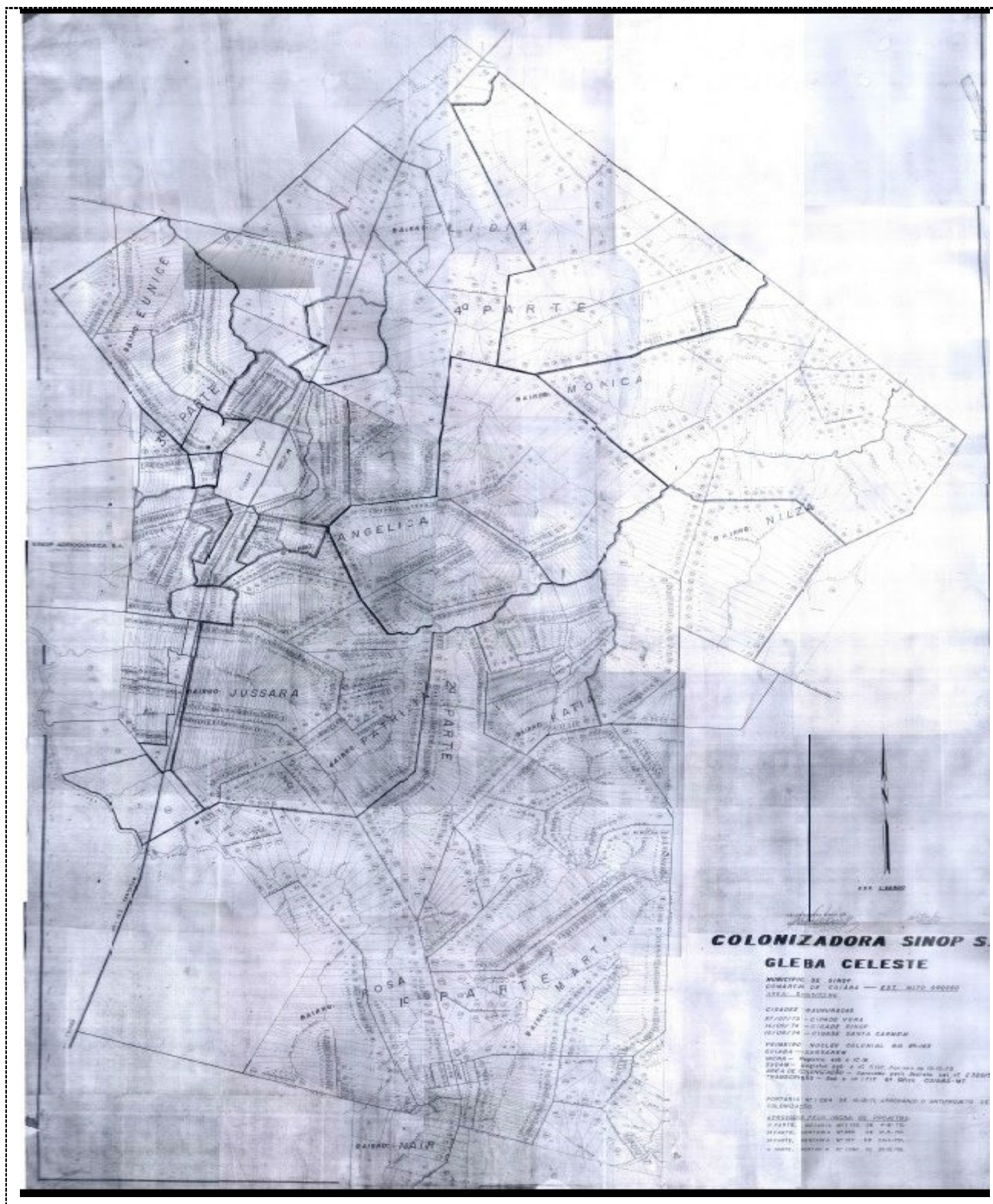


Figura 09: Projeto de autorização do INCRA (1974)  
 Fonte: Colonizadora Sinop

Em 27 de julho de 1972, a cidade de Vera foi inaugurada com a presença de políticos e de vários empresários. A expectativa era que Vera se tornasse uma cidade moderna e seduzisse colonos. Para atingir esse objetivo, desde sua inauguração possuía



um hospital, uma escola e iluminação pública. A maioria dos colonos, cerca de 70%, veio do Paraná e esses migrantes mostraram claramente que, conforme Silva e Menezes (2006, p. 5) exemplificam:

Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida).

Silva e Menezes (2006) consideram, ainda, elementos sobre os migrantes a partir de duas óticas: inicialmente, trata-se da análise das condições históricas que produzem processos de expropriação e violência (incluindo a simbólica) sobre os sujeitos migrantes; em uma segunda visão, é perceber o migrante inserido em uma realidade, em um cotidiano permeado por redes sociais (de parentesco, família, conterrâneos, ideológicas etc.) que constroem o espaço social.

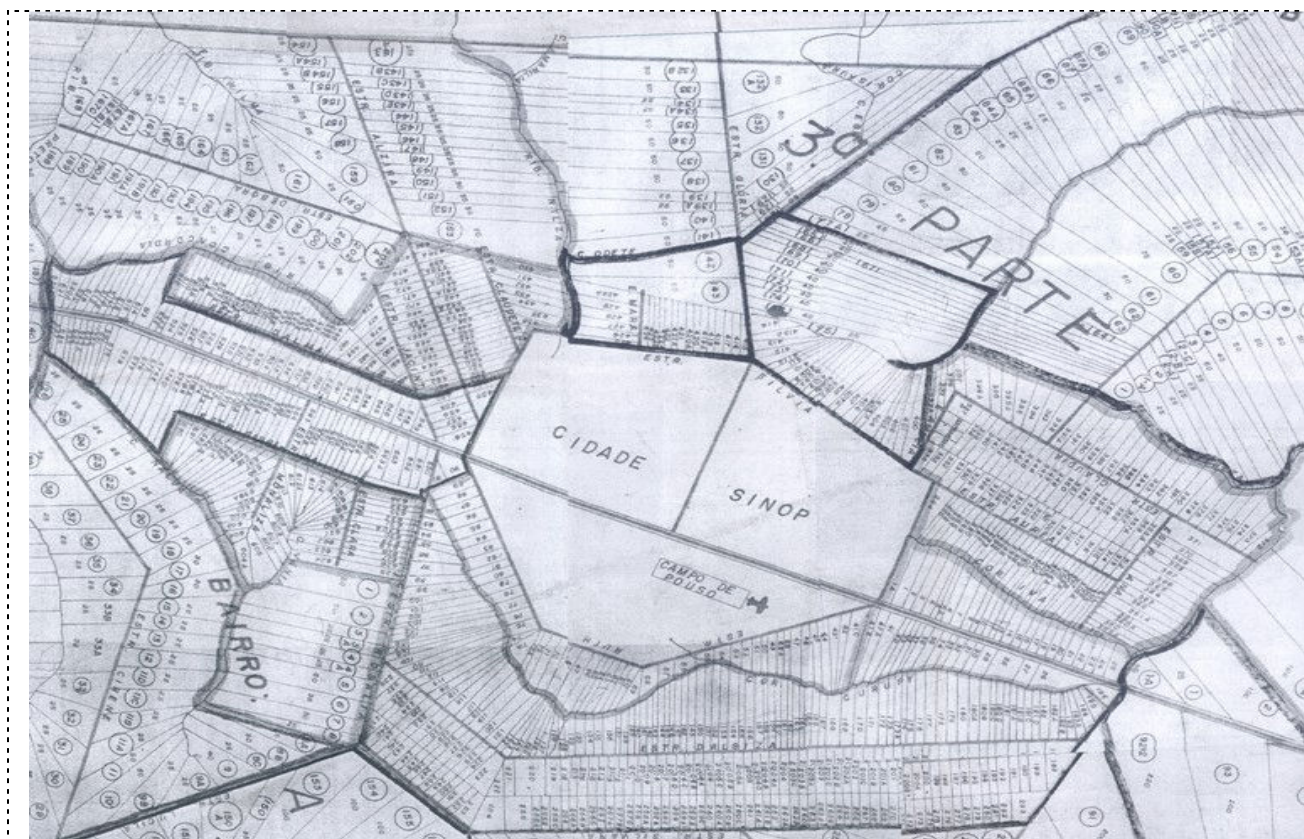


Figura 10: Croqui de localização do município de Sinop e o parcelamento territorial  
Fonte: Colonizadora Sinop (1974)

A zona de agricultura era dividida em lotes de tamanho variável, seguindo o modelo dos projetos de colonização do INCRA, já as cidades eram divididas em lotes comerciais, residenciais e industriais cujas superfícies não ultrapassavam um hectare. A organização dos lotes rurais se fazia mais ou menos de acordo com um sistema de convergência no entorno das cidades ou comunidade, tendo como base urbana os chamados núcleos coloniais, que são centros urbanos com funções político-administrativas e de prestação de serviços. Os lotes cuja superfície compreendia entre cinco e dez hectares eram denominados de chácaras (TEIXEIRA, 2006).

Sinop tornou-se o centro do projeto e a marcada ação de Ênio Pipino em Mato Grosso. O município foi projetado em 1972 e a sua inauguração aconteceu em 14 de setembro de 1974. Cláudia e Carmen (cujo nome virou Santa Carmen) foram construídas em seguida. Nos projetos da SINOP, a implantação da cidade foi o primeiro passo para o desmatamento e a ocupação agrícola do território. O projeto de colonização da SINOP foi muito claramente definido pela empresa. Em primeiro lugar, organizou-se a partir de polos habitacionais hierarquizados, seguindo um modelo retirado do projeto da Transamazônica. A figura a seguir, apresenta o município de Sinop em 1974.



Figura 11: Município de Sinop no início de sua ocupação da cidade (1974)  
Fonte: Colonizadora SINOP.

As figuras nos dá uma visão da realidade encontrada na época: apenas uma clareira, em plena floresta amazônica para a implantação do futuro município de Sinop, que se enquadrava no projeto como Rurópolis. Previa, segundo o planejamento criado pelo INCRA, uma área de 140 km, apoiando diversas agrovilas e duas ou três Agropólis. Atuaria no entroncamento da Cuiabá-Santarém e Transamazônica, tendo o papel principal de ser o centro de convergência, tanto político quanto econômico. As Agropólis seriam pequenas cidades e englobariam 20 agrovilas, com escola secundária, ambulatório médico-odontológico, cooperativa, pequenas agroindústrias, correios e telégrafos, central telefônica e hotel e se estabeleceriam como centros secundários. Muitas dessas Agrópolis tornaram-se sedes dos municípios emancipados como, por exemplo, os projetos Cláudia, Santa Carmen e Vera.

Esses centros rurais possuíam as infraestruturas básicas: escritório da colonizadora, escolas do ensino fundamental e médio, comércios e galpões de armazenagem. Já as Agrovilas eram vilas do meio rural com uma população de 500 a 1.500 habitantes, que incluíam escola destinada ao ensino fundamental, posto de saúde, centro administrativo, armazém e espaço para reuniões comunitárias; na hierarquia, são as menores estruturas do projeto. Situadas aproximadamente a cada seis quilômetros umas das outras, as Agrovilas corresponderiam às sedes das comunidades rurais.

A partir desse referencial, procurou-se fazer o chamamento dos migrantes para virem a essa região mediante a compra de terreno. O recenseamento realizado pela Colonizadora Sinop, em 12 de maio de 1972, revelaria que das 101 primeiras pessoas que compraram terras na Gleba Celeste, 67,33% eram do Paraná; 16,83% de São Paulo; 10,89% de Santa Catarina; 2,97% do Rio Grande do Sul; 0,99% do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) e 0,99% do Espírito Santo. Esses dados demonstram claramente a predominância de colonos oriundos das regiões Sul e Sudeste do país (VIDIGAL, 1992).

No início da ocupação da região, a madeira foi a principal fonte de renda, já que era encontrada em abundância e precisava ser retirada para a efetiva ocupação e garantiria a posse da terra, muito embora as propagandas do governo e das colonizadoras evidenciassem apenas a fertilidade das terras (TEIXEIRA 2006).

Cortar madeira para transformá-la em dinheiro, tem sido um vício na ocupação da terra e, no Brasil, as florestas forma sendo totalmente devastadas do sul para o norte e de leste para oeste. Esta tarefa de verdadeiros “cupins” que se consideram modelo de desenvolvimento e cultura, superiores a caboclos e mestiços do restante do país, apenas por descenderem de brancos e louros europeus. Os caboclos, entretanto, desmatam para cultivar a terra, como os índios, que sempre sobreviveram sem destruir a natureza (VIDIGAL, 1992. p 133).

A exploração da madeira, naquele período, foi entendida como necessária, visto que, para os colonos migrantes, terra com mata e com madeira era um risco, poderia ser considerada improdutivo, passível de desapropriação ou até mesmo ser invadida por “grileiros<sup>54</sup>”. Utilizaram então técnicas de desmatamento como forma de valorizar as áreas, garantir a posse e integrá-las ao setor produtivo.



Figura 12: Madeireira no início da ocupação  
Fonte: Colonizadora Sinop (1979)

<sup>54</sup> Termo bastante usado na região, significando a apropriação da terra de forma ilegal. Essas terras, na maioria das vezes, não são documentadas. Os grileiros, por sua vez, aproveitam essa situação e conseguem documentos obtidos de forma ilícita ou mesmo usando de violência para tomar posse dessas terras.

O objetivo inicial da colonizadora era implantar a cultura do café, principal produto de exportação do Estado do Paraná que se encontrava em fase de declínio naquele Estado devido às constantes geadas<sup>55</sup>, portanto, fator que incentivou a migração de pequenos produtores à região norte do Estado de Mato Grosso.



Figura 13: Cultura do café no município de Sinop  
 Fonte: Colonizadora Sinop (1979)

A maioria dos colonos que compraram os lotes rurais pretendia trabalhar com a agricultura. O método de cultivo utilizado pelos agricultores (o mesmo usado em seu Estado de origem) não se adaptou às terras e ao clima da Amazônia mato-grossense, devido à falta de regularidade das chuvas: a planta de café florescia e, ao mesmo tempo, tinha frutos maduros e verdes (vide figura acima) sem uniformidade alguma, dificultando a colheita e o controle de pragas. Esse desajuste da planta ao ambiente trouxe grandes prejuízos aos colonos, situação bem diferente dos anúncios e das fotos divulgadas pela colonizadora, que enaltecia os fatores climáticos como a ausência de geadas e de chuvas

<sup>55</sup> A expansão dos plantios de café na Amazônia está relacionada com o programa de erradicação de cafezais nos Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, em 1968, por intermédio do Grupo Executivo de Erradicação dos Cafezais Antieconômicos (GERCA) e a de dois eventos que aconteceram em 1969: a geada, que danificou mais de 90% dos cafezais no Estado do Paraná, e a identificação da ferrugem do cafeeiro, descoberta na Bahia, em 1969 (ADA, 2005).

nos meses de agosto a setembro, época da florada. Dificuldades como a baixa produtividade agrícola, a crise do preço do café no comércio mundial, as doenças tropicais e a falta de estradas e de infraestrutura fizeram vários desses colonos abandonarem a região.

Para evitar que os agricultores não abandonassem as terras e voltassem ao seu lugar de origem, a Colonizadora Sinop, associada à Cooperativa Mista Celeste (COMICEL), apresentou o projeto de um complexo agroindustrial à Comissão Nacional do Alcool para ser implantado na Gleba Celeste, sendo aprovado em 1976. Deu-se, então, o início da construção da SINOP Agroquímica S.A. (SAQ), com recursos do PROÁLCOOL<sup>56</sup>. Tal projeto, inaugurado em dezembro de 1981, tinha capacidade de produção de 150 mil litros de álcool carburante por dia, durante 330 dias por ano, exigindo um consumo diário de 850 toneladas de matéria-prima (mandioca), constituindo-se, no seu gênero, no maior empreendimento existente no país (TEIXEIRA, 2006). A proposta era que as chácaras, antes destinadas à produção de hortaliças e de frutas, transformassem-se progressivamente em zona de produção de mandioca.

---

<sup>56</sup> O PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool) teve início em 14 de novembro de 1975, durante o governo Geisel, por meio do decreto nº 76.593. Tinha como objetivo incentivar a produção de álcool de qualquer insumo, a partir do aumento da oferta de matérias-primas, visando ao aumento da produção agrícola, bem como a ampliação, modernização e instalação de novas unidades produtoras e armazenadoras. A primeira fase do programa seria adicionar álcool anidro à gasolina com o objetivo de diminuir a importação de petróleo. O governo investiu no Programa 7 bilhões de dólares até 1989 em subsídios, pesquisas entre outros (RUIZ, 2006).



Figura 14: Sinop Agroquímica  
Fonte: Colonizadora Sinop (1982)

O grupo Sinop optou pela implantação da indústria de álcool de mandioca devido ao fato de o produto dispensar grandes investimentos em termos de solo e de clima. Esse cultivo, de certa forma, encobriria as preocupações do grupo em ver o empreendimento da colonizadora fracassar. Conforme relatos, os colonos asseguraram que entraram em uma cilada, comprando terras por efeito de propaganda a partir de fotos e filmes. Foram unânimes em dizer que os solos são de baixa qualidade e que necessitam de corretivos (OLIVEIRA, 1983).

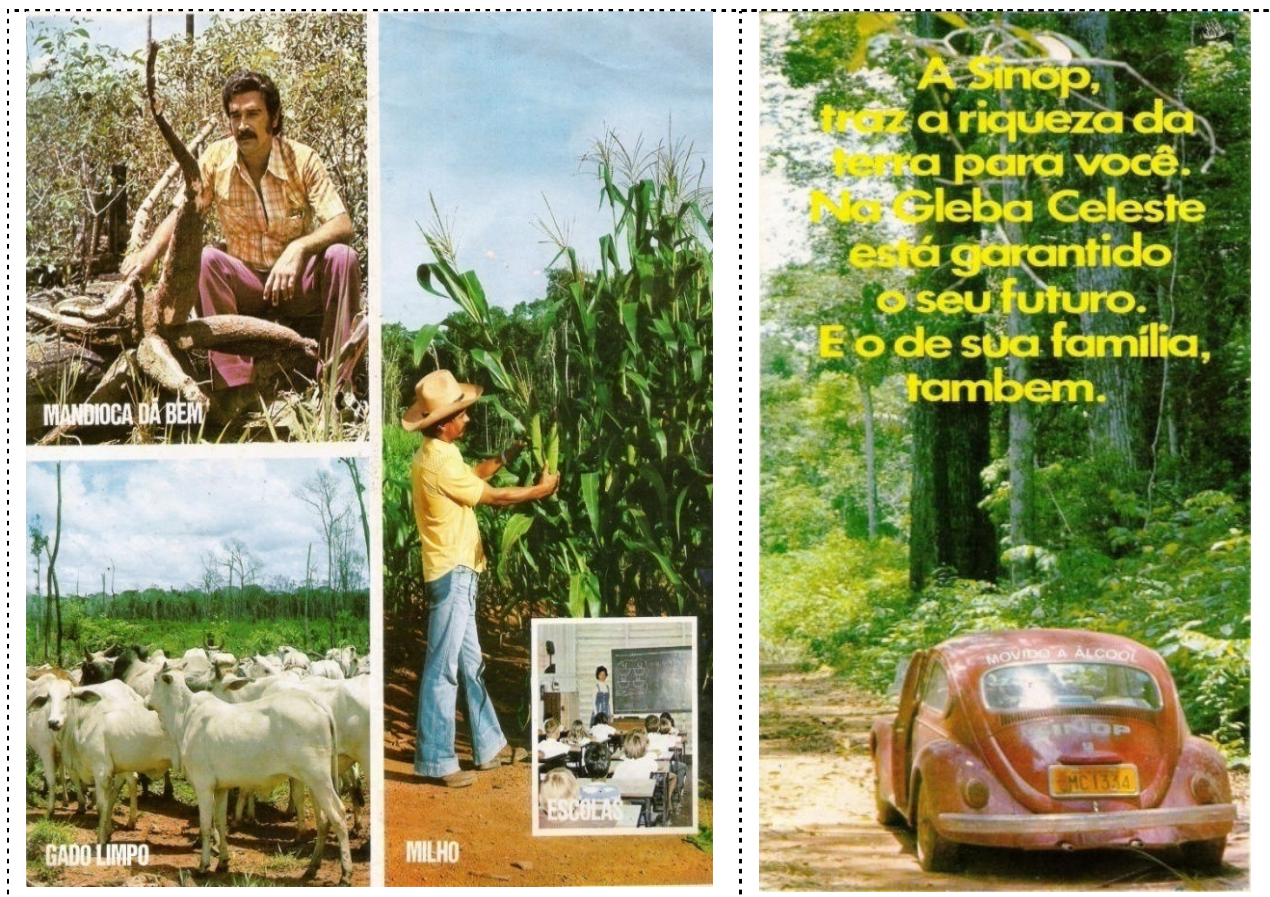


Figura 15: Folder de divulgação do empreendimento de colonização da Gleba Celeste  
 Fonte: Colonizadora Sinop (1982)

Em 1975, no município de Sinop foi implantada uma fábrica de farinha e de álcool de mandioca. O projeto fracassou, pois os idealizadores da Sinop Agroquímica (SAQ) partiram do princípio que, na época (1976), já havia 2.800 cooperados na cooperativa, porém esqueceram-se de que à Gleba Celeste só haviam chegado cerca de 200 famílias. Outro quesito que pode se atribuir ao fracasso do projeto inicial do plantio da mandioca com uma área de 2.400 hectares, foi o fato de que essas mandiocas vieram de diversos Estados (MG, BA, MT, SP), portanto de variedades também diferentes, muitas delas doentes e infectadas. Tanto misturaram as manivas<sup>57</sup>, que o resultado foi que essas mudas ficaram quase totalmente inadequadas para o plantio, além de poucos agricultores conhecerem a cultura da mandioca (VIDIGAL, 1992).

A falta de financiamento aos colonos, o solo ácido, a baixa produtividade, as dificuldades de mecanização, além da malária, deixaram os colonos descapitalizados e empobrecidos. Com o fracasso, começaram a voltar para o Sul do País.

<sup>57</sup> Manivas são caules utilizados para o plantio da mandioca.



Apesar de todas as dificuldades encontradas relacionadas ao solo e à sua capacidade produtiva, deve-se ressaltar que, na década de 1990, o município começou a se destacar na produção agrícola devido a pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelo Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrícola (CIRAD). O objetivo desse suporte governamental foi incentivar o plantio e as pesquisas sobre arroz de terras altas e, por consequência, estudar a recuperação das pastagens por intermédio do Sistema de Plantio Direto, para o Trópico Úmido.

Consolidando essas ações, o Campus Experimental de Pesquisa Agropecuária (CEPA) também foi implantado com incumbência de analisar os sistemas de produção para o norte do Estado de Mato Grosso, região de transição, Floresta Amazônica e Cerrados voltados para as seguintes culturas: arroz, soja, milho, algodão e criação de bovinos de corte. Essas pesquisas atraíram investimentos para implantação de várias empresas privadas ligadas ao agronegócio para o município como a Bunge Alimentos, Cargil e Basf e, em 2010, foi instalada uma das sedes mais modernas da EMBRAPA<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> O Centro de Pesquisa da Embrapa Agrossilvipastoril tem 8.500 m<sup>2</sup> de área construída. A estrutura conta com 24 laboratórios multiusuários, nas áreas de sanidade animal e vegetal, fitoquímica, biologia molecular, solo, água, biomassa, sementes e mudas. Além disso, a unidade tem um auditório com capacidade para 120 pessoas, centro de treinamento, restaurante, espaço cultural e biblioteca. No setor de serviços, galpões, garagem, oficina, posto de combustível, central de tratamento de resíduos de laboratório e de campo, casa de força e casas de vegetação completam a estrutura. Gabriel Faria (Jornalista, mtb 15624/MG JP) Embrapa Agrossilvipastoril.



Figura 16: Sede da Embrapa Agropastoril  
Fonte: Gabriel Faria (2012)

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o município de Sinop atualmente é um núcleo florescente, concentrando atividades comerciais, educacionais, industriais e de serviços, acelerando o seu processo de ocupação territorial, sendo um dos municípios mato-grossenses mais populosos, funcionando como um importante polo regional.

Tabela 02: População e densidade demográfica e área do Município de Sinop

Município	2000	2010	Variação (%)2010/2000	Variação (%)média anual2010/2000	Densidade demográfica	Área km <sup>2</sup>
Sinop	74.831	113.099	51,1	4,2%	28,69	3.942,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2012

Apesar da excelente taxa média de crescimento populacional e do crescimento bem expressivo na década, o município de Sinop permanece com a quarta posição em população, dentre as 11 (onze) regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso.

As cidades modificaram-se para atender às demandas do campo (consumo produtivo), simultaneamente, tornaram-se o *locus* da instalação dos novos produtores e grupos sociais que se dirigiram para essas áreas em função da dinâmica econômica da agricultura (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Sinop é o quarto município mais povoado e é o quinto em arrecadação tributária (ICMS) do Estado. Esses índices se devem ao fato da região e do município terem ampliado o leque vocacional de sua economia. Mudaram gradualmente a base, de uma atividade exclusivamente extrativista (madeira) que ainda contribui para economia do município, para a agropecuária moderna e tecnicada, com perspectivas à industrialização, funcionando como um importante centro de convergência regional nas áreas comerciais, educacionais e de serviços.

Tabela 03: Arrecadação de ICMS total por Regiões de planejamento período: 2007 – 2011 em R\$ 1,00

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	2010	2011	PART. % EM 2011	ICMS 2011 Ranking Regiões
REGIÃO VI CUIABÁ	2.036.855.354	2.231.604.220	45,3	1°
REGIÃO V RONDONÓPOLIS	571.677.378	659.919.848	13,4	2°
REGIÃO X SORRISO	155.521.249	174.591.248	3,5	3°
REGIÃO VIII TANGARÁ DA SERRA	159.416.503	150.179.016	3,0	4°
REGIÃO XII SINOP	117.612.531	134.920.708	2,7	5°
REGIÃO IV BARRA DOGARÇAS	98.290.398	116.671.893	2,4	6°
REGIÃO VII CÁCERES	111.332.202	111.954.331	2,3	7°
REGIÃO II ALTA FLORESTA	84.052.599	92.495.571	1,9	8°
REGIÃO I JUÍNA	43.185.490	49.537.898	1,0	9°
REGIÃO IX DIAMANTINO	38.466.204	38.027.470	0,8	10°
REGIÃO III VILA RICA	26.085.530	32.564.183	0,7	11°
TUDO ESTADO	4.513.682.706	4.925.057.671	100,0	
PARTICIPAÇÃO % REGIÃO SINOP	2,6	2,7		

Fonte: Secretaria da Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ 2012)

O município de Sinop, em relação à população entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, também cresceu a uma taxa de 4,23% ao ano, passando de 74.761 para 113.099 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,95% ao ano, e superior à cifra de 1,93% ao ano da Região Centro-Oeste.

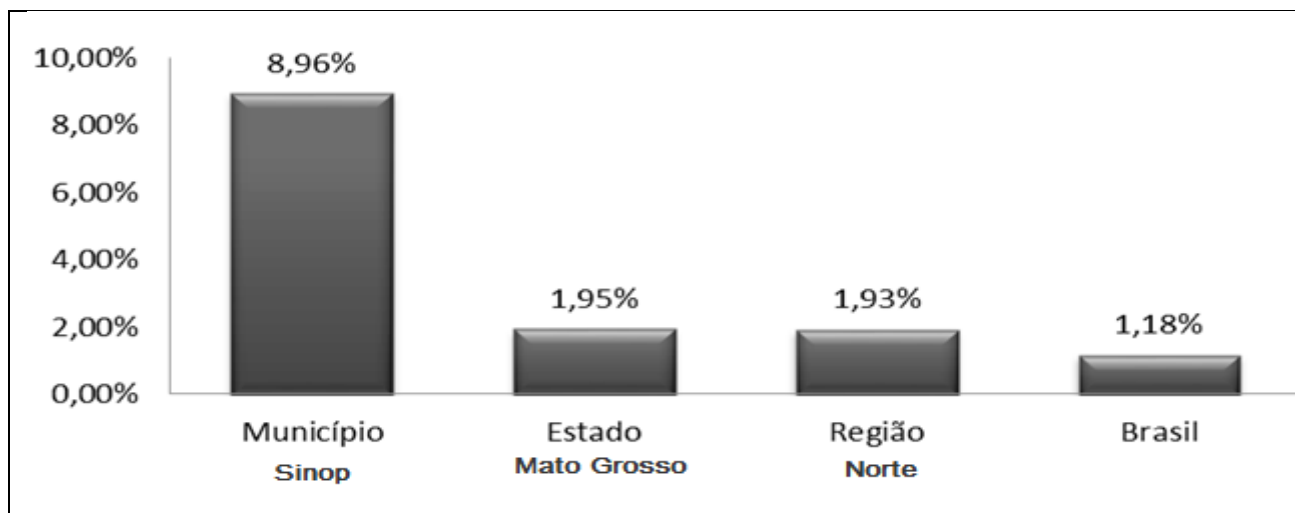


Figura 17: Taxa de crescimento populacional anual de Sinop e demais áreas selecionadas  
Fonte: IBGE (2000/2010)

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana, em 2000, representava 90,48% e em 2010 a passou a representar 82,89% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010, foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 8,3% em média. Em 2000, esse grupo representava 3,9% da população, já em 2010 representava 5,8% do total da população municipal. O segmento etário de zero a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010 (1,8% ao ano). Crianças e jovens detinham 33,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 24.904 habitantes. Em 2010, a participação desse grupo reduziu para 26,4% da população, totalizando 29.819 habitantes.

Tabela 04: Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IDFM)

Municípios	Ranking 2010	IDFM 2010	Emprego & Renda	Educação	Saúde	Ranking 2009	IDFM 2009	Emprego & Renda	Educação	Saúde	Varição 2010/2009
<b>ESTADO MT</b>		<b>0,7303</b>	<b>0,5902</b>	<b>0,7670</b>	<b>0,8338</b>		<b>0,7131</b>	<b>0,5728</b>	<b>0,7390</b>	<b>0,8276</b>	
Sorriso	1º	0,8453	0,8373	0,8092	0,8893	3º	0,8495	0,8794	0,7785	0,8906	-0,5%
Primavera do Leste	2º	0,8388	0,7741	0,8188	0,9235	2º	0,8564	0,8520	0,7860	0,9312	-2,1%
Lucas do Rio Verde	3º	0,8387	0,6891	0,8701	0,9568	1º	0,9046	0,8849	0,8650	0,9640	-7,3%
Cuiabá	4º	0,8292	0,8594	0,7781	0,8499	4º	0,8030	0,8108	0,7571	0,8410	3,3%
Alto Taquari	5º	0,8251	0,7651	0,8231	0,8872	8º	0,7746	0,6478	0,7801	0,8959	6,5%
Nova Mutum	6º	0,8052	0,6841	0,8138	0,9178	11º	0,7666	0,5885	0,7980	0,9134	5,0%
Campo Novo do Parecis	7º	0,7947	0,7370	0,7856	0,8614	6º	0,7885	0,7291	0,7963	0,8401	0,8%
Sapezal	8º	0,7907	0,6342	0,8154	0,9224	14º	0,7546	0,5454	0,7919	0,9265	4,8%
Rondonópolis	9º	0,7891	0,7034	0,7848	0,8793	10º	0,7674	0,6439	0,7819	0,8764	2,8%
Sinop	10º	0,7836	0,7177	0,7657	0,8674	13º	0,7587	0,6494	0,7444	0,8824	3,3%

Fonte: FIRJAM (2010)

Os índices de desenvolvimento municipal no Município (IDHM) de Sinop foram considerados altos em 2010, atingindo o índice de 0,7836 e teve uma alta de 3,3% em comparação com 2009, que foi 0,7587. Esse resultado se deveu à alta acentuada no índice de emprego e renda que era, em 2009, 0,6494 e passou para 0,7657, continuando moderado. O índice relacionado à educação subiu em relação a 2009, que era de 0,7444 e passou a 0,7657 em 2010, continuando moderado. Por último, o índice relativo à saúde, que era de 0,8824, em 2009; passou em 2010 para 0,8674, mantendo-se moderado apesar da pequena queda. Com a queda no índice de emprego e renda, o município passou de 13º no ranking dos municípios mato-grossenses em 2009 para a 10ª posição.

Quanto aos aspectos econômicos relacionados à produção (PIB), entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 59,0%, passando de R\$ 1.140,3 milhões para R\$ 1.813,4 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 52,9%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 3,04% para 3,17%, no período de 2005 a 2009.

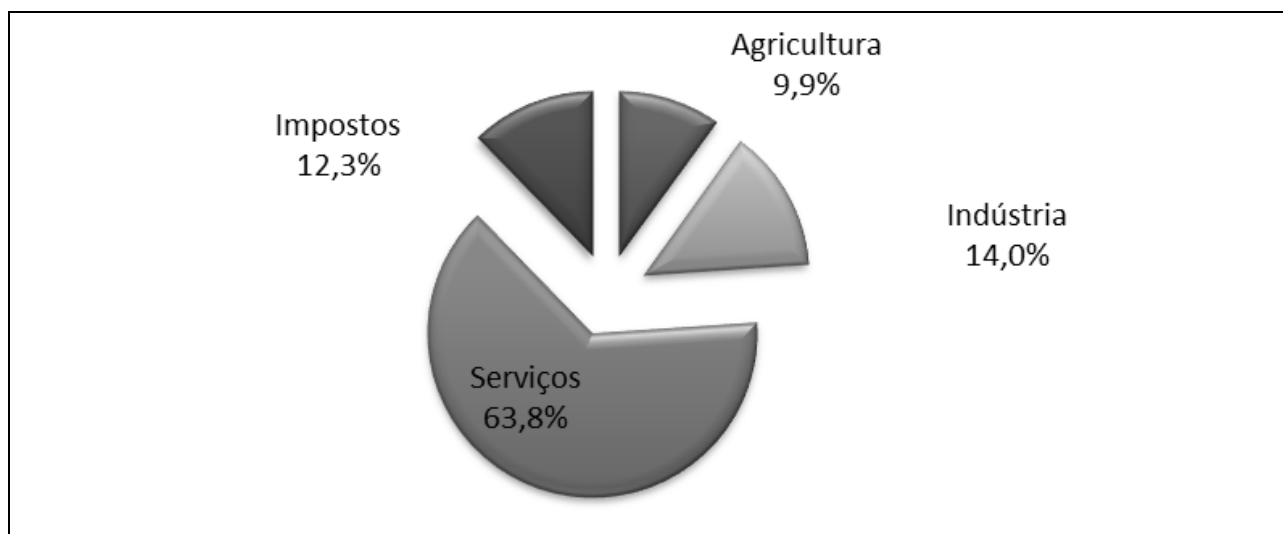


Figura 18: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do município em 2009  
Fonte: IBGE (2010)

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual responde por 63,8% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 14,0% em 2009 contra 19,1% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 19,1% em 2005 para 15,1% em 2009.

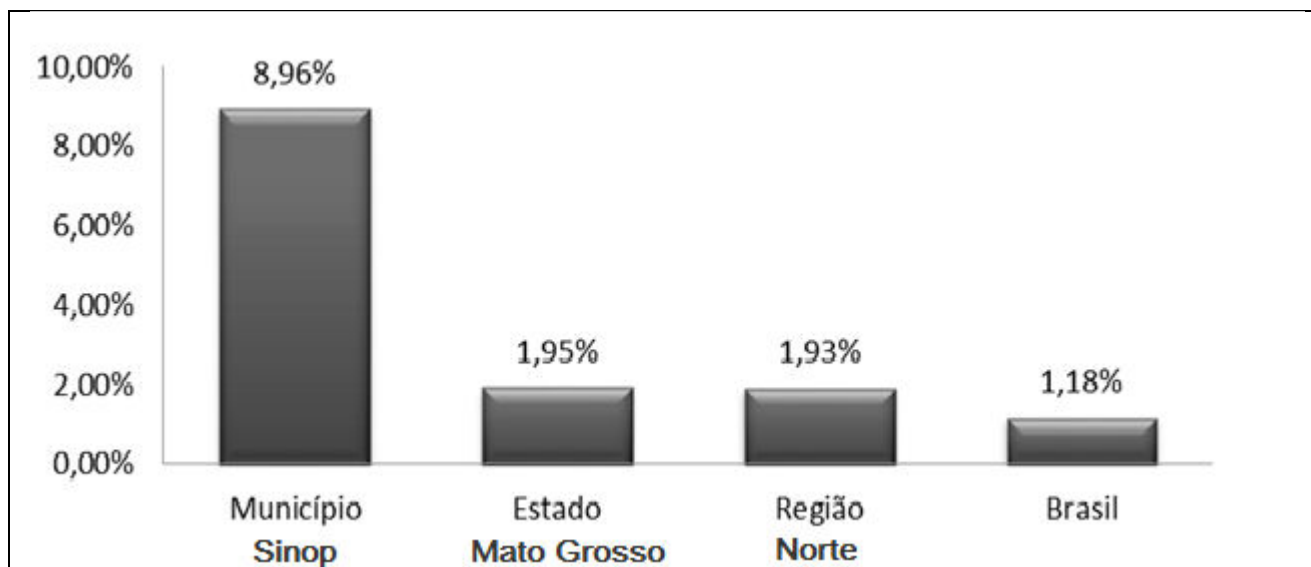


Figura 19: Taxa de crescimento do PIB por setor econômico no município e no Estado entre 2005 a 2009  
Fonte: IBGE (2010)

O mercado de trabalho formal do município apresentou, em cinco anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas nesse período foi 3.200. No último ano, as admissões registraram 17.346 contratações contra 16.160 demissões.

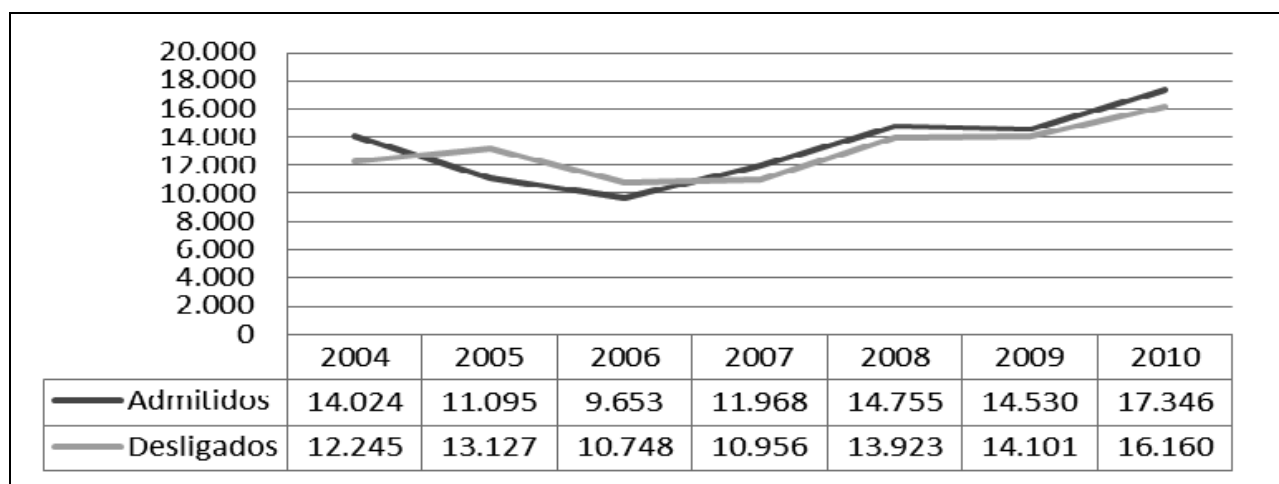


Figura 20: Admitidos e demitidos em 2004 a 2010  
Fonte: Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED/MTE, 2010)

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 27.448 postos, 21,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,9% no mesmo período. Comércio foi o setor com maior volume de empregos formais, com 9.703 postos de trabalho, seguido pelo setor de serviços com 6.193 postos em 2010.

Somados, esses dois setores representavam 57,9% do total dos empregos formais do município.

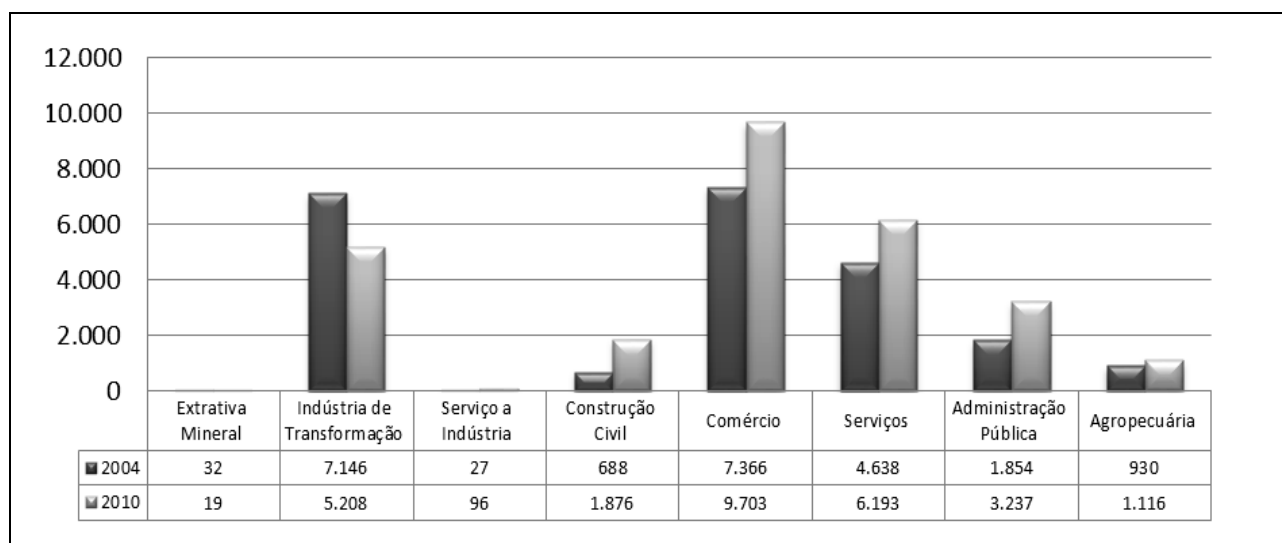


Figura 21: Distribuição dos postos de trabalho  
Fonte: Relação anual de relações sociais (MET, 2010)

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram construção civil (de 3,03% em 2004 para 6,83% em 2010) e administração pública (de 8,17% para 11,79%). A que mais perdeu participação foi indústria de transformação de 31,51% para 18,97%.

Em relação às finanças públicas, receita orçamentária do município, passou de R\$ 87,2 milhões em 2005 para R\$ 164,0 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 88,0% no período, ou 17,09% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 30,61% em 2005 para 27,13% em 2009. Quando se analisa todos os municípios juntos do Estado, a proporção aumentou de 19,15% para 19,28%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 13,74% da receita orçamentária em 2005 para 11,67% em 2009. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,74% em 2009.

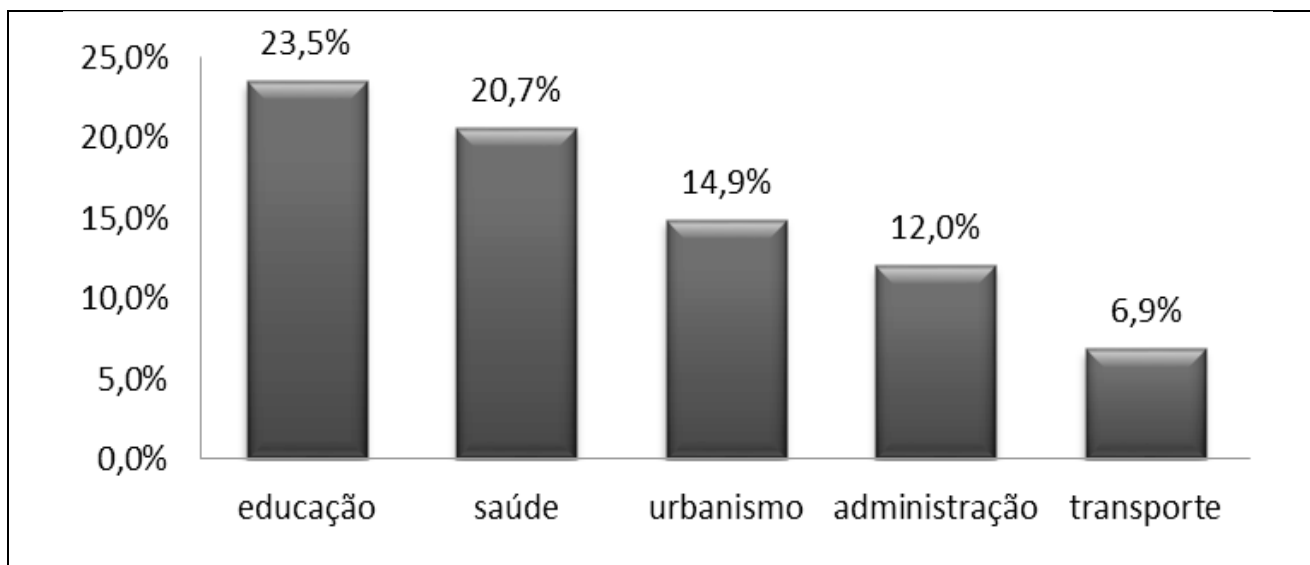


Figura 22: Despesas públicas do Município Sinop 2010  
 Fonte: Tesouro Nacional (2010)

As despesas com educação, saúde, urbanismo, administração e transporte foram responsáveis por 78,04% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,03% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do Estado, de 3,86%.

Um balanço da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração aponta que os últimos quatro anos foram positivos para o setor comercial e empresarial: de 2008 a 2012, o setor cresceu 55,92%, um aumento que duplicou o número de empresas instaladas no município de Sinop. Dezembro de 2008 fechou com 595 empresas instaladas com 45 novas indústrias, 238 estabelecimentos comerciais e 312 prestadoras de serviços. O salto de 55,92%, em 2012, deveu-se à instalação de 1.350 novas empresas, das quais 243 são novas indústrias, 519 comércios e 588 prestadoras de serviços. Na somatória de 2009 a 2012, 4.071 novos empreendimentos optaram em se instalar no município, sendo 569 indústrias, 1.577 comércios e 1.925 prestadoras de serviços. Em 2013, o município conta, na totalidade, com 14.857 empresas, são 2.061 indústrias, 5.399 comércios e 7.397 prestadoras de serviços.





Figura 23: Vista aérea do município de Sinop 2010

Fonte: Arquivo da prefeitura de Sinop 2010

A excessiva recepção de migrantes de várias regiões do Brasil tem gerado uma série de problemas sociais, como a falta de escolas, de creches, de postos de saúde, além de um crescente processo de segregação socioespacial devido aos altos valores dos lotes urbanos.

A estrutura urbana do município de Sinop, considerando o planejamento prévio definido pela empresa no início da colonização, as chácaras foram totalmente alteradas. Esses locais deveriam formar um cinturão verde em volta da área urbana, mas foram sendo anexadas ao plano básico em plantas mais recentes, apareceram como loteamentos, muito embora possa ser observada, ainda, a existência de extensas áreas vazias dentro do perímetro urbano. Esses locais, em geral, correspondem a loteamentos já legalizados que, se ainda não foram ocupados, constituem um importante estoque de áreas, propícias à especulação imobiliária.

Cidade de Sinop em 2010

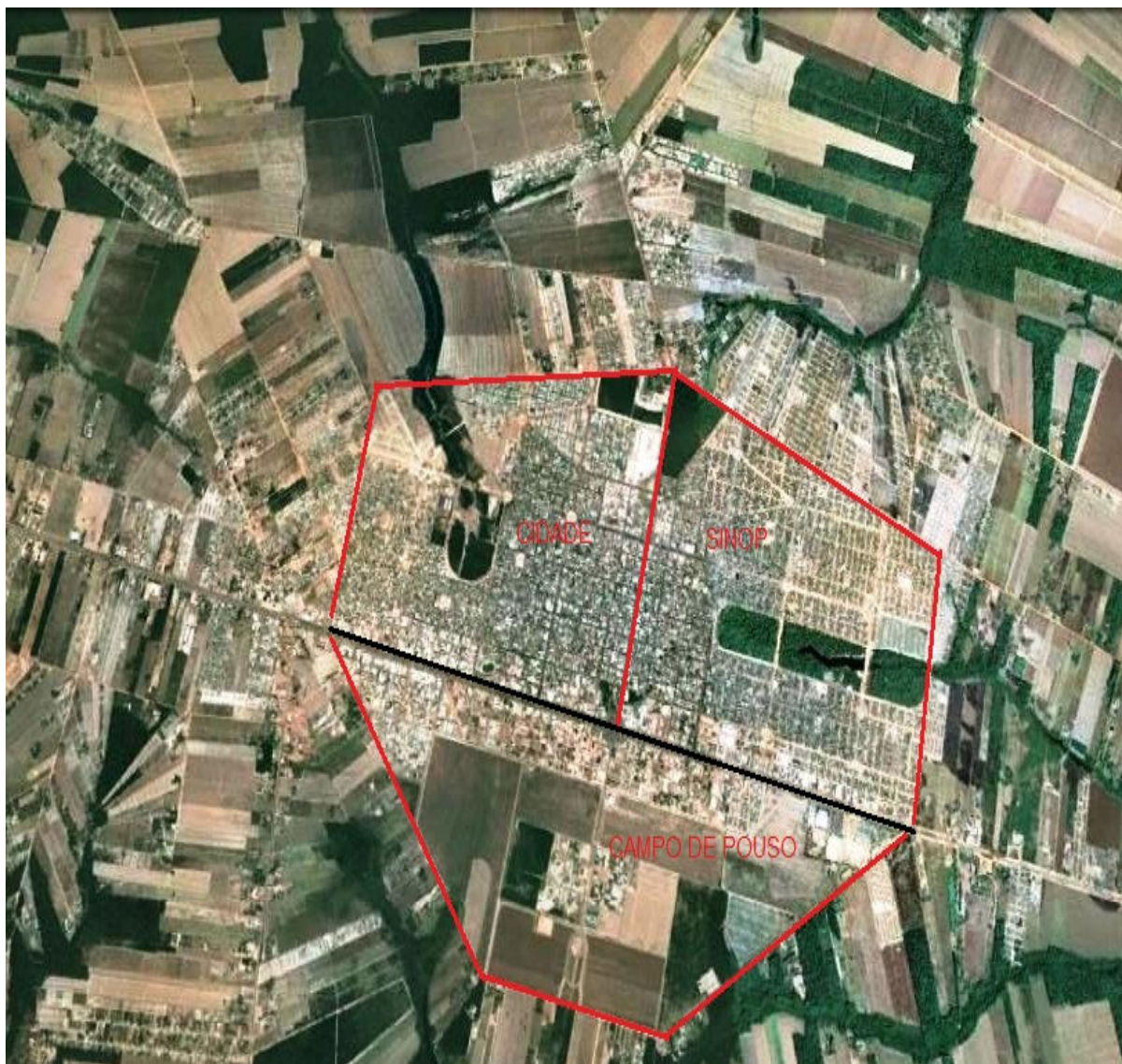


Figura 24: Divisão do territorial do município Sinop  
Fonte: Google Earth (2012)

Na figura, podemos observar as divisões do projeto original e o que seria da cidade de Sinop e suas áreas adjacentes ao município que foram divididas em 635 lotes que eram destinados à produção agrícola em pequena escala (hortifrutigranjeiro). Gradativamente, no entanto, estão sendo incorporadas às áreas urbanas pelo mercado imobiliário.

Esses acontecimentos refletiram na falta de regularização fundiária do município de Sinop, pois essas terras estão sendo loteadas sem planejamento adequado. Devido à grande especulação e ao pouco interesse político em construir um espaço urbano estruturado e bem equipado, percebe-se mais um exemplo da estreita relação capitalista entre o território e o seu valor financeiro.

Para Marx (1962, p. 60-61):

[...] no mundo alienado do capitalismo, as necessidades não são manifestações de poderes latentes do homem, isto é, elas não são necessidades humanas; no capitalismo, cada homem especula sobre como criar uma nova necessidade em outro homem a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em uma nova dependência, e incitá-lo a um novo tipo de prazer e, por conseguinte, à ruína econômica. Todos tentam estabelecer sobre os outros um poder estranho para com isto lograr a satisfação de sua necessidade egoísta.

Historicamente, o município de Sinop fora planejado para o futuro como lembra Oliveira (1988): as avenidas são largas e arborizadas, apesar das ruas não ainda terem calçadas; evita-se, a todo custo, a entrada de migrantes sem o mínimo de renda, segregando-se os trabalhadores de que a cidade necessita por seus loteamentos planejados. Mais uma vez, foi usado como critério o poder econômico àqueles que iriam ocupar esse espaço, demonstrando, desde o seu início, um processo de segregação espacial.

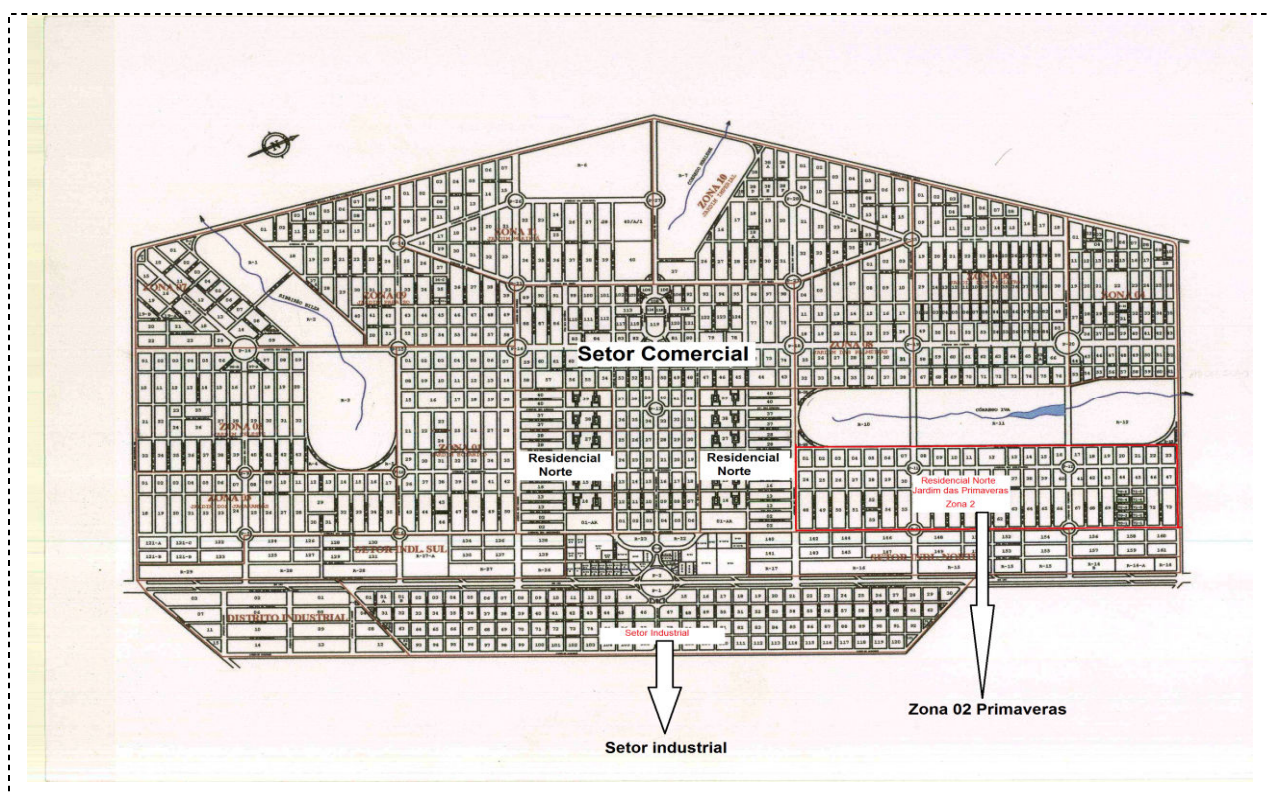


Figura 25: Desenho urbano do município de Sinop (2001)  
Fonte: Colonizadora Sinop

As práticas da Colonizadora Sinop procuraram manter uma seletividade territorial programada, evitando que os lotes e as áreas consideradas nobres (setor comercial, setor

residencial sul, setor residencial norte, setor industrial) fossem invadidas ou mesmo adquiridas por servidores braçais. Para tanto, fora criado o bairro operário (zona 2) e seus terrenos foram vendidos abaixo dos preços de mercado. A seletividade é obtida, também, por intermédio das posturas municipais, que exigem, em toda a cidade, área mínima de 42 m<sup>2</sup> para cada residência, pé direito de 3 metros e afastamento da rua, excetuando o bairro operário, no qual as posturas não vigoram (LANIVAS, 1982).

Os principais agentes da especulação imobiliária são o proprietário rural, o loteador, o auto-construtor, os empresários de transporte e o Estado como provedor de infraestrutura conforme a estrutura urbana pressiona para tal. O trabalhador, portanto, vê-se refém desse sistema de acumulação.

O planejamento urbano integrado, holístico e participativo, apoiado na “democratização da gestão urbana” (ROLNIK, 2002, p.60), e concebido com o intuito de promover um desenvolvimento equitativo das cidades pode (re)construir territorialidades urbanas menos divergentes, contraditórias e conflitantes. Os diferenciais de renda não devem representar, necessariamente, uma padronização hierarquizada e desigual em termos de consumo do espaço urbano, de modo a relativizar a máxima citada por Harvey (1976, p.171) de que: “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele”: fatos visíveis no perímetro urbano do município de Sinop.

### **3.3 O Projeto da Gleba Rio Verde.**

A região do rio Verde, território dos índios kaiabis, foi ocupada desde o século XIX por seringalistas como Francisco de Lucas Barros, que adquiriu várias parcelas de terras nas margens esquerda e direita do rio, onde hoje se localiza o município de Lucas do Rio Verde. Inicialmente, Francisco associa-se ao grupo italiano Orlando & Cia. e, posteriormente, Borges e Cia., permanecendo na região até o declínio da borracha, em meados de 1912-1913.

O município de Lucas do Rio Verde nasceu a partir da política de integração nacional promovida pelo governo militar, denominado de Programa de Assentamento

Conjunto (PAC)<sup>59</sup>. Estradas eram necessárias ao povoamento e à ocupação territorial, então, o 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro realizou a abertura da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Com a rodovia, iniciou-se a colonização da região, às margens do Rio Verde, na segunda metade da década de 1970.

Em 1977, chegaram alguns colonizadores que foram denominados posseiros e, em 1979, a região já contava com 26 famílias que se concentravam principalmente na região do lago azul, cogitado inicialmente para sediar o município.

---

<sup>59</sup> A ocupação do norte do Estado iniciou-se com a abertura da BR-163, inaugurada em 1974. Os primeiros empreendimentos foram realizados por empresas privadas de colonização que implantaram projetos de milhares de hectares e de onde surgiram cidades como Alta Floresta, Colíder e Sinop. Até 1978, o INCRA não tinha nenhum projeto na região. O custo alto de implantação e o sucesso dos projetos privados levaram o INCRA a desenvolver um novo tipo de colonização pública: o PAC (Projeto de Assentamento Conjunto) onde seriam somadas as experiências e os recursos do órgão colonizador oficial (INCRA) e da iniciativa privada (cooperativas). Desses projetos, surge a gleba Rio Verde (CASTRO, 2002).

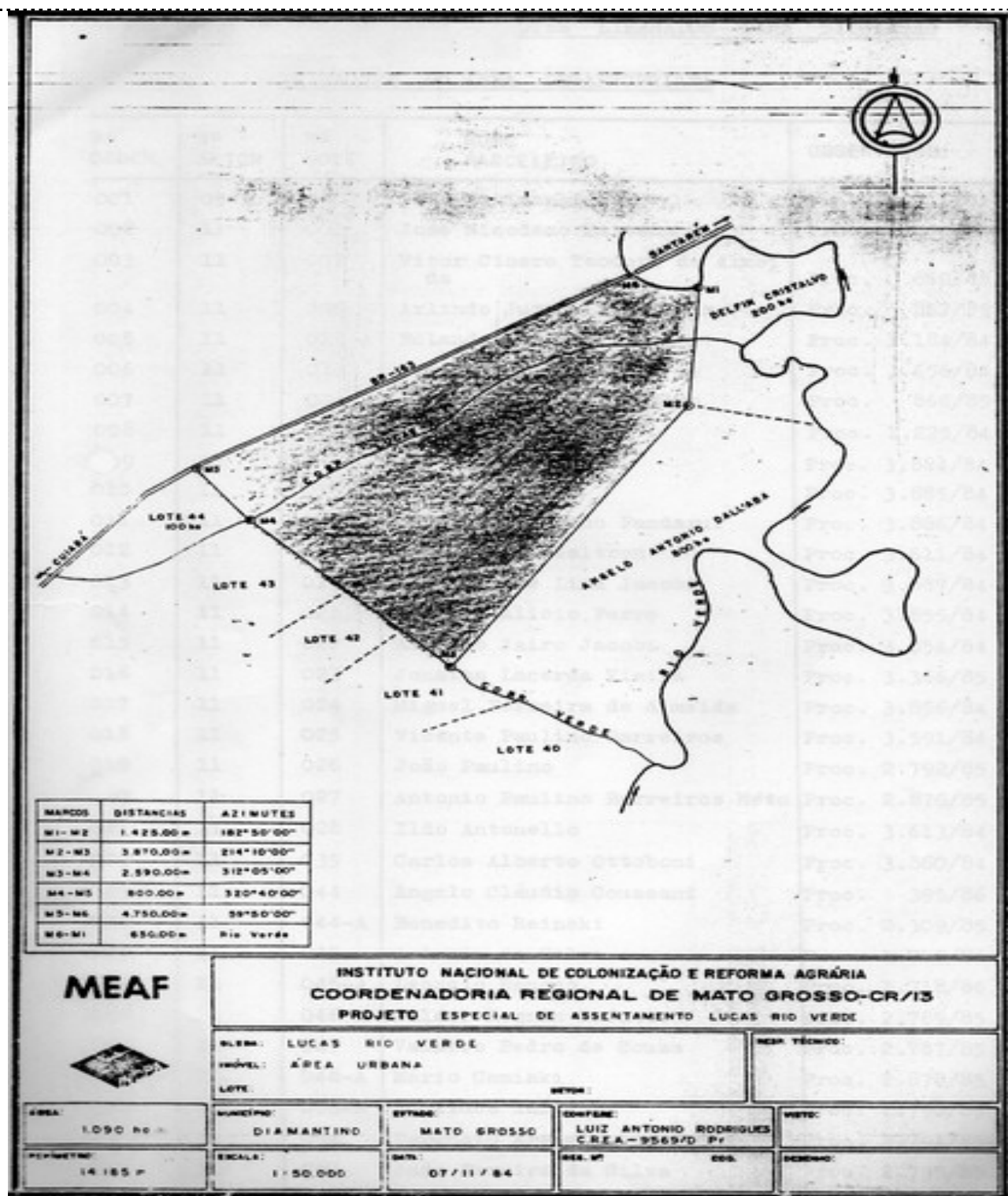


Figura 26: Área destinada ao assentamento Lucas do Rio Verde  
 Fonte: Incra (1984)

Em 1981, as tensões sociais se avolumavam pela Reforma Agrária na região Sul do Brasil, localizadas entre os municípios gaúchos de Palmeira das Missões, Iraí, Nonoái,

Passo Fundo, Pontão e Encruzilhada Natalino. No município de Ronda Alta, localizava-se a Encruzilhada<sup>60</sup> Natalino<sup>61</sup>.



Figura 27: Localização da Encruzilhada Natalino  
Fonte: DAER 2010

O governo federal, no ano 1981, declarou Encruzilhada Natalino como área de segurança nacional; tropas do exército e da polícia federal fecharam a estrada. Para solucionar parte dos problemas e desmobilizar parte dos integrantes do movimento de sem terras, o governo federal desapropriou uma considerável parcela da Gleba Rio Verde por meio dos decretos 86.306/81 e 86.307/81. Declarou a área como prioritária para fins de reforma agrária, determinou o assentamento de 900 famílias da Encruzilhada Natalino e a regularização fundiária de 85 posseiros que viviam na gleba desde 1977, reconhecidos como tais pelo INCRA. Proporcionou, também, a criação e a instalação de uma cooperativa para atuar na região.

Essa cooperativa já havia sido planejada por um grupo de colonos ligados à cooperativa Holambra no Estado de São Paulo e que estavam negociando para colonizar a Gleba Rio Verde. Esse grupo, em torno de 50 famílias, é denominado, no cotidiano de

<sup>60</sup> O nome Encruzilhada vem do fato do acampamento estar localizado no encontro das estradas que levam a Passo Fundo, Ronda Alta e Sarandi, cerca de dez quilômetros da Fazenda Sarandi.

<sup>61</sup> Natalino vem de Natalino Verardi, primeiro agricultor a erguer seu barraco no local. Em junho de 1981, o acampamento contava com cerca de 600 famílias. Os sem-terra acamparam fora da propriedade, na chamada área de servidão pública, entre a cerca e o leito da estrada de terra.

Lucas do Rio Verde, de *paulistas*. Fundaram, em cinco de agosto de 1982, a agrovila que deu origem ao município de Lucas do Rio Verde (ZART, 1998).



Figura 28: Vista área de Gleba Rio Verde em 1984  
Fonte: Arquivo da Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2010)

O PAC Lucas do Rio Verde foi o projeto mais importante em Mato Grosso em termos de superfície, com cerca de 220.000 hectares. Os outros PACs foram desenvolvidos em espaços desocupados, enquanto o PAC Lucas do Rio Verde se estabeleceu em um território onde já existiam posseiros em mais de 65.000 hectares. O projeto previa a venda de lotes de 200 hectares, cuja metade deveria ser mantida em reserva florestal. Os lotes deveriam ser pagos pelo colono em um prazo de 20 anos. Foram ocupados, à época, aproximadamente 197 mil hectares de cerrados e fitofisionomias de domínio amazônico (DLUZNIEWSKI, 2006).

O município de Lucas do Rio Verde está localizado, segundo Ab'Saber (2003), em áreas de transição dos domínios morfoclimáticos<sup>62</sup> cerrados e amazônicos. O domínio amazônico está situado ao norte do território brasileiro, é a maior região morfoclimática do

---

<sup>62</sup> Os domínios morfoclimáticos brasileiros são definidos a partir das características climáticas, botânicas, pedológicas, hidrológicas e fitogeográficas; com esses aspectos é possível delimitar seis regiões de domínio morfoclimático. Devido à extensão territorial do Brasil ser muito grande, defronta-se com domínios muito diferenciados uns dos outros divididos em seis: amazônico, cerrado, mares de morro, caatingas, araucárias e pradarias (AB'SÁBER, 2003).



Brasil, com uma área de aproximadamente 5 milhões km<sup>2</sup> – equivalente a 60% do território nacional – abrangendo os Estados: Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Maranhão, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso. Encontram-se como principais cidades dessa região: Manaus, Belém, Rio Branco, Macapá e Santarém (AB'SÁBER, 2003).

Já o domínio do cerrado, localiza-se na região central do Brasil, abrangendo uma área de 45 milhões de hectares, sendo o segundo maior domínio por extensão territorial. Incluem-se nesse espaço, os Estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Tocantins (de Goiás (parte sul), da Bahia (parte oeste), do Maranhão (parte sudoeste) e de Minas Gerais (parte noroeste); seu relevo é composto de chapadas e chapadões. Quanto ao clima, é tropical, com uma estação seca bem definida; os solos são ácidos e os rios diminuem muito na época das secas e transbordam na época das chuvas. No que tange à sua vegetação, campos apresentam árvores retorcidas com cascas grossas (AB'SÁBER, 1993).

Retornando ao processo de colonização de Lucas do Rio Verde, evidencia-se a atuação distinta de três atores sociais: os posseiros, os parceiros e os assentados da cooperativa. Esse processo de colonização, portanto, foi capaz de impor uma diferenciação social a partir de três movimentos migratórios: o primeiro relacionado com a migração espontânea dos posseiros; o segundo associado ao assentamento das famílias de parceiros provenientes de Ronda Alta (Rio Grande do Sul) e o terceiro viabilizado por um programa governamental e operacionalizado pela cooperativa.

No fim de 1982, o INCRA regularizou os posseiros instalados antes da realização do PAC e procurou parcerias para organizarem as ocupações das terras que ainda se encontravam desocupadas. ACOOPERLUCAS, cooperativa de empresários rurais do interior do Estado de São Paulo, ligada à cooperativa Holambra, assinou acordos com o INCRA para a instalação de 900 famílias associadas à cooperativa.

O INCRA instalou os parceiros e construiu a infraestrutura. O PROTERRA financiou aproximadamente 25 hectares para cada família para que os abrissem e plantassem neles as primeiras culturas. Apesar disso, como vários produtores não tiveram capacidade de financiar os custos de mecanização, correção e adubação das parcelas das terras, abandonaram rapidamente seus lotes. Em 1983, permaneciam somente 18 das 200 famílias assentadas no primeiro ano. Os fatos ocorridos servem como afirmação de

que todo processo de ocupação deflagrado pelo governo brasileiro se constituiu em uma inclusão precária. Ao chegarem, os parceleiros foram segregados economicamente e acabaram novamente excluídos econômica e espacialmente.

Desse modo, elucida Martins (2009) que a área maior de terra lança o pequeno agricultor a outra escala de relacionamento com o capital. A diferença entre a situação atual e a anterior é que, no Sul, o crescimento da família e dos filhos gerava uma escala de necessidades que não podia ser atendida pelo trabalho, comprometendo a reprodução social familiar. Em Mato Grosso, a terra poderia absorver todo o trabalho da família, porém essa faina foi insuficiente para transformar o cerrado em terra produtiva. Essa incapacidade foi suprida por tecnologia que, no Sul, limitava-se ao arado e ao boi, mas o cerrado exigia o trator e a colheitadeira; porém os parceleiros foram ao Mato Grosso com a ilusão de ter (possuir a terra) e de ser (protagonistas de mudanças sociais), o que não aconteceu.

As palavras de Zart (1998, p. 106) remetem a conjecturas sobre a atuação do Estado no processo de ocupação:

O Estado como agente de força coercitiva e punitiva, não acena para alternativas na região na qual eclode o problema social. A vista se direciona para outros rumos. A direção das políticas do governo não são as terras do Sul. O Estado-mercado quer e precisa incorporar, povoar e fazer produzir a Amazônia. É para esta região, longínqua territorialmente, para onde os colonos são convidados a migrar. Os corpos dos colonos já não são queridos no Sul. Seus corpos são uma ameaça para a ideologia e para a moral burguesa. Seus corpos significam um perigo para a ordem e o progresso tão divulgado, constituindo baluartes do sistema modernizador. Seus corpos, já expostos viram espetáculos públicos, devem ser removidos, devem ser transladados. O traslado se transforma num novo espetáculo. Não interessa ao Estado e ao grupo dominante mantê-los onde estão; porque aí não prestam à filosofia utilitarista e ao modelo produtivista da modernização.

Explicitava-se uma estratégia de distribuição controlada da terra, porém com o predomínio da parcela monopolista do capital, ou seja, das grandes empresas que tinham acesso direto à terra e ao crédito. E os migrantes que não tinham acesso à terra fixavam-se nas cidades. Dessa forma, a urbanização cumpre um papel fundamental na formação de um mercado de força de trabalho, necessário aos empreendimentos capitalistas, nacionais e estrangeiros (MACHADO, 1982).

Em 1986, o núcleo de Lucas do Rio Verde foi elevado à condição de Distrito de Diamantino e, em 04 de julho de 1988, por meio da Lei Estadual nº 5.318, alcançou autonomia político-administrativa, tornando-se município, com cerca de 5.500 habitantes. O município de Lucas do Rio Verde, segundo o censo do IBGE 2010, conta com 45.556 habitantes. O clima é tropical de savana, com duas estações bem definidas (seca e chuvosa). Está situado a 350 km de Cuiabá e é circundado pelos municípios de Sorriso, Nova Mutum e Tapurah. Tem altitude média de 400 metros (acima do nível mar). As médias da temperatura anual e da precipitação pluviométrica são de 25°C de 2.333 mm, respectivamente. A área do município se consolidou em 3.659,86 km<sup>2</sup> (0,4051% da área de MT) (Prefeitura de Lucas do Rio Verde, 2012).



Figura 29: Vista aérea do espaço urbano do município de Lucas do Rio Verde 2012  
Fonte: Arquivo da prefeitura de Lucas do Rio Verde 2010

O município de Lucas do Rio Verde recebeu, no ano de 1989, o título de doação onerosa do perímetro urbano do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que, no mesmo ano, aprovou o primeiro perímetro, com uma área de 1.405,0024 ha, passando a ter os seguintes limites e confrontações: NORTE: Rio Verde e Setor 13; LESTE: Setor 13; SUL: Setor 13 e Setor 02; OESTE: Setor 01 e Setor 02 conforme Lei Municipal nº026/89.



Figura 30: Desenho do projeto de mobilidade urbana do Município de Lucas do Rio Verde  
 Fonte: Plano diretor do município de Lucas do Rio Verde, 1989.

As primeiras vias de acesso ao núcleo urbano foram as Avenidas Rio Grande do Sul e Paraná e, mais tarde, a Avenida Amazonas, paralelas à Rodovia BR-163, juntamente com as vias perpendiculares, que se estruturavam de acordo com a demanda.

A Avenida Mato Grosso foi também importante marco no processo de desenvolvimento urbano, interligando o projeto de urbanização inicial elaborado pelo MIRAD com o Loteamento Cidade Nova e, posteriormente, com a abertura das Avenidas Tocantins e Goiás, complementou-se a estruturação viária básica.

A cidade, portanto, foi se organizando inicialmente em duas etapas, sendo a primeira o projeto de urbanização inicial elaborado pelo MIRAD próximo à Rodovia BR-163; a segunda, o Loteamento Cidade Nova, parte correspondente ao Córrego Lucas indo em direção ao antigo aeroporto, atualmente Avenida Dr. Mauricio Cardoso.

A implantação da cidade foi facilitada pelo seu desenho urbano e sua topografia levemente ondulada. No projeto de urbanização inicial, elaborado pelo MIRAD, os lotes têm formato retangular e metragem de 500,00 m<sup>2</sup> para aqueles voltados à Avenida Amazonas e os demais com 800,00 m<sup>2</sup>.

No projeto urbanístico original, elaborado pelo MIRAD, todas as vias foram projetadas com largura de 20 m. Algumas vias foram reformuladas com desapropriações de 1,00 a 2,00 metros de cada lado, alterando assim seus dimensionamentos, para larguras variando de 22,00 a 24,00 metros. Já no Loteamento Cidade Nova, as principais vias foram planejadas variando de 24,00 a 40,00 metros de largura.



Figura 31: Concepção urbanística do município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Arquivo da Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2012).

Em 2002, foi aprovada a Lei Municipal nº 887/2002, que ampliou o perímetro urbano. Já em 16 de junho de 2003, nova alteração do perímetro urbano foi realizada. O novo perímetro urbano ficou com uma área de 2.256,57 ha. A expansão do perímetro urbano se deveu ao aumento crescente da população oriunda da constante recepção de migrantes de várias regiões do Brasil, principalmente da região Nordeste.

O município de Lucas do Rio Verde, com expressivos 135,8% de crescimento entre os anos de 2000 a 2010, apresentou uma taxa média anual de 9,0%. Esse crescimento acelerado se deveu à industrialização que trouxe vários problemas, obrigando a administração municipal reorganizar o espaço urbano por meio de um novo plano diretor buscando a sua expansão.

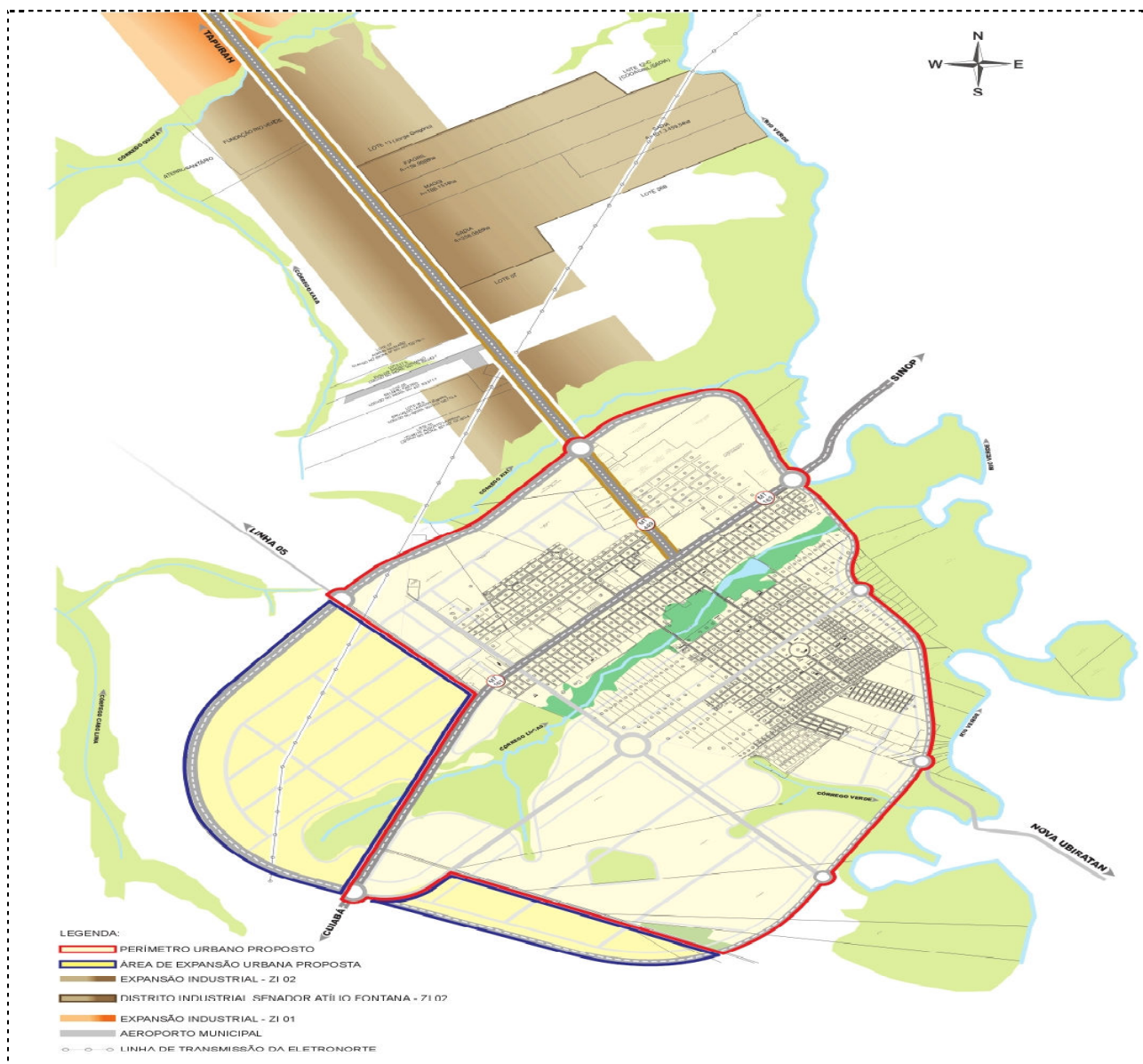


Figura 32: Reorganização do território urbano do município de Lucas do Rio Verde

Fonte: Plano diretor do município de Lucas do Rio Verde 1989.

Em 2007 é apresentada a nova proposta de expansão do perímetro urbano de Lucas do Rio Verde excluiu as áreas verdes não aptas ao processo de urbanização. Esses espaços ficaram sujeitos ao controle de legislação ambiental própria, inclusive em estudos especiais que determinarão ocupações para as áreas preservação permanentes, transformando esses espaços em áreas de lazer, recreação e pesca esportiva, produção de hortifrutigranjeiros, entre outros.



Figura 33: Área de lazer no Município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2010)

Outro fator que merece destaque são as edificações públicas (escolas, hospitais postos de saúde), as praças, avenidas, ciclovias e parques, bem como as construções da iniciativa privada que demonstram uma preocupação estética identificada com a imagem de uma cidade que pretende ser a mais bela e organizada de Mato Grosso (DLUZNIEWSKI, 2006).

Em relação à economia do município, a soja é o principal produto cultivado e alavanca a economia local. Segundo dados do IBGE 2010, o município é considerado o 9º maior produtor do Estado de Mato Grosso, o qual é líder na produção nacional desse tipo de grão com 20,4 milhões de toneladas. Lucas do Rio Verde contribuiu para essa liderança com uma produção 756.648 toneladas.

Tabela 05: População, densidade demográfica e área do município de Lucas do Rio Verde

Municípios	2000	2010	Variação (%) 2010/2000	Variação (%) média anual 2010/2000	Densidade demográfica	Área Km <sup>2</sup>
Lucas do Rio Verde	19.316	45.556	135,8	9,0%	12,43	3.664

Fonte: IBGE 2010

Em relação à demografia, a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 8,96% ao ano, passando de 19.322 para 45.556 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,95% ao ano, e superior à cifra de 1,93% ao ano da Região Centro-Oeste.

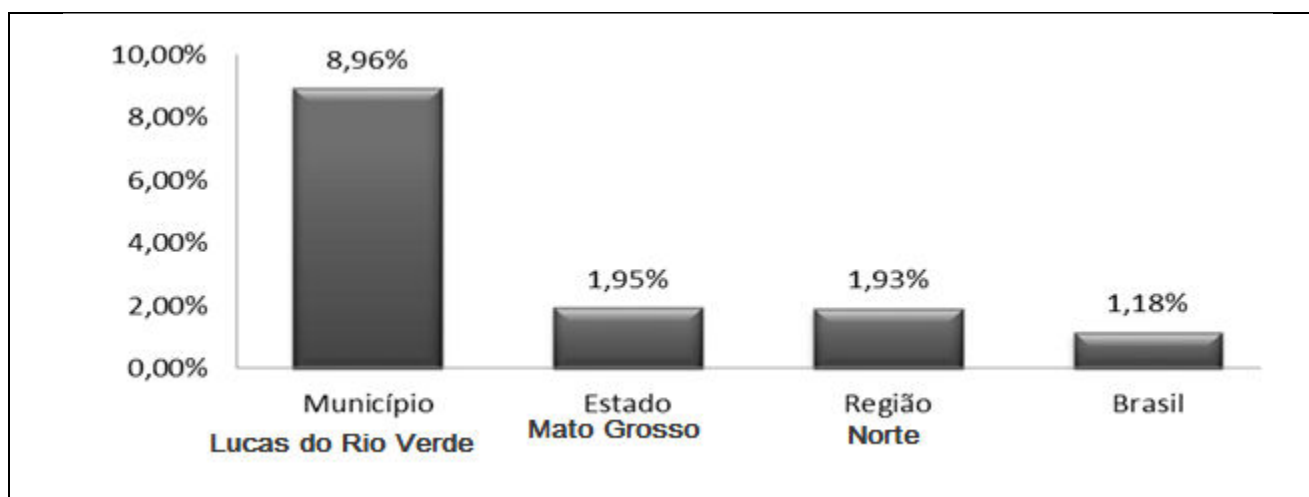


Figura 34: Taxa de crescimento populacional anual por área selecionada  
Fonte: IBGE (2000/2010)

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 83,57% e em 2010 a passou a representar 93,19% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010, foi verificado o aumento da população idosa que, em termos anuais, cresceu 10,7% em média. Em 2000, esse grupo representava 3,2% da população; em 2010, detinha 3,7% do total da população municipal. O segmento etário de zero a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010 (6,3% ao ano). Crianças e jovens detinham 32,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 6.233 habitantes. Em 2010, a participação desse grupo reduziu para 25,3% da população, totalizando 11.512 habitantes.



Tabela 06: Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IDFM)

Municípios	Ranking 2010	IDFM 2010	Emprego & Renda	Educação	Saúde	Ranking 2009	IDFM 2009	Emprego & Renda	Educação	Saúde	Varição 2010/2009
<b>ESTADO MT</b>		<b>0,7303</b>	<b>0,5902</b>	<b>0,7670</b>	<b>0,8338</b>		<b>0,7131</b>	<b>0,5728</b>	<b>0,7390</b>	<b>0,8276</b>	
Sorriso	1º	0,8453	0,8373	0,8092	0,8893	3º	0,8495	0,8794	0,7785	0,8906	-0,5%
Primavera do Leste	2º	0,8388	0,7741	0,8188	0,9235	2º	0,8564	0,8520	0,7860	0,9312	-2,1%
Lucas do Rio Verde	3º	0,8387	0,6891	0,8701	0,9568	1º	0,9046	0,8849	0,8650	0,9640	-7,3%
Cuiabá	4º	0,8292	0,8594	0,7781	0,8499	4º	0,8030	0,8108	0,7571	0,8410	3,3%
Alto Taquari	5º	0,8251	0,7651	0,8231	0,8872	8º	0,7746	0,6478	0,7801	0,8959	6,5%
Nova Mutum	6º	0,8052	0,6841	0,8138	0,9178	11º	0,7666	0,5885	0,7980	0,9134	5,0%
Campo Novo do Parecis	7º	0,7947	0,7370	0,7856	0,8614	6º	0,7885	0,7291	0,7963	0,8401	0,8%
Sapezal	8º	0,7907	0,6342	0,8154	0,9224	14º	0,7546	0,5454	0,7919	0,9265	4,8%
Rondonópolis	9º	0,7891	0,7034	0,7848	0,8793	10º	0,7674	0,6439	0,7819	0,8764	2,8%
Sinop	10º	0,7836	0,7177	0,7657	0,8674	13º	0,7587	0,6494	0,7444	0,8824	3,3%

Fonte: FIRJAM (2010)

Os índices<sup>63</sup> de desenvolvimento municipal no município de Lucas do Rio Verde foram considerados alto sem 2010, com 0,8387 apesar da queda -7,3% em comparação com 2009 que foi 0,8564. Esse resultado se deveu a uma queda acentuada no índice de emprego e renda que era, em 2009, 0,8520 e decaiu para 0,6891, passando de alto para moderado. O índice relacionado à educação subiu em relação a 2009, que era de 0,8650; passou a 0,8701 em 2010, continuando alto. Por último, o índice relativo à saúde, que era de 0,9312, em 2009, passou em 2010 para 0,9235 mantendo-se alto apesar da pequena queda. Com a queda no índice de emprego e renda, o município decaiu de 1º no ranking dos municípios mato-grossenses em 2009 para o 3º lugar.

Nos aspectos econômicos relacionados à produção (PIB), entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 155,3%, passando de R\$ 708,8 milhões para R\$ 1.809,8 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 52,9%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 1,89% para 3,16% no período de 2005 a 2009.

<sup>63</sup> Para efeito de análise: superiores a 0,8 pontos, desenvolvimento alto; entre 0,6 e 0,8 pontos, desenvolvimento moderado; entre 0,4 e 0,6 pontos, desenvolvimento regular; inferiores a 0,4 pontos, desenvolvimento baixo.

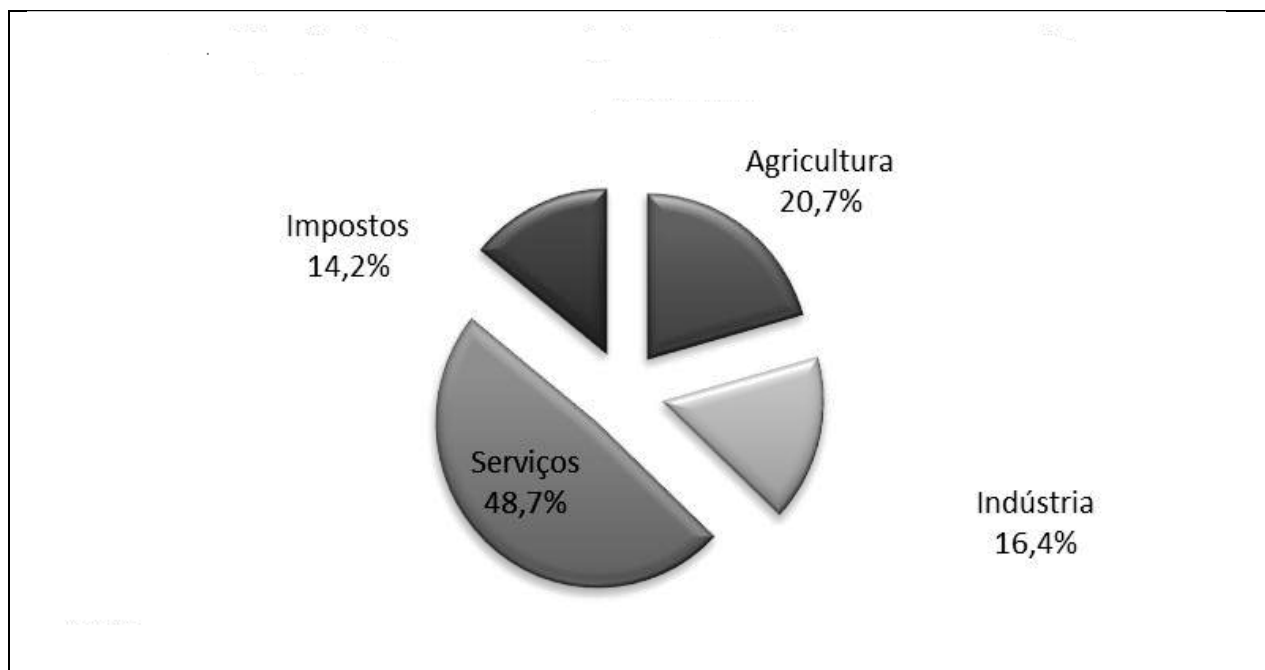


Figura 35: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município em 2009.  
Fonte: IBGE 2010

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual responde por 48,7% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 16,4% em 2009 contra 7,5% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 7,5% em 2005 para 15,1% em 2009.

O mercado de trabalho formal do município apresentou, em seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas nesse período foi de 8.413. No último ano, as admissões registraram 11.366 contratações contra 11.195 demissões.

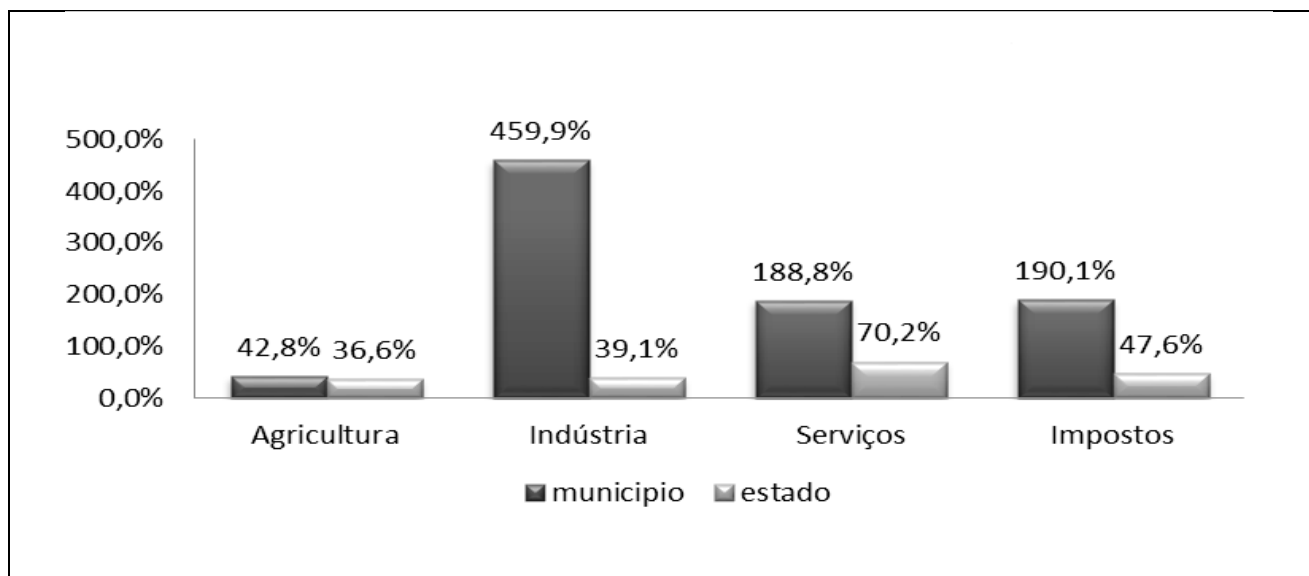


Figura 36: Admitidos e demitidos em 2004 a 2010

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2010/MTE)

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal, em 2010, totalizava 14.734 postos, 198,5% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 38,9% no mesmo período.

Indústria de transformação foi o setor com maior volume de empregos formais, com 4.432 postos de trabalho, seguido pelo setor de comércio com 3.853 postos em 2010. Somados, esses dois setores representavam 56,2% do total dos empregos formais do município.

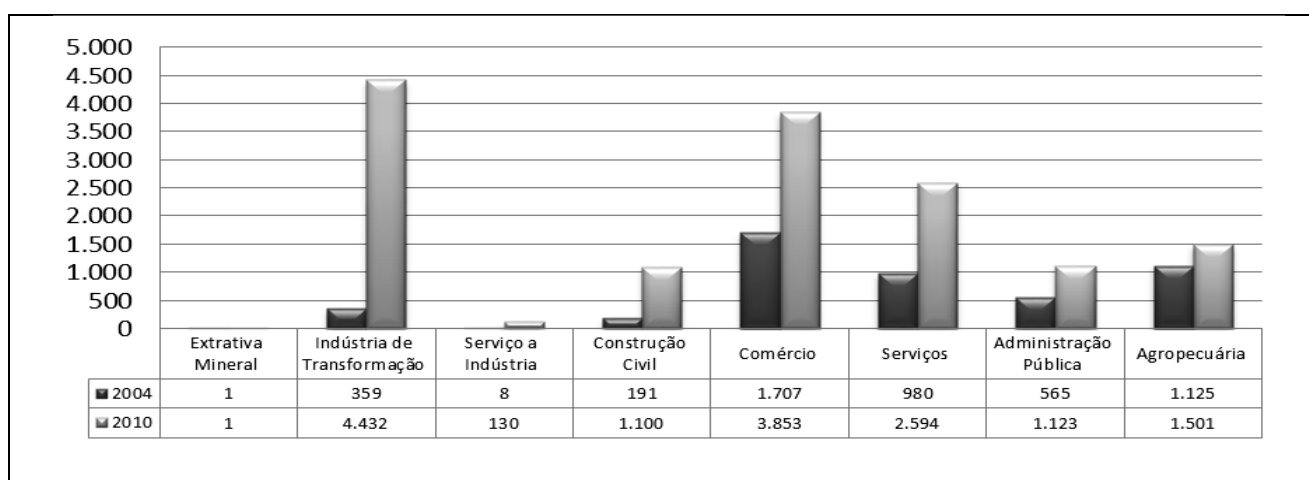


Figura 37: Distribuição dos postos de trabalho

Fonte: Relatório de informações sociais (GAGED NTE 2010).

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram indústria de transformação (de 7,27% em 2004 para

30,08% em 2010) e construção civil (de 3,87% para 7,47%). A que mais perdeu participação foi agropecuária de 22,79% para 10,19%.

Em relação às finanças públicas, a receita orçamentária do município passou de R\$ 43,6 milhões em 2005 para R\$ 83,1 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 90,6% no período, ou 17,50% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 23,35% em 2005 para 28,82% em 2009. Quando se analisaram todos os municípios juntos do Estado, a proporção aumentou de 19,15% para 19,28%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 12,46% da receita orçamentária em 2005 para 11,51% em 2009. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,74% em 2009.

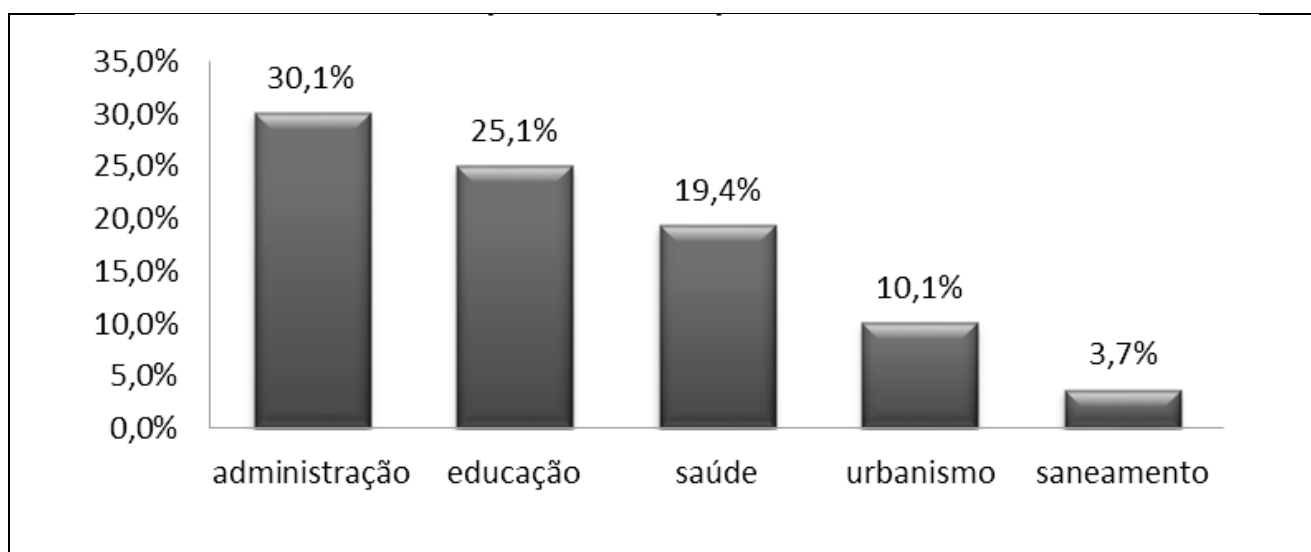


Figura 38: Distribuição dos gastos municipais em Lucas do Rio Verde  
Fonte: Tesouro Nacional (2010)

As despesas com administração, educação, saúde, urbanismo e saneamento foram responsáveis por 88,46% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,50% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do Estado, de 3,86%.

A característica do desenvolvimento econômico do município é um projeto ambicioso que promove a expansão da soja de forma integrada a outras atividades da produção, como o esmagamento de grãos utilizados tanto para geração de bio-

combustíveis, quanto na fabricação de ração utilizada como insumo na produção de derivados da carne.

O que definiu esse processo de verticalização da produção foi que, em 2005, ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, os agricultores de Lucas viram-se diante de um cenário desfavorável com a queda dos preços domésticos da saca de soja. Registrou-se um valor médio de R\$ 30,00 depois de ter alcançado R\$ 42,00 em meados de 2004; a forte retração das taxas de câmbio e perdas de produtividade na safra daquele ano ocasionaram impacto direto no índice de lucratividade média depois de anos consecutivos de crescimento (IMEA, FAMATO, 2010).

Mais de 1.900 empresas estão instaladas em Lucas do Rio Verde. Após a expansão da agricultura nos anos 1990, o município partiu definitivamente para a verticalização da sua economia, ou seja, produz matéria-prima e incentiva os setores industrial e comercial para aproveitar a produção local, ampliando suas atividades.



Figura 39: Vista aérea do setor industrial do município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Arquivo da prefeitura de Lucas do Rio Verde 2010.

Esse tipo de arranjo produtivo se consolidou em três grandes projetos industriais que já estão trabalhando de forma integrada: as unidades agroindustriais da Sadia; a esmagadora de soja da A. Maggi e a usina de biodiesel da Fiagril. A proximidade física entre as unidades produtivas dessas empresas permite a constatação da aglutinação de plantas industriais, conformando assim um sistema produtivo vertical cujo resultado é um “maior adensamento das relações intersetoriais” (UDERMAN; MENEZES, 1998).

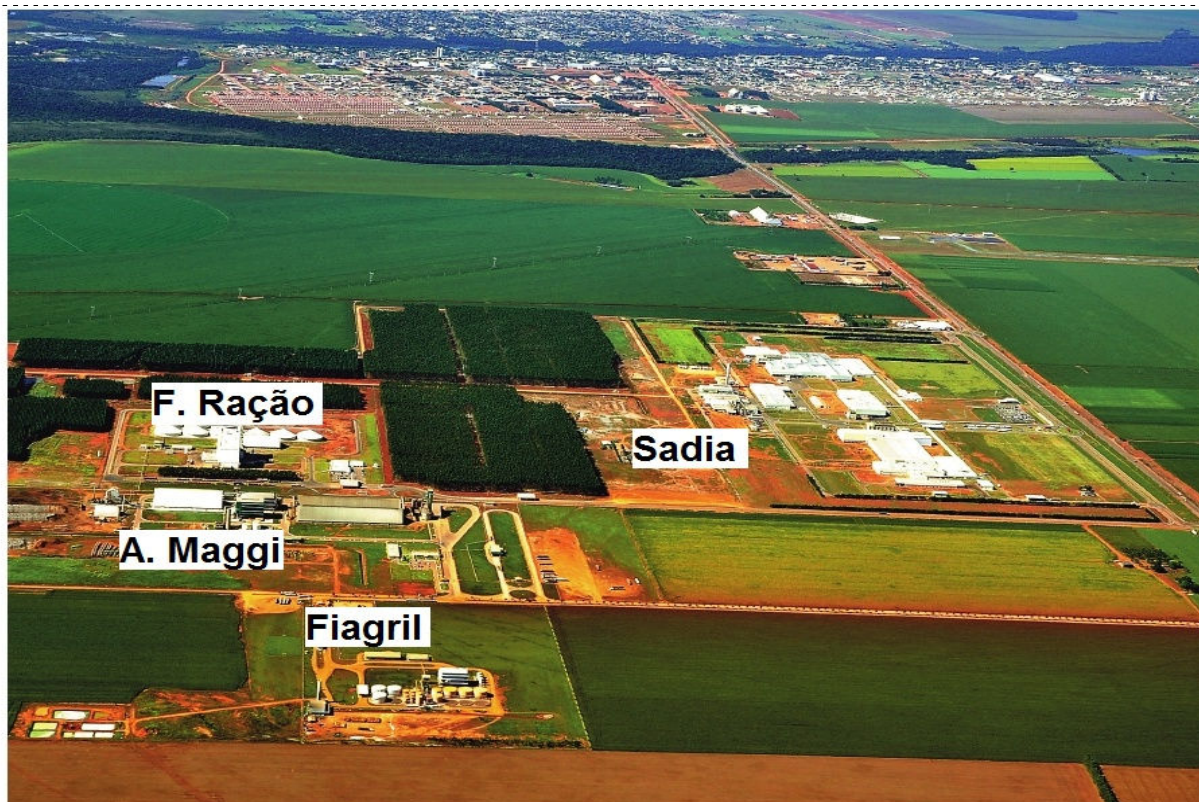


Figura 40: Integração industrial do Município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Arquivo da prefeitura de Lucas do Rio Verde 2010

Percebe-se que Lucas do Rio Verde pode ser enquadrado entre aqueles municípios que passaram por adaptações em sua estrutura urbana com o objetivo de atender às demandas das atividades agrícolas, no que se refere ao “consumo produtivo” do campo, composto pelas máquinas, implementos e insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção (SANTOS, 1994).

Dessa forma, a área em estudo identifica-se com aquelas que compõem a chamada “região agrícola” (SANTOS, 1993). Essas localidades estão diretamente ligadas e são dependentes das atividades agrícolas, por meio das quais se representa a inter-relação do mundo rural e urbano. Municípios como Sinop e Lucas do Rio Verde se

desenvolvem nesse contexto, com base na agricultura tecnificada que tem garantido a boa situação das suas economias. São considerados municípios progressistas em nível de Mato Grosso. A economia do município de Lucas do Rio Verde é alavancada pelas suas agroindústrias. No caso do município de Sinop, há uma diversificação econômica além das agroindústrias, conta com frigoríficos para abate de bovinos, metalúrgicas, universidades, hospitais, clínicas especializadas em diversas áreas de saúde e estabelecimentos comerciais que crescem dia a dia sendo referência nessas áreas para os municípios do seu entorno.

O município de Lucas do Rio Verde implantou o sistema produtivo baseado na integração vertical, principalmente com a produção de grãos como soja, milho e a suinocultura; essas matérias-primas têm ocupado lugar de destaque na matriz produtiva do agronegócio luverdense. Essa situação se deve não só pela sua dinâmica interna, mas também por possibilitar a parceria produtiva entre esses segmentos e gerar divisas no mercado externo (GONÇALVES; PALMEIRA, 2006).

Para atender as necessidades da verticalização da economia, o município de Lucas do Rio Verde firmou parcerias com a iniciativa privada para construção da hidrelétrica de Canoa Quebrada.



Figura 41: Usina hidrelétrica Canoa Quebrada  
Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2012).

O primeiro passo para a verticalização foi dado em 2005 pela prefeitura em parceria com iniciativa privada<sup>64</sup> e com o governo federal para a construção da Usina, resultando na geração de mais de 28 megawatts de energia. Consolidou esse processo com a implantação da Brasil Foods<sup>65</sup>, atraindo para o município dezenas de empresas dos mais diversos ramos de atividade, assim como trabalhadores dos quatro cantos do país.

Segundo Kon (1999, p.48):

A mudança do paradigma fordista para um sistema flexível de produção só é possível através da atração e do treinamento de mão de obra qualificada, pelo desenvolvimento de redes de cooperação entre as firmas e pela utilização de um nível considerável de tecnologia flexível.

A Lei nº 1.300/2006, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada em 20 de julho de 2006 pelo prefeito, concedeu a título de “doação com encargo” o “imóvel denominado de lotes 41/42/43-B, setor 13, de 49,0790 hectares” para “implantação da Central de Incubação integrante do Complexo Agroindustrial da empresa Sadia S/A”. O referido texto de lei também estabeleceu um prazo limite (31 de dezembro de 2009) para “construção e operação” da unidade agroindustrial sob pena de “reversão do bem ao patrimônio do município” (Lei Municipal nº 1.300/2006).

---

<sup>64</sup> A Atiaia Energia, empresa do grupo Cornélio Brennand (90%) em sociedade com Koblitz Energia Ltda. (10%), é especializada em implantar usinas de geração de energia a partir de fontes renováveis tais como pequenas centrais elétricas (PCHs) e Eólicas (EOL).

<sup>65</sup> A BRF foi criada a partir da associação entre Perdigão e Sadia. A empresa nasceu da fusão das duas maiores empresas mundiais do setor alimentício, reforçando a posição do País como potência no agronegócio. Atua nos segmentos de carnes (aves, suínos e bovinos), alimentos processados de carnes, lácteos, margarinas, massas, pizzas e vegetais congelados, com marcas consagradas como Sadia, Perdigão, Batavo, Elegê, Qualy, entre outras.





Figura 42: Vista aérea da Sadia

Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde( 2010).

O complexo industrial da Sadia, em Lucas do Rio Verde (atual BRF)<sup>66</sup>, tem aproximadamente 145.000,00m<sup>2</sup> de área construída. Dentro desse complexo estão instalados o incubatório, aviários de corte, granjas de suínos, multiplicadoras e terminadoras, abatedouro de aves com a capacidade de abater 500.000 aves/dia. Além das aves, abate suínos e industrializa-os, produzindo mortadela, bacon e linguiça calabresa com capacidade de 160 ton/dia. Esse arranjo produtivo integrado entre produtores agrícolas, criadores e indústria consolidou-se a outros projetos industriais citados no capítulo anterior.

---

<sup>66</sup> Em 2005, a fusão entre Perdigão e Sadia deu origem à Indústria Alimentícia Brasil Foods (BRF).

#### **4. PROGRAMAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SINOP E LUCAS DO RIO VERDE.**

A modernização e a expansão da agricultura contribuíram também para o processo de urbanização dos municípios. Elias (2003) afirma que várias cidades desenvolvem-se atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura moderna, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades. Santos (2008) designa esse processo como cidades do campo, pois não só o campo é dependente da cidade, mas também vice-versa.

Conforme Elias (2007, p. 54):

As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais exigências, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua localização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna sua gestão, dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. Isso evidencia que é na cidade que se realizam a gestão e a normalização das transformações [...] do espaço agrícola.

Relacionado à produção agrícola e industrialização, impõe-se a ampliação de atividades produtivas urbanas ligadas ao setor secundário e terciário da economia, maximizando não apenas a produção material, mas também a produção não material. A chegada de novos agentes econômicos, associados às redes agroindustriais requer ampliação e modernização das infraestruturas como rodovias; ferrovias, hidrovias, aerovias além da modernização de portos. Igualmente, requer ainda a existência de universidades e de centros de pesquisas além dos distritos industriais, empresas do setor imobiliário, entre outros que darão suporte ao desenvolvimento das atividades no campo e na cidade. Sendo assim, as cidades agrícolas estão em constante mutação afim de atender todos os requisitos desse processo.

Para melhorar a infraestrutura logística, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003). Ambos previam a criação de eixos de integração nacional e internacional, tendo como princípio a redução dos custos de transporte, o que influenciaria diretamente na redução dos custos das exportações e das importações. Esses eixos teriam a função de melhorar o acesso a mercados e a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais (COELHO, 2004, p. 116).

Os principais projetos do programa Brasil em Ação para Amazônia visavam à recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém); o asfaltamento da BR-174 (Manaus-Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba. O programa Avança Brasil, já no segundo mandato, concentrava os investimentos previstos para a Amazônia Legal, em quatro eixos de ação: a integração internacional da região Norte; logística na região do rio Madeira-Amazonas; logística no Brasil Central e geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão (THÉRY, 2005, p. 41).



Figura 43: Principais projetos de infraestrutura do Programa Avança Brasil  
Fonte: Philip & Laurence 2002.

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, criou-se uma expectativa de que a tão questionada política de eixos de integração e de desenvolvimento fosse colocada de lado, e que novas propostas de desenvolvimento para a Amazônia seriam criadas. Entretanto,

o que se viu no Plano Plurianual 2004-2007 foi a continuidade e a ampliação do modelo de eixos de integração e de desenvolvimento na região Amazônica do governo Fernando Henrique Cardoso. Para a região da Amazônia, em 2004, também foi lançado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), e foi relançado no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. O PAS não se configura como um programa dentro do Plano Plurianual 2004-2007, na realidade são propostas de estratégias e sugestões ao setor produtivo e aos governos dos Estados da região Amazônica (BRASIL, 2004, p.2).

O PAS se organiza em torno da produção sustentável com inovação e competitividade; gestão ambiental e ordenamento territorial; inclusão social e cidadania; infraestrutura para o desenvolvimento e novo padrão de financiamento, seguindo as mesmas tendências dos dois programas criados durante as duas gestões do governo de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, eliminar as restrições na capacidade de geração de divisas na balança comercial e promover a atração de capitais produtivos. Para que esses objetivos fossem alcançados, foram previstas medidas em cinco blocos: infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora ao ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo (BRASIL, 2007).

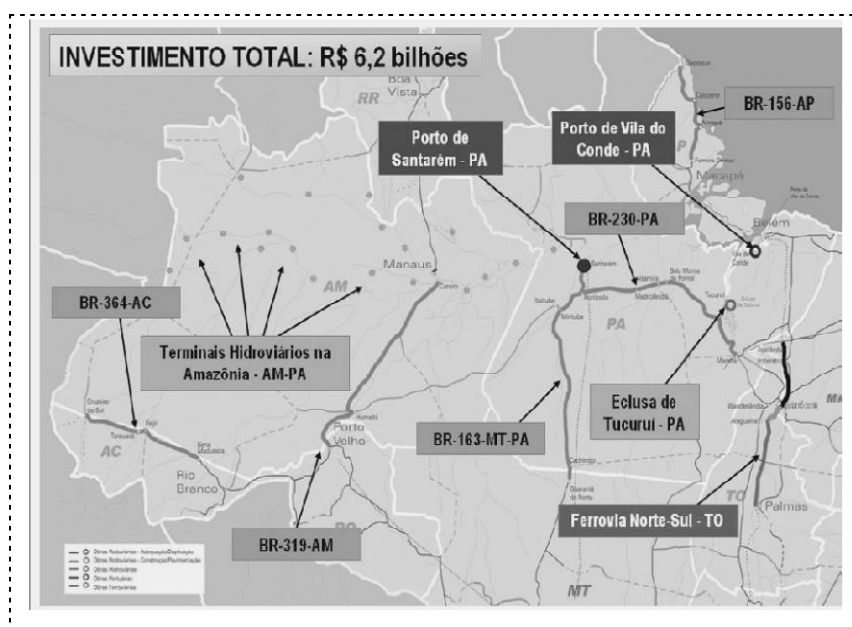


Figura 44: Investimentos do PAS em infraestrutura de transportes.  
Fonte: Brasil, 2004.

A política do governo Lula, ao priorizar os superávits da balança comercial, necessitava da eliminação dos gargalos que travavam o crescimento econômico, criando

assim condições competitivas aos produtos destinados exportação. Em virtude disso, foi dada continuidade a antiga política do governo Fernando Henrique Cardoso, o que ocasionou efeitos diretos nos processos de desenvolvimento em curso na Amazônia.

Na medida em que esses projetos e ações forem concretizados, será possível alterar, em um horizonte entre 15 e 20 anos, a participação dos modais ferroviário – dos atuais 25% para 35% – e aquaviário, de 13% para 29%. Os modais dutoviário e aéreoaviário evoluíram para 5% e 1%, respectivamente. O modal rodoviário, hoje com 58%, participaria, então, com 30% na matriz brasileira de transportes de cargas. Com essa alteração, poderá se integrar ao sistema multimodal de transportes por intermédio do carregamento e distribuição de ponta, nos terminais de integração e transbordo, bem como para o transporte de cargas de maior valor específico, a distâncias pequenas e médias e para a distribuição urbana e metropolitana. Espera-se, assim, que sua eficiência e produtividade cresçam, melhorando o seu desempenho operacional e a sua rentabilidade (DNIT, 2006).



Figura 45: Expansão dos eixos ferroviários  
Fonte: DNIT, 2006

Está prevista a construção de um ramal da Ferrovia Norte-Sul, que ligará Miracema (TO) a Lucas do Rio Verde até o ano 2020 por meio de convênios público e privado. Com

o projeto, o escoamento da produção de grãos será realizado pela ferrovia e não mais pelo porto de Paranaguá (PR), dois mil quilômetros ao sul. Haverá, portanto, ganho em reais em logística (armazenamento, cumprimento dos contratos) e transporte (economia por tonelada transportada).

A expansão e a modernização da malha ferroviária, além de diminuir os gargalos logísticos, reduziriam os custos operacionais de transporte, os tempos de deslocamentos e aumentariam a segurança do tráfego. Para que esses fatores se concretizem, a ampliação da malha ferroviária deverá priorizar as zonas de expansão das fronteiras agrícolas de forma a integrar e adequar a operação, aumentando a capacidade de transporte de outros modais.

Em 2014, há a previsão para um redirecionamento dos fluxos para o norte, visto que essa logística permite o barateamento dos custos. O frete da soja escoada pelo porto de Santarém (PA) ou Itacoatiara (AM) é menor em relação ao porto de Santos ou Paranaguá em até US\$ 60 milhões, além de economia de cinco dias no tempo de viagem até o destino final, portos de Roterdã ou Shanghai, incidindo na economia de combustível. Daí resulta uma pressão para o asfaltamento da BR-163 o que tornará o porto de Santarém mais acessível. Mas não só a rodovia é cogitada; a hidrovia do rio Tapajós também está incluída na logística regional, visto que a hidrovia do Rio Madeira em Rondônia já está concretizada (DNIT, 2006).

Os municípios estudados, Sinop e Lucas do Rio Verde, poderão se integrar também ao processo logístico aquaviário por meio da construção de quatro usinas hidrelétricas no rio Teles Pires. Além de atender as demandas de energia elétrica, há possibilidade, segundo estudos do Departamento de Infraestrutura de Transporte (DNIT), da consolidação desse modal, possibilitando a redução de custos de fretes e de armazenagem, aumentando a circulação de pessoas e de cargas, potencializando diversas atividades.

USINA	RIO	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	SITUAÇÃO
Sinop	Teles Pires	400	Ação preparatória
Colíder	Teles Pires	300	Em obras
Teles Pires	Teles Pires	1.820	Em obras
São Manoel	Teles Pires	700	Ação preparatória

Quadro 02: Usinas projetadas para a Bacia do Teles Pires

Fonte: Relatório PAC, 2012

A construção das hidrelétricas alavancará desenvolvimento da região norte mato-grossense. Possibilitará a ampliação do sistema produtivo baseado na integração vertical que concilia as matérias-primas animais e vegetais à indústria, agregando valores a essas mercadorias com a finalidade de atender aos mercados interno e externo, como ocorreu no município de Lucas do Rio Verde.

Tabela 07: Estimativa de produção de soja para Mato Grosso, safra 2012/2013 em toneladas

Regiões	Participação	Produção 08/09	Produção 09/10	Produção 10/11	Produção11/ 12*	Produção 12/13 <sup>2</sup>
Noroeste	4,61%	615.276	756.958	806.324	985.517	1.132.723
Norte	1,8%	88.614	131.604	124.059	230.789	377.784
Nordeste	13,53%	1.549.487	1.901.387	2.225.605	2.891.763	3.374.501
Médio-Norte	39,24%	7.202.814	7.713.648	8.583.333	8.385.410	9.044.063
Oeste	13,79%	2.762.942	2.710.904	2.810.134	2.946.684	2.983.474
Centro-Sul	6,22%	1.158.214	1.178.208	1.305.809	1.329.620	1.376.730
Sudeste	21,52%	4.028.905	4.419.776	4.711.656	4.597.554	4.715.741

Fonte: Instituto Mato-Grossense de Pesquisa de Economia Agropecuária (IMEA)/CONAB. 2013.

\* Valores estimados

<sup>2</sup> Valores projetados

A produção brasileira de soja, na safra 2011/2012, contabilizou cerca de 72 milhões de toneladas, sendo que o Estado do Mato Grosso é maior produtor com 20,4 milhões de toneladas, ou seja, 28,3% da produção nacional. A estimativa da Conab (2013) para a safra 2012/2013 aponta que a produção do Estado de Mato Grosso aumentará, chegando a 23 milhões toneladas.

Para Elias (2007, p. 50):

O agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental no crescimento das cidades locais e médias em termos demográficos e econômicos, pois as cidades vão exercer novas funções e compor importantes nós nas redes agroindustriais.

Além do crescimento das cidades, o agronegócio gera uma maior divisão do trabalho no território, o que leva a uma maior complexidade de funções nas atividades urbanas, na estrutura social, profissional e distribuição de renda. O resulta na promoção de diferentes demandas de uso e ocupação do solo, padrões de consumo e produtos imobiliários.

A cidade consolidada expõe o papel dos agentes do mercado imobiliário, assim como dos proprietários das áreas adjacentes utilizadas para produção agrícola (chácaras, sítios) como no caso do Município de Sinop, na formação de novas periferias, impulsionando o crescimento das cidades para áreas mais distantes dos centros urbanos. Esse processo vai determinar que os diversos espaços não se conectem de forma satisfatória:

Para Santos (1981 p.187):

O livre jogo da especulação é responsável pelo deslocamento do habitat popular, fazendo com que dentro da cidade, a acessibilidade aos diferentes serviços, mais concentrados na área central, varie em função das rendas de cada grupo social, gerando cidades justapostas, mal vinculadas entre si, dentro da própria cidade.

O setor imobiliário e os proprietários das áreas rurais que circundam as cidades acabam determinando boa parte do processo de ocupação desses espaços, estabelecendo a localização das áreas que serão anexadas ao perímetro urbano e às quais classes sociais essas áreas serão destinadas. Com a concepção de uma lucratividade cada vez maior em seus empreendimentos, o setor imobiliário estimula o crescimento das cidades para áreas cada vez mais distantes, criando nichos de mercado diferenciados, sendo que o processo de valorização dependerá do nível de urbanização. Diante desse cenário, o grau de urbanização determinará os preços e as classes menos



favorecidas não conseguem ter acesso a essas áreas mais urbanizadas, são relegadas a residirem em áreas cada vez mais afastadas e carentes de serviços urbanos.

O desenvolvimento nos municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde se personificou pelo acesso à educação básica e superior, à energia elétrica, a redes de comunicação (telefonia, internet), enfim, por toda a infraestrutura que desenvolveram e que dela se usufrui na concretização do espaço vivido na forma de cidade.

A interligação dos modais de transporte planejados pelo governo federal provavelmente trará muitos avanços econômicos para a região norte mato-grossense inclusive para os municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde. Se não houver ações de governança por parte das esferas estadual e municipal, entretanto, esse crescimento acelerado trará consigo uma série de consequências socioambientais às áreas urbanas devido à falta de infraestrutura nas áreas de saúde, segurança, habitação, educação entre outras.

## 5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NOS MUNICÍPIOS

Os projetos de ocupação gestados pelos órgãos governamentais tiveram as mesmas intenções, inserir espaços ecúmenos aos processos produtivos nacionais e internacionais e minimizar os conflitos agrários com a remoção de famílias de várias regiões do Brasil.

Entretanto, os programas não representaram uma distribuição de terras em favor do pequeno proprietário, pelo contrário, possibilitaram aos grandes empreendimentos agropecuários o acesso a grandes extensões de terra com juros subsidiados e todos os benefícios previstos na lei. Desse modo, o governo desenvolveu uma ação política cujo papel determinante foi a destruição das oportunidades de reprodução da pequena agricultura familiar, conferindo à luta pela terra um papel histórico de resistência camponesa contra o desenvolvimento capitalista (MARTINS, 1984).

O II PND (1974-1979) demonstrou essa face perversa do processo de desenvolvimento econômico gestado pelo governo central mediante a mobilização e a parceria entre o setor público e a iniciativa privada com a expansão do capital dirigido pelas grandes empresas e pelos latifúndios.

O papel predominante dos latifundiários é comprovado pela localização das áreas desmatadas. O Estado do Mato Grosso, sozinho, contabilizou 26% do total de 11,1 x 103km<sup>2</sup> de área desmatada, em 1991, e tinha a maior porcentagem de suas terras privadas em fazendas iguais ou maiores que 1.000 hectares (84% na época do censo agrícola de 1985). Em contrapartida, o Estado de Rondônia, famoso por seu desmatamento pelos pequenos fazendeiros, representava apenas 10% do total em 1991, e o Estado do Acre, apenas 3%. O aumento para um índice de 23 x 103km<sup>2</sup>/ano, em 2002, mesmo com a economia interna sem vitalidade, pode ser parcialmente atribuído a um aumento da globalização das forças de desmatamento, com um marcante crescimento do mercado internacional de soja (ALENCAR, 2004).

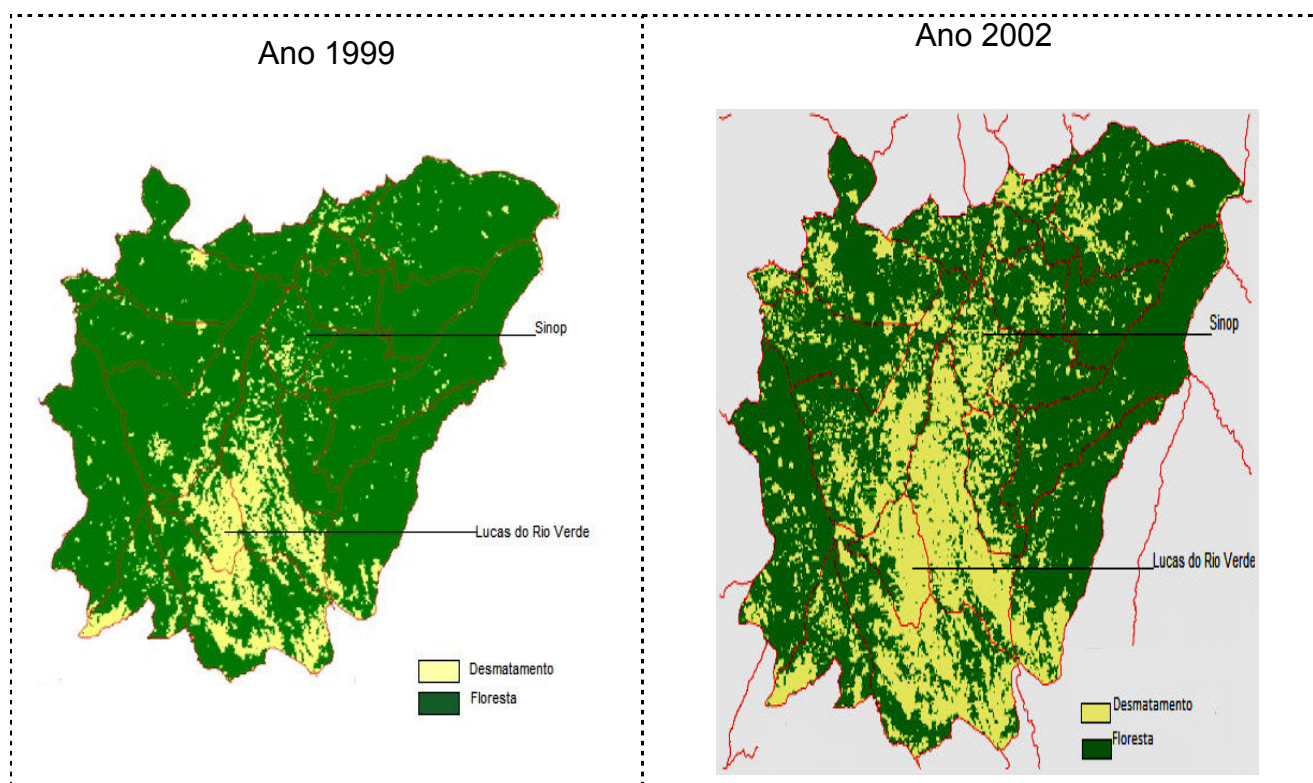


Figura 46: Área de desmatamento nos municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde  
 Fonte: Vincent Dubreuil; COSTEL UMR 6554 CNRS (LETG). Université Rennes

A área desmatada no município de Lucas do Rio Verde alcançou em 2005 uma área de 249.621,68 ha (68,73%); remanesceram 112.660 ha (31,02%) e a área coberta por lagos e cursos d'água totaliza 913 ha (0,25%). Havia 1.412 ha de Áreas de Proteção Permanentes (APPs) desmatadas (6,11% do total) e remanescem 21.691 ha. Em números absolutos, o município não tem déficit de Reservas Legais (RLs) a serem averbadas no percentual de 20%, pois tem 31% de área nativa remanescente. Entretanto, considerados os 35% do Código Florestal, há um passivo de 37.560 ha. Esses números desconsideram o passivo ambiental dentro das propriedades, isoladamente, e foram calculados em função da área total do município 363.189,59 ha (MACIEL, 2008).

Tabela 08: Área desmatada por município

Localidade	Área do Município	Desmatado em 2005 em hectares	%desmatado
Lucas do Rio Verde	363.189,59	249.621,68	68,73
Sinop	396.400,40	190.320,34	48,01

Fonte: FAMATO, 2010

Esses índices de desmatamento têm se refletido no comércio em nível mundial, restringindo produtos de áreas que não atendam aos requisitos mínimos relacionados à

proteção e à conservação do meio ambiente. Na busca desse objetivo, o município de Lucas do Rio Verde lançou o programa Lucas Legal<sup>67</sup> com parceria da organização não governamental internacional *The Nature Conservancy* (TNC) que visa à regularização ambiental, sanitária e fiscal.

No mesmo contexto, as empresas instaladas no município de Sinop adotaram algumas ações de cunho ambiental relacionadas à certificação de produtos madeireiros devido às constantes ações do ministério público e dos órgãos ambientais com intuito de controlar o desmatamento e a extração de madeira. Por sua vez, a prefeitura tem realizado algumas ações<sup>68</sup> consideradas incipientes se relacionadas com os programas realizados no município de Lucas do Rio Verde.

A insustentabilidade do processo econômico se exemplifica nas mudanças ocorridas nas bases econômicas de alguns municípios na região norte mato-grossense como o caso do município de Itaúba que perdeu 46,6% de sua população devido à crise no setor madeireiro<sup>69</sup>. Em contrapartida, outros municípios encontram-se em crescimento constante, como é o caso do município de Lucas do Rio Verde, que cresceu 9% com a verticalização de sua economia.

---

<sup>67</sup> Para se adequar às novas exigências do mercado mundial, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, em 2006, entrou em contato com a organização não governamental internacional *The Nature Conservancy* (TNC) para realizar os estudos e implementar a regularização socioambiental no município. Os contatos foram sendo estabelecidos com os interessados: Friagil, uma *trade* local, pertencente à Cargill; a Syngenta, empresa que atua no ramo de sementes; a Sadia (BRF), aves e suínos; a Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA); o Ministério Público Estadual; o sindicato patronal e também a Fundação Rio Verde (FRV). As empresas citadas foram as patrocinadoras e o capital para implantação do projeto foi privado (MACIEL, 2008). Na realidade, as empresas financiadoras estavam apenas preocupadas em preservar sua imagem, buscando adequar-se, sob o aspecto socioambiental, diante da tendência crescente de procura por produtos certificados.

<sup>68</sup> Projeto “Programa de Educação Ambiental Conheça e Preserve”; Projeto Paranka tem por objetivo de desenvolver trabalhos de educação, prevenção e combate às queimadas no município de Sinop, sensibilizando a população e, principalmente, a Rede Escolar de Ensino para a necessidade de preservar o meio ambiente e sobre as consequências do emprego do fogo. Distribuição de *folders* da Campanha de Educação, Prevenção e Combate às Queimadas em Sinop Projeto “Sinop Sem Fogo”, nas Escolas Municipais, Estaduais, Particulares e Universidades (Relatório da Secretária de Meio Ambiente de Sinop, 2011).

<sup>69</sup> Prefeito de Itaúba atribui queda da população à crise na indústria madeireira, base da economia local, onde há 10 anos havia 15 madeireiras, e hoje existem somente três. O município mato-grossense, que perdeu quase metade de sua população nos últimos 10 anos, está localizado cerca de 570 km ao norte de Cuiabá, no meio da floresta Amazônica, e sofre com as altas taxas desemprego no setor, cuja consequência foi a evasão populacional. Informação disponível em: <<http://www.juaranet.com.br/mato-grosso/1452/Itauba--MT-e-o-segundo-municipio-que-mais-perdeu-habitantes-no-pais>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

Tabela 09: Total da população de Mato Grosso, por municípios, nos anos 2000 e 2010

População				
População Região e Municípios	2000	2010	Varição (%) 2010/2000	Varição (%) média anual 2010/2000
REGIÃO	81.300	167.008	105,4	7,5%
Sorriso)	35.605	66.521	86,8	6,4%
<b>Lucas do Rio Verde</b>	<b>19.316</b>	<b>45.556</b>	<b>135,8</b>	<b>9,0%</b>
Nova Mutum	14.818	31.649	113,6	7,9%
Tapurah	11.561	10.392	-10,1	-1,1%
Itanhangá	-	5.276	-	-
Ipiranga do Norte	-	5.123	-	-
Santa Rita do Trivelato	-	2.491	-	-
<b>REGIÃO XII</b>	<b>137.366</b>	178.939	<b>30,3</b>	<b>2,7%</b>
<b>Sinop</b>	<b>74.831</b>	<b>113.099</b>	<b>51,1</b>	<b>4,2%</b>
Marcelândia	14.448	12.006	-16,9	-1,8%
Cláudia	10.249	11.028	7,6	0,7%
Feliz Natal	6.769	10.933	61,5	4,9%
Vera	9.055	10.235	13,0	1,2%
Nova Ubiratã	5.654	9.218	63,0	5,0%
Itaúba	8.565	4.575	-46,6	-6,1%
Santa Carmem	3.599	4.085	13,5	1,3%
União do Sul	4.196	3.760	-10,4	-1,1%
<b>TOTAL DE MATO GROSSO</b>	<b>2.504.353</b>	<b>3.035.122</b>	<b>21,2</b>	<b>1,9%</b>
Participação no Estado	5%	6%		

Fonte: Seplan, 2012

O processo de crescimento urbano dos municípios, em suas diferentes fases econômicas, é creditado a seu forte atrelamento à distribuição espacial das atividades econômicas de maior importância para a região, ao longo do tempo. Com isso, a cada mudança na sua estrutura produtiva, a morfologia da cidade sofre alterações, definindo-se historicamente os fragmentos que representam o processo desigual de como o espaço intra-urbano vem sendo produzido.

Os resultados da manutenção do atual modelo de desenvolvimento utilizado pela sociedade tornam-se cada vez mais claros quanto à sua inviabilidade. A pressão exercida sobre os recursos naturais em conjunção com a degradação dos ecossistemas e a

diminuição dos recursos naturais têm gerado vários problemas sociais. Dentre eles, destaca-se a promoção visando à melhoria do bem-estar dos indivíduos que, nos últimos 50 anos, colocaram em xeque a concepção de que crescimento econômico não significa desenvolvimento.

Percebe-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas têm privilegiado o crescimento econômico em curto prazo, às custas dos recursos naturais vitais, provocando verdadeira crise ambiental em escala mundial. A paisagem natural está cada vez mais ameaçada, principalmente pelo indiscriminado uso de recursos naturais não renováveis. Em virtude dessa degradação, em todo o mundo, o lençol freático se contamina, a área florestal diminui, os desertos se multiplicam, o clima sofre profundas alterações, a camada de ozônio se depaupera, o ar se torna irrespirável, o patrimônio genético se degrada, abreviando os anos que a humanidade tem para viver sobre o planeta.

Afinal, ao contrário do que ocorre no funcionamento do desenvolvimento capitalista (busca de expansão constante do capital), o capital ambiental (recursos naturais) é dilapidado como se fosse eterno (infinito). Desse modo, a destruição dos ecossistemas é uma consequência do tipo de desenvolvimento que traz consigo a insustentabilidade ecológica, a desigualdade e a injustiça social. Assim, os problemas ambientais que enfrentamos hoje decorrem tanto da falta de desenvolvimento quanto de resultados inesperados de certas formas de crescimento econômico (BECKER, 2001).

Problemas e a deterioração ambiental sempre existiram, porém, nas cinco últimas décadas do século XX, tais dificuldades ganharam importância nas nossas sociedades. A partir da década de 1960 e, sobretudo, desde os anos 1970, a crise socioambiental se intensificou e se ampliou a níveis sem precedentes, como resultado das rápidas e profundas transformações ocorridas na organização física, técnica e socioeconômica dos espaços rural e urbano. Modificações, que hoje se sabem desregradas, foram promovidas com o objetivo de modernizar o setor agrícola de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, além de liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial.

As preocupações com o meio ambiente tornaram-se comuns, mas os problemas se configuram não só como ambientais, mas também sociológicos. Ocupações

desordenadas foram sendo construídas ao longo do tempo, desencadeando diferentes tipos de conflitos nesse aparente consenso sobre o significado e a importância do meio ambiente e as relações entre a sociedade e a natureza.

O grande volume de recursos públicos alocado no fomento à modernização da agropecuária, ao mesmo tempo em que propiciou alterações de sua base técnica, provocou a ampliação do nível de concentração fundiária; a liberação de mão de obra do campo para o capital, o que intensificou do êxodo rural; a concentração da renda e a ampliação das desigualdades no campo e na cidade (HESPANHOL, 2007, p.190).

A modernização agrícola, além de produzir o êxodo rural, fragmentou e decompôs econômica e socialmente os pequenos produtores agrícolas, condenando-os ao “ciclo da pobreza e da segregação espacial”. A marginalização socioeconômica das populações rurais limitou seu acesso à terra, impelindo-os para os centros urbanos na busca dos meios de sobrevivência.

Para os grupos de agricultores que atingiram pelo menos o nível de uma classe média agrícola, suas residências passam a ser a cidade local próxima ao espaço agrícola no qual realizam sua atividade produtiva (ELIAS, 2006).

Nas cidades, a apropriação e o uso do solo estão relacionados diretamente com a questão econômica que irá influenciar na localização e acessibilidade no espaço. Dessa forma, podemos entender como ocorre a construção de espaços segregados nas cidades.

Para Castells (1983, p.181):

A segregação é o resultado da desigual distribuição do produto entre os sujeitos e que irá determinar o produto moradia no espaço. A abordagem de Castells enfatiza a estruturação da sociedade, tanto das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos nesta [...] A sociedade é definida como sendo um sistema de relações entre partes funcionalmente diferenciadas e que estão localizadas territorialmente.

Para Corrêa (1995), o espaço será (re)definido pela dinâmica do capital. Os processos econômicos, sociais, políticos definem a forma desigual de organização nas cidades capitalistas. O processo de reprodução espacial ocorre a partir do movimento de

transformação social, compreendido como o próprio processo, redefinindo sua espacialidade na sociedade.

Para Lipietz (1988), o fenômeno de periferização e de segregação socioespacial é marcado pela divisão desigual do trabalho que, segundo Lipietz (1988), na cidade capitalista é caracterizada pela localização de lugares específicos para produções manufatureiras, determinadas pela proximidade das matérias-primas e dos meios de comunicação. A cidade torna-se o terreno das externalidades, ao mesmo tempo em que se constitui o local de comando dos negócios econômicos, financeiros e políticos. Uma enorme concentração de proletários desloca-se em busca da oportunidade da continuação da reprodução de sua força de trabalho. Suas habitações são um “custo social da exploração” de seu trabalho, o que, ainda segundo o autor, gera duas consequências:

1. A divisão técnico-econômica do trabalho que se expressa posteriormente em divisão técnico-econômica do espaço (D.T.E.). Lugares distintos para a fábrica, o escritório, o depósito, entre outros.

2. A divisão social do trabalho que se manifesta na divisão social do espaço. Também com locais distintos para habitação de empresários, engenheiros, patrões e trabalhadores. A divisão social do espaço (D.S.E.) torna-se possível graças à evolução do sistema de transportes coletivos, de automóveis, do elevador, entre outros instrumentos que permitem a existência de imóveis em localizações diferenciadas para a classe alta em relação aos mais pobres. Dessa forma, o binômio que existia entre segregação/distância pode ser substituído por segregação/D.S.E. A segregação sócioespacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, pois as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e do bem-estar-social.

No primeiro momento, o espaço da cidade se apresenta como um conjunto de usos diferenciados da terra “justapostos” entre si, produzindo uma marca de identidade com o local. Observa-se, portanto, na cidade, um complexo uso do espaço intra-urbano: espaços destinados ao comércio e à prestação de serviços, espaços de lazer, centros industriais etc., que caracterizam a fragmentação espacial da cidade. Em contrapartida, essa fragmentação necessita da articulação espacial. Assim, temos um espaço fragmentado e



articulado ao mesmo tempo. Essa articulação manifesta-se a partir das relações espaciais, envolvendo a circulação de decisões e de investimento de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda prática do poder e da ideologia (CORRÊA, 1995).

Afirmado por Rodrigues(1998, p. 28):

O urbano capitalista, por sua vez, como um espaço social, é o lócus de produção e circulação intensiva de mercadorias, realização e repartição de mais-valia, manifestação de um modo de vida próprio e da produção ideológica expresso na forma espacial da cidade [...] O conceito de equipamento coletivo corresponde, no saber funcionalista de origem europeia, ao de qualidade de vida urbana, que tem origem recente, englobando aspectos relacionados com o provimento de infraestrutura de lazer, recreação, cultura, com os desgastes e desequilíbrios gerados pela poluição sonora, física e química, com as tensões humanas, sociais e os fenômenos de anomalia e alienação frequentemente [...].

Na área ocupada pelos pioneiros, encontram-se todos os equipamentos sociais enquanto os bairros periféricos são isolados por barreiras, dificultando seu acesso. O aspecto mais evidente dessa relação se evidencia na assimetria que se estabelece entre o núcleo urbano da cidade, ocupado pelos pioneiros, setor industrial e o Tessele Junior<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup>A vila nasceu junto e a partir da instalação da fábrica da Sadia no município e foi construída em uma área alienada diretamente pela prefeitura municipal por intermédio da Lei nº1.475, de 28 de novembro de 2007. O texto da lei alienou diretamente para a Sadia, sem concorrência pública, 1.500 imóveis urbanos, cada um com 250m<sup>2</sup> localizados nos loteamentos Luiz Carlos Tessele Júnior I e II, no setor industrial II, onde atualmente é a Vila da Sadia. Essa concessão tinha a finalidade de fazer cumprir o Protocolo de Intenções firmado em 19 de setembro de 2005 entre o governador Blairo Maggi e a Sadia. Cada imóvel foi alienado no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ficando a empresa responsável pela construção de uma unidade habitacional em cada um deles e “repassá-los aos seus funcionários sob pena de rever são dos referidos imóveis ao patrimônio público municipal” (artigo 3º).



Figura 47: Bairro Tessele Júnior e centro urbano  
 Fonte: Arquivo Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2012)

A cidade de Lucas do Rio Verde, veem-se valores assimilados como inferioridade e subordinação, expressos em bairros periféricos. Essa desconsideração aparece claramente em sua localização, cujo isolamento é fator fundamental para segregar determinados segmentos sociais da competição inerente a qualquer sociedade capitalista como no caso do bairro operário Tessele Júnior.

Relacionado à reprodução das relações sociais, a dinâmica do espaço é inerente à dinâmica da sociedade. Cada sociedade constrói um espaço para si, de acordo com suas necessidades ou de acordo com os interesses dominantes nessa sociedade. Nesse sentido, pode-se falar de várias organizações espaciais, definidas a partir de suas várias organizações sociais. As mutações das sociedades pressupõem igualmente, mudanças do espaço, não como uma relação mecânica, mas como uma dimensão da sociedade, sendo aquele produto desta, mas também um meio e uma condição necessária para que as suas relações existam e se perpetuem (TRINDADE JR., 1998, p. 6).

Os municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde tiveram um crescimento demográfico acentuado nos últimos 10 anos devido ao dinamismo e à diversificação de sua economia. Esse fato contribuiu para significativas mudanças nas dinâmicas populacionais por gerar uma série de conflitos sociais relacionados ao uso e à ocupação do solo. Além da ocupação periférica, entretanto, ainda dentro do projeto original das cidades, fundamentado na racionalidade do baixo custo da terra, existe o interesse no

usufruto das facilidades urbanas implantadas que dão continuidade apenas parcial à malha urbana em loteamentos implantados fora desse perímetro, aumentando o processo de segregação espacial.

O município de Sinop, por exemplo, contemplou em seu plano diretor, realizado no ano de 2006, apenas a classificação das vias<sup>71</sup> municipais sem observar as conexões necessárias entre o centro e a periferia. Considerou, do Alto Glória (**ponto A**) ao Camping Clube (**ponto B**), zonas de expansão urbanas apesar do seu distanciamento em torno de 10 km do centro urbano (**ponto C**), apresentando apenas a zona consolidada gestado no início da colonização, dissimulando o processo de segregação socioespacial. Como podemos observar na figura seguinte:

---

71 As vias abertas à circulação são classificadas em conformidade com o Artigo 60, inciso I, da Lei Federal nº 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro, em: I – Via de Trânsito Rápido: aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível; II – Via Arterial: aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade; III – Via Coletora: aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade; IV – Via Local: aquela caracterizada por interseções em nível, não semaforizadas, destinadas apenas ao acesso local ou áreas restritas Art. 102 da Lei complementar nº 029/2006, Capítulo IV da política municipal da mobilidade urbana. Art. 94, Seção V, Subseção I, de 18 de dezembro de 2006.

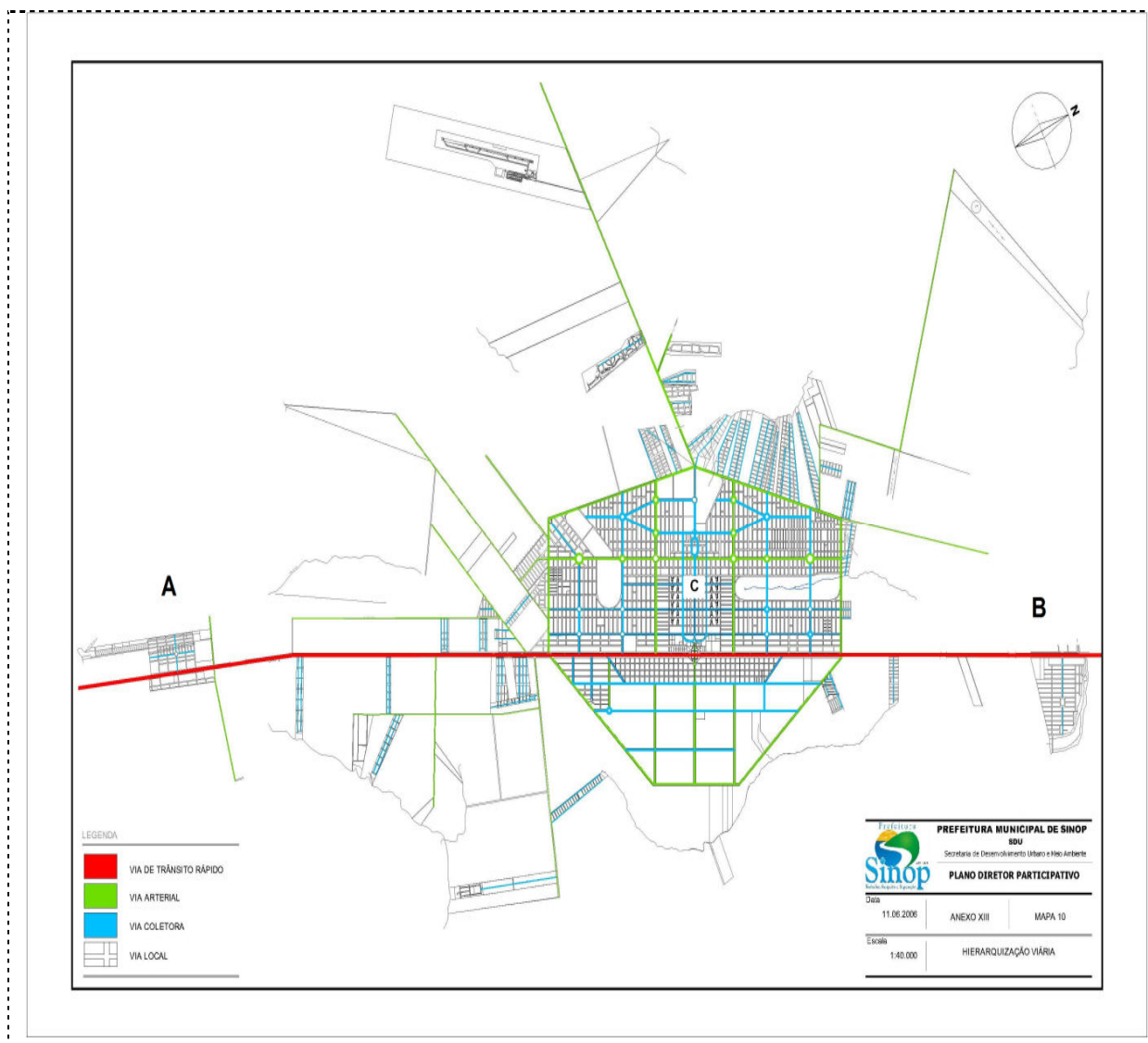


Figura 48: Planejamento do Sistema viário do município de Sinop  
 Fonte: Plano Diretor do município de Sinop (2006)

Áreas desconectadas da malha urbana estabelecida e falta de planejamento induzem a aprovação de loteamentos dispersos, o que dificulta ter parâmetros para avaliação dos danos socioeconômicos relacionados à mobilidade e à acessibilidade. Não é raro os termos *acessibilidade* e *mobilidade* serem considerados sinônimos, situação que gera dúvidas e equívocos.

Diante dessa indefinição, Jones (1981) relaciona acessibilidade com a oportunidade que um indivíduo possui para participar de uma atividade em um dado local, sendo tal potencialidade disponibilizada pelo sistema de transporte e pelo uso do solo, o que permitiria que diferentes tipos de pessoas desenvolvessem suas atividades. Para o autor, o termo *mobilidade* refere-se à capacidade de um indivíduo de se deslocar e envolve dois componentes. O primeiro irá depender da performance do sistema de

transporte, revelada pela capacidade de interligar locais espacialmente distintos. Já o segundo depende das características do indivíduo, associadas ao seu grau de inserção perante o sistema de transporte e das suas necessidades. Em outros termos, a acessibilidade associa-se à capacidade de alcançar um determinado lugar, enquanto a mobilidade está relacionada com a facilidade com que o deslocamento pode ser realizado.

Tagore e Sikdar (1995) completam que a acessibilidade consiste na combinação da localização dos destinos a serem alcançados e as características do sistema de transporte que interliga os locais de origem e destino. Devem ser consideradas, ainda, a localização e as características da população em questão, a distribuição geográfica e a intensidade das atividades econômicas.

Raia Jr. (1997), por sua vez, aponta que a acessibilidade possibilita o acesso dos indivíduos aos pontos de emprego, educação, lazer e equipamentos públicos, tanto em função do uso do solo como em razão das características do sistema de transportes.

O conceito tem sido comumente empregado na explicação de transformações socioespaciais, sendo fator decisivo no estreitamento das relações existentes entre transporte, renda, uso e valorização dos terrenos urbanos e o crescimento das cidades. Nesse contexto, Villaça afirma que a “acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra a tenha em maior ou menor grau. Os diferentes pontos do espaço urbano têm diferentes acessibilidades a todo o conjunto da cidade” (VILLAÇA, 1998, p. 74). Da mesma forma, Hanson (1995) comenta que uma maior acessibilidade reflete-se em uma maior valorização da terra.

Entretanto, a dimensão do caminhar acaba por ser preterida no ambiente das grandes cidades em razão da extensão e da formatação do tecido urbano, pela inadequação dos espaços públicos ao *desenho universal* e pela lentidão dos (embrionários) processos de descentralização de atividades, fato que tende a comprometer o acesso das populações de menor renda aos serviços e equipamentos urbanos essenciais, em geral, situados nas áreas centrais. Tal realidade contrasta com o que Hanson (1995) denomina de acessibilidade de pessoas, a qual se relaciona à facilidade com que uma pessoa ou um grupo de pessoas podem alcançar determinados locais de atividades.

Como agravante, Torquato e Santos (2004, p. 1304) argumentam que “a dotação da mobilidade pode ser resolvida no plano individual, enquanto que a acessibilidade não se pode negar a pessoas e sim a coletivos”. Com efeito, em um contexto de pobreza, tônica dos países periféricos, a parca incidência de modos alternativos de transporte que independam de financiamento, como o próprio caminhar, além de problemas relacionados à limitada integração física e tarifária entre os diversos modos coletivos componentes dos sistemas de transporte (os quais são responsáveis pela maioria dos deslocamentos intra-urbanos), resultam em um processo de discriminação geográfica, uma vez que os indivíduos de menos posses têm dificultadas suas oportunidades de trabalho, estudo, consumo e lazer, justamente por não conseguirem alcançar pontos diversos da cidade pagando uma única passagem. Seguindo essa lógica, a noção de acessibilidade, enquanto indicador e valor socioeconômico, permite ainda uma interpretação que transcende o acesso aos sistemas de transporte, motorizados ou não.

Nessa direção, Mumford (1998) esclarece que o processo de integração na sociedade pode ser (in)viabilizado tanto pelos elementos que compõem a rede de transporte – infraestrutura e modos de transporte – quanto pelas muralhas, as quais representam, ainda que em um plano abstrato, segurança, defesa, prisão, separação e também segregação de classes sociais. Dessa forma, a acessibilidade torna-se fundamental na (de)limitação dos anseios de inserção sócio-econômico-espacial dos indivíduos, sobretudo nos grandes centros urbanos. Pode, essa definição, protagonizar a metáfora das portas, representada, de acordo com Marx (1945), as “entradas” e as “saídas” da cidade, ou seja, a condição de inclusão ou de exclusão social.

Em 2007, o município de Lucas do Rio Verde também apresentou nova proposta do seu plano diretor por intermédio da Lei complementar nº 52, contemplando a expansão do perímetro urbano, sistema viário básico, zoneamento do uso e ocupação do solo. O plano teve como objetivo se adequar à legislação vigente ao excluir as áreas verdes não aptas ao processo de urbanização para que esses espaços fossem sujeitos ao controle de legislação ambiental.

A proposta do novo sistema viário básico de Lucas do Rio Verde partiu de duas premissas: a primeira consiste na implantação de dois eixos/vias estruturais, um na direção norte/sul e o outro na direção leste/oeste, com as vias estruturais de 60 metros de largura. A função das duas vias estruturais é a articulação de toda a rede viária urbana

em um processo sistêmico. No cruzamento das duas vias, será implantada uma ampla rotatória com 300 metros de diâmetro e, no seu entorno, por intermédio da nova proposta de zoneamento do uso e da ocupação do solo, será reforçado o seu caráter institucional de futuro centro da cidade. A segunda premissa consiste na estruturação/implantação das vias perimetrais (anel viário) com uma extensão aproximada de 30 km no entorno da cidade. O anel viário formado pelas vias perimetrais será o limitador da área de expansão urbana, devendo a legislação própria definir os detalhes funcionais e legais. Será também o organizador de toda a circulação urbana básica, articulando as duas vias estruturais propostas, norte/sul e leste/oeste, tudo isto integrado à nova proposta de zoneamento do uso e da ocupação do solo (Plano Diretor de Lucas do Rio Verde, 2007).

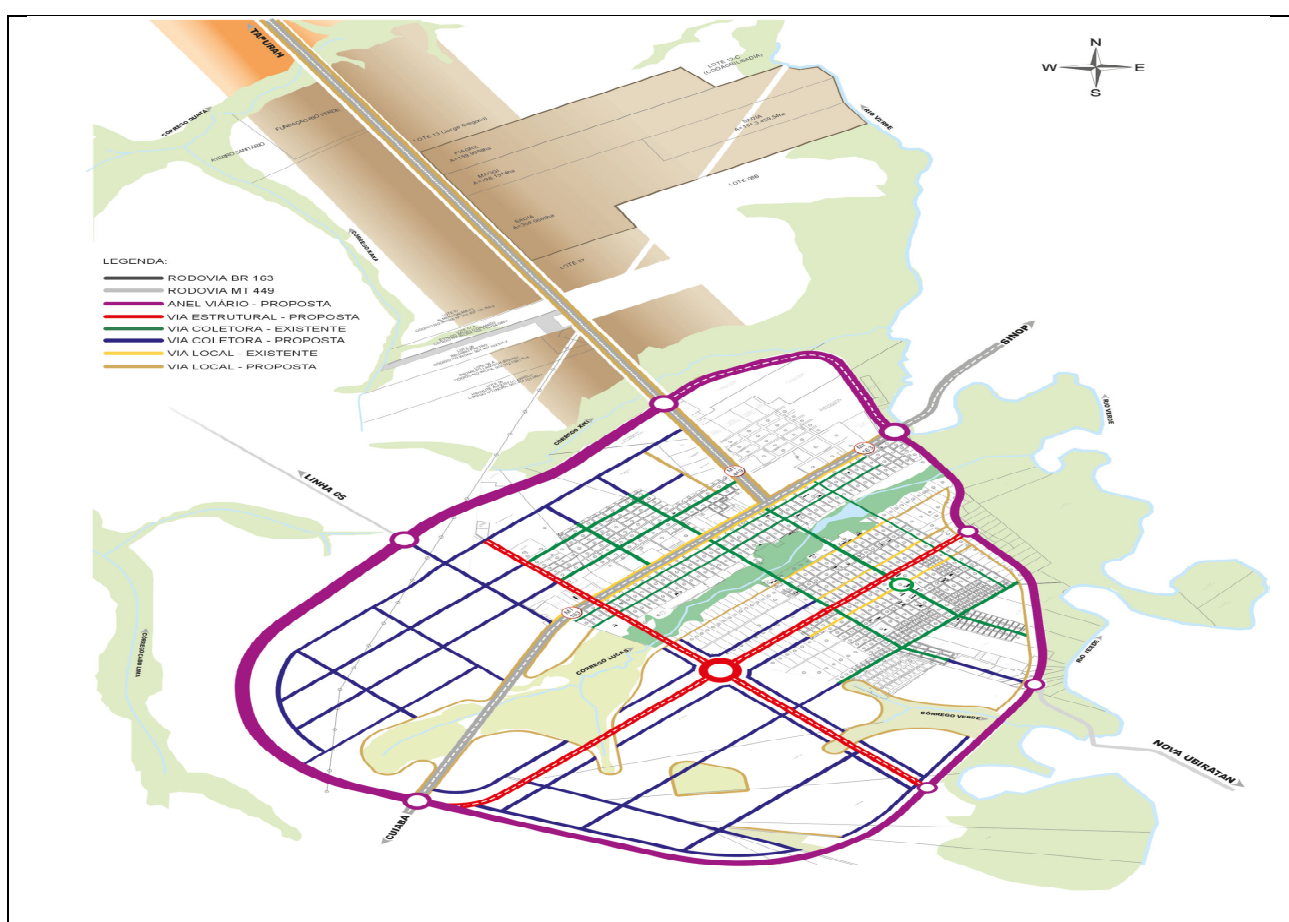


Figura 49: Planejamento do Sistema viário do município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Plano diretor do município de Lucas do Rio Verde (2007)

O ritmo do crescimento populacional e o número de parcelamentos de solo urbano nos municípios estudados revelam as desigualdades e a periferização devido à condição socioeconômica dessa população, pois a relação entre os valores praticados pelo mercado imobiliário nos municípios é incompatível com o poder aquisitivo da maioria dos trabalhadores.

Nessas cidades, personificada em mercadoria, o sistema de produção formal vem rejeitando uma parcela massiva da força de trabalho, que vai recorrer às formas precarizadas de trabalho e ao subemprego, resultando em uma população excluída do mercado de consumo pela insuficiência de renda (HARVEY, 1982).

Tabela 10: Rendimentos em salários mínimos

Rendimento agrupado por classe				
Município				
	Sinop		Lucas do Rio Verde	
	Nº Pessoas	%	Nº pessoas	%
Rendimento mensal de até 1/4 de S/M	1.097	1,16	215	0,57
Rendimento mensal de 1/4 de até 1/2 S/M	1.766	1,87	398	1,05
Rendimento mensal a partir de 1/2 até 1 SM	15.376	16,31	4.196	11,08
Rendimento mensal a partir de 1 até 2 SM	23.393	24,82	11.140	29,40
Rendimento mensal a partir de 2 até 3 SM	9.129	9,69	4.505	11,89
Rendimento mensal a partir de 3 até 5 SM	6.655	7,06	3.222	8,50
Rendimento mensal a partir de 5 até 10 SM	4.203	4,46	2.027	5,35
Rendimento mensal a partir de 10 até 15 SM	563	0,60	220	0,58
Rendimento mensal a partir de 15 até 20	547	0,58	206	0,54
Rendimento mensal a partir de 20 até 30 SM	186	0,20	77	0,20
Rendimento mensal maior que 30 SM	152	0,16	33	0,09
Sem rendimento	31.192	33,09	11.647	30,74
Total	94.259	100	37.886	100,00

Fonte: IBGE (2010)

Pode-se verificar que 50,82% recebem entre  $\frac{1}{2}$  a 3 salários mínimos no município de Sinop; em Lucas do Rio Verde, 62,37%. Outros dados que chamam a atenção são o que se referem ao Programa Bolsa Família, revelando a situação precária da população desses municípios:

De acordo com os registros de janeiro de 2013 do cadastro único e com a folha de pagamentos de fevereiro de 2013 do Programa Bolsa Família, o município de Lucas do Rio Verde contava com 7.114 famílias registradas no cadastro único: 1.598 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 113 famílias (250 pessoas) que, mesmo recebendo os benefícios do Bolsa Família, continuaram em situação de pobreza extrema, ou seja, com renda familiar mensal *per capita* abaixo de R\$ 70,00.

Os registros de janeiro de 2013 do cadastro único e com a folha de pagamentos de fevereiro de 2013 do Programa Bolsa Família, o município de Sinop contava com 11.419 famílias registradas no cadastro único: 3.257 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 57 famílias (174 pessoas) que, mesmo recebendo os benefícios do Bolsa



Família, continuaram em situação de pobreza extrema, ou seja, com renda familiar mensal abaixo de R\$ 70,00 por pessoa (Ministério de Combate à Fome, 2010).

A globalização tem sido acusada pelo aprofundamento das desigualdades e pelas formas de exclusão social que gera. A ideologia neoliberal tem na sua base, que se poderia denominar como darwinismo social, onde vencem apenas os melhores, os mais capazes, isto é, os mais fortes. Ao criar riqueza, promove e espalha a pobreza. A globalização, para além das diferenciações internas, torna assim evidente as disparidades sociais.

### **5.1 As desigualdades sociais e a ocupação do espaço urbano**

As atividades ligadas à vida de todas as pessoas, inclusive dos migrantes que chegam às regiões ditas prósperas, como é o caso dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde, são de responsabilidade do Estado, o qual tem o dever de garantir o atendimento da população nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte e toda assistência social. Entretanto, o poder público, ao garantir a modernização dos sistemas técnicos e normativos para uso das grandes empresas e da elite do agronegócio, fica desprovido de recursos para atender minimamente todos os remanescentes desse território, sobretudo das atividades ligadas à vida digna das pessoas transformando-as em mercadorias.

Segundo Marx (1985, p. 147):

É preciso que se garanta “certas condições históricas” para que “um produto possa se tornar mercadoria. É preciso que não seja produzido como meio imediato de subsistência do próprio produtor, mas para o capital”. De acordo com esta concepção é necessário que o trabalhador seja encontrado livre no mercado de mercadorias no sentido de “dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender.

A presença de duas estratégias de desenvolvimento regional marcaram as propostas apresentadas para promoção do desenvolvimento econômico regional, nos últimos 50 anos. A perspectiva territorial de polos de crescimento econômico e complexos industriais irradiadores de efeitos multiplicadores nas cadeias produtivas locais prevê a

atuação do Estado de modo direto por meio de renúncia fiscal, financiamentos e subsídios.

O problema de tais políticas é que elas fortalecem agentes econômicos que se valem de vantagens comparativas derivadas do baixo custo do uso dos recursos naturais da região e não do estabelecimento de políticas que promovam os potenciais endógenos e que impulsionem uma produção mais diversificada. Existe, portanto, uma crescente legião de excluídos do acesso às formas legais de propriedade da terra urbana, bem como, dos serviços e equipamentos públicos indispensáveis à reprodução da vida nas cidades. No Brasil, as regiões do território urbano onde, historicamente, concentram-se os sem propriedade são denominadas de favelas ou de vilas populares.

O mais conhecido padrão de segregação das cidades brasileiras é o do centro para periferia. A região central é dotada da maioria dos serviços urbanos públicos e privados, é ocupada pelas classes de mais alta renda; o arrabalde, sub-equipado e longínquo, é habitado predominantemente pelos excluídos (VILLAÇA, 2001 p.143).

Em entrevista realizada com moradores do conjunto habitacional Sebastião de Matos, um deles, denominado de “Morador A”, diz:

A gente conseguiu a casa, mas o problema é que muito longe da cidade. A gente sai de manhã e só volta de noite, senão não dá tempo da gente nem almoçar. Ah, outra coisa aqui é que aqui não tem posto de saúde, nem escola, a gente tem ir lá pro Menino Jesus pra conseguir as coisas (2013).

Menino Jesus, citado na entrevista, refere-se ao bairro que fica aproximadamente a 3 km e a cidade a 9 km do conjunto habitacional, cuja única via de acesso é a BR-163. As deficiências verificadas na acessibilidade urbana refletem-se na impossibilidade de mobilidade social ascendente, uma vez que um acesso restrito às oportunidades, sobretudo de educação e de trabalho, tende a comprometer o processo de inclusão social. As causas desse engessamento das ações dos menos favorecidos estariam relacionadas aos padrões de ocupação do território urbano, à falta de planejamento e às formas de intervenção na configuração da infraestrutura viária e nos sistemas de transporte. Assim, a adoção de práticas e de estratégias alternativas de redimensionamento das relações entre uso do solo e transporte a custos acessíveis,

poderia contribuir para minorar processos de segregação social e para um desenvolvimento mais equilibrado do espaço urbano.

O pensamento liberal assume uma finalidade prática: fazer o sujeito se enxergar como espectador da realidade, ocultando as origens das mazelas sociais (MESZÁROS, 2006). Igualmente, direcionar para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem; logo, são taxados como a “escória da humanidade”. Em outras palavras, é o sujeito sem renda e sem propriedade o culpado pela desigualdade social.



Figura 50: Projeto habitacional popular no município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Lacerda e Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2012)

O pobre, assim, é visto por essa mesma sociedade capitalista, que reifica as relações humanas e mercantiliza todas as esferas da vida cotidiana, como um perdedor, um ser desvalorizado socialmente, desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro (FREIRE, 1989; GUARESCHI, 2005). Essa análise do segmento mais pobre da população reflete uma visão condicionada pelos traços mais marcantes da ideologia burguesa, difundidos largamente na sociedade (pela televisão, pelos programas assistenciais, escolas, etc.), tais como: (a) culpar os indivíduos pelos seus fracassos (quando a sociedade justifica o fracasso por uma suposta deficiência

moral que está presente, por excelência, nas famílias mais pobres); (b) discurso da competência (no caso de o pobre ser considerado, por natureza, um indivíduo menos competente do que o rico, no que diz respeito à obtenção de um determinado padrão de vida) e (c) associação da pobreza com a violência (o pobre como ser essencialmente rude, bruto e violento) (COSTA, 2005).

A reafirmação desse pensamento pode ser encontrada no Plano Diretor do município de Lucas do Rio Verde, ao descrever os problemas na área de saúde, com o aumento do fluxo migratório. "O número de gestantes de 10 a 15 anos é elevado nas áreas que sofrem maior migração e isso se deve ao fato de que o planejamento familiar torna-se ineficaz pela alta densidade populacional em uma residência. Há relatos de 15 habitantes em uma residência de 60 m<sup>2</sup>, onde a maioria passa o dia ocioso e, principalmente por comportar pessoas em fase sexual exclusivamente ativa, promove a procriação" (PDMLR, 2008, p. 113).

Poderia, nesse contexto, propalar que a exclusão social é uma condição da realidade urbana (prática), talvez seja mais facilmente identificável do que propriamente dito. Enquanto conceito (ideologia), não seria insólito encontrar na literatura técnico-acadêmica uma estreita vinculação entre os conceitos de exclusão social, pobreza e segregação urbana, sendo apresentados como sinônimos. Os termos *exclusão* e *pobreza* parecem torná-los intimamente ligados. O mesmo fenômeno, porém, não acontece com a ideia de segregação, que pode apresentar-se sob várias formas, podendo significar segregação urbana, residencial (loteamentos fechados), espacial, separação de classes, etnias, nacionalidades, entre outras, cabendo relativizações, as quais podem gerar imprecisões conceituais.

No tocante à segregação urbana, mesmo sendo comumente considerada moralmente negativa, pode representar situações resultantes de escolhas individuais ou coletivas, o que não desmente as afirmações de Castells quando nos diz que segregação urbana expressa: "a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia" (CASTELLS, 2000, p. 203-204).

O território urbano é comumente estruturado no binômio acumulação e miséria, ocasionados em razão dos incentivos do Estado ao capital industrial e da regulação

imobiliária. Essa díade repete-se nas cidades brasileiras e não seria diferente nos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. Igualmente, o urbano se reproduz geralmente por meio de áreas centrais remodeladas e bem assistidas no tocante à infraestrutura urbana ao lado de periferias marginais, dependentes, improvisadas, carentes dos mais diversos bens e serviços de consumo coletivo. Nesse caso, identificam-se dois modelos de segregação: a voluntária e a involuntária. A voluntária se dá quando o indivíduo vai habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando forças externas obrigam o indivíduo a habitar ou a deslocar-se de determinados espaços. Como é o caso dos bairros Belo Ramo e Chácaras São Cristóvão na figura a seguir



Figura 51: Bairro Belo Ramo e Chácaras São Cristóvão  
Fonte: Lacerda (2010)

O bairro Belo Ramo fica localizado a 10 km da área central do município de Sinop. Existe apenas uma rua de acesso e nenhuma das ruas transversais têm saída, além disso, o bairro é carente dos equipamentos sociais para uma vida digna, que evidencia um gueto incrustado no município de Sinop, esquecido e abandonado pelo poder público.

As chácaras de lazer São Cristóvão foram criadas para atender as necessidades daqueles que não reuniam condições financeiras para adquirir um imóvel dentro do perímetro urbano do município. As áreas não são regulamentadas, porém têm registros na

Prefeitura como área urbana, mas sob a matrícula rural e, é feita a cobrança do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Esses fatos têm gerado intensas discussões<sup>72</sup> pela sua regularização para que os moradores possam ter acesso aos benefícios e aos equipamentos públicos.

Para Villaça (2001), a segregação nas periferias das cidades brasileiras é involuntária. E ainda, que não existem dois processos, mas apenas um, ou seja, quando há um vitorioso, existe um derrotado. A segregação de um se reflete na segregação do outro; no mesmo processo e ao mesmo tempo.

A segregação aumenta as diferenças e as divisões sociais, reduz as oportunidades de trabalho e aumenta a vulnerabilidade social. Não se trata somente de separação de outros grupos sociais, mas também de recursos e de serviços (empregos, serviços sociais, infraestrutura, etc.) e, nesse sentido, a segregação espacial pode conduzir à exclusão social.

Segundo Freitas (2009), os principais fatores são: a insuficiência das políticas habitacionais para setores de baixa renda, a pressão por moradia de baixo custo, o crescente valor dos terrenos bem localizados, a baixa qualidade do transporte público nas áreas mais afastadas, o insuficiente controle urbanístico pelo Estado.

---

<sup>72</sup> Preocupados com a situação dos loteamentos Chácara de Lazer São Cristóvão I e II, em Sinop, os vereadores Carlão Coca-Cola (PSD) e Leozenir Severo (PSD) se reuniram com o deputado estadual Baiano Filho (PMDB), no final da tarde desta terça-feira, 05 de junho 2010, em Cuiabá. Na reunião, que contou com a presença das moradoras Lucila Gomes e Izabel Bibó, os parlamentares reivindicaram o apoio do deputado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) a fim de garantirem as orientações necessárias para a juntada dos documentos e a conseqüente retomada do processo de regularização das chácaras que, apesar de serem consideradas urbanas, continuam sob a matrícula rural. “É uma luta de mais de 18 anos que não podemos mais protelar, o Estado precisa garantir a segurança dessas famílias, os moradores possuem o contrato dos lotes, mas precisamos garantir a posse definitiva sobre as escrituras”, enfatizou a vereadora Leozenir Severo, esposa do deputado Baiano Filho. Representante dos mais de 4 mil loteados, as moradoras também foram responsáveis pela formalização de um grande abaixo-assinado com a coleta de mais de 350 assinaturas, reforçando o apelo dos moradores pela segurança jurídica da área. “Tenho travado constantes lutas em defesa da regularização fundiária, especialmente no Nortão e Araguaia, enxergando o quanto é difícil para os produtores e suas famílias permanecerem na lida da terra sem a menor segurança do futuro. Os moradores do São Cristóvão podem ter em mim um parceiro na busca dessa garantia”, afirmou Baiano. Disponível em: <[www.baianofilho.com.br/site/?p=2328](http://www.baianofilho.com.br/site/?p=2328)>. Acesso em: 15 mar. 2013.



Figura 52: Localização das habitações populares no município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Prefeitura de Lucas Rio Verde (2012)

Exemplo disso é o bairro Tessele Junior, o qual, em sua maior parte, é ocupado por operários da Sadia (BRF) onde foram construídas 1500 residências. A separação acontece espacial e simbolicamente onde a cidade separa-se da vila, estigmatizando seus moradores principalmente os nordestinos como desordeiros, que sujam a cidade, brigam, bebem muito. Ao entrevistar um comerciante do bairro, ele relatou que:

O bairro, nos dias de semana, é tranquilo, porém nos finais de semana a coisa fica feia, o maranhenses bebem muito, brigam. Nessa semana mesmo esfaquearam dois aqui, mas o que a gente pode fazer? A Sadia precisa de gente para trabalhar, na região não se encontra ninguém, então a Sadia manda buscar lá no Nordeste e toda semana chega um ônibus de lá (COMERCIANTE, 2013).

Para entender melhor, buscou-se informações que pudessem esclarecer melhor os fatos relatados pelo comerciante, então marquei uma entrevista com um dos pioneiros, hoje conceituado empresário e político local que procurou esclarecer todo o processo: uma empresa de recursos humanos, contratada pela Sadia, faz a seleção e entrevistas por intermédio do Sistema Nacional de Empregos em Pernambuco (SINE/PE). A empresa oferece transporte, assistência médica, casa e dois salários mínimos com a promessa de reajustar os vencimentos depois de dois meses da contratação. Os que se instalam na Vila da Sadia pagam um valor em torno de 20% do salário mensal para a fábrica a título de aluguel, pois, no contrato de trabalho firmado com cada trabalhador, existe uma cláusula sobre a possibilidade de transferência do título de propriedade do imóvel para o morador depois de um determinado tempo de moradia.

Porém algumas indagações ficaram pendentes, por que trazer trabalhadores do Nordeste? Nessa entrevista foram feitas algumas correções verbais no texto para melhor entendimento do leitor:

Com o crescimento do município, precisamos de mão obra em Lucas, faltam, no mínimo, 5.000 trabalhadores, mas não de mão de obra qualificada, mão de obra bruta, pedreiro, carpinteiro para bater no chão de fábrica e não tem essa mão de obra em Mato Grosso, pois o Mato Grosso é um vazio demográfico, um gigante adormecido. Aí você começa a trazer (referindo-se ao nordestino), o sulista não se adapta muito bem aqui, ele vem para trabalhar na agricultura, mas para trabalhar em fábrica ele não se adapta e aí tem que ir ao Nordeste captar essa mão. Vem outro desafio: como fixar essa mão de obra? Precisa de escola de qualidade, PSF (Posto Saúde da Família), tem que ter praça, tem que ter área de lazer, o povo é muito de lazer, não está preocupado em poupar dinheiro, eles querem ter lazer, se divertir (PIONEIRO, 2013).



Como afirma Corrêa (1993, p. 7):

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. A tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e encontro social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Dando continuidade ao relato da entrevista:

Outra coisa muito importante é a habitação, a família no final de um ano, um ano e meio depois. Começa a bater a saudade, aí ele volta ou ele fica, mas para ele ficar, não basta ele ter um emprego, ele tem que ser dono de alguma coisinha, ele tem que ter um negócio, que ele ficou a vida inteira e não ganhou: a casa. Aí para ter a casa, para o poder público é mais um desafio: Como planejar a cidade? Mas, depois de um tempo, começa a ter um choque dos que chegaram primeiro, com o que estão chegando agora. Começam a incomodar os velhos, aí é como você botar duas famílias em uma casa. Os velhos começam a reclamar e aí começa a peleia (discussão) aqui, peleia ali. Essa parte tem que se organizar e trabalhar com a assistência social, organizar, para que os pioneiros sejam valorizados e não percam a sua identidade. Os novos têm que se sentir bem acolhidos, porque não tem como tocar a indústria e sem mão de obra hoje. Não toca e outra, você vai trazer esse povo do Nordeste, esse povo que vem do Nordeste é um povo até que (pausa), são pessoas boas, rústicas, trabalham muito, aguentam o sol, mas são pessoas carentes (PIONEIRO, 2013).

Na entrevista, pôde-se constatar uma clara tendência à consolidação de processos de segregação, hierarquização, e exclusão quando ele relata:

- a) O conflito gerado pela vinda desses migrantes com os pioneiros;
- b) Da necessidade da contratação da mão de obra dos nordestinos porque os sulistas não se sujeitariam a realizar essas tarefas;
- c) Em ter um negócio, que ele ficou a vida inteira e não ganhou, a casa;
- d) Esse povo que vem do Nordeste é um povo até que (pausa), são pessoas boas, rústicas.

Nas situações referidas, as representações sociais procuram adequar-se às condições de sua existência, de forma positiva, criando referências por meio de objetos simbólicos que representem e valorizem suas identidades. Exemplo disso é figura do

semeador representando os pioneiros (sulista); em contrapartida, aparecem frases em lugares, como se fossem espaço exclusivo para determinado público (nordestinos).



Figura 53: Representações do universo simbólico no município de Lucas do Rio Verde  
Fonte: Lacerda, (2013).

Segundo Marcuse (2004), historicamente, existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira:

- Divisão Cultural – realiza-se a partir da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade;
- Divisão Funcional – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.
- Divisão por Diferença no Status Hierárquico – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

A apropriação e a utilização desigual do espaço urbano, evidenciadas principalmente pelo déficit habitacional associado à segregação sócio espacial, traduzem uma das dimensões mais marcantes e visíveis da exclusão social. De acordo com as formulações de Correa (1999), o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão. Segundo esse modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que, na periferia, viviam os pobres.

Para Villaça (1997), o Estado articula uma relação de subordinação à classe dominante, que destaca três esferas de controle da produção e consumo do espaço urbano por essa classe:

Esfera Econômica: a partir do controle do mercado imobiliário, que atende os desejos de localização espacial da classe dominante.

Esfera Política: ocorre pelo controle do Estado, que se manifesta de três maneiras:

- Controle sobre a localização da infraestrutura urbana.
- Controle da localização dos aparelhos do Estado.
- Controle da legislação de uso e ocupação do solo urbano.

Na esfera Ideológica: através do desenvolvimento de ideias dominantes que visa auxiliar, em determinados momentos, à dominação da sociedade e aceitação por parte desta de seus ideais. Entretanto, para entender o processo de segregação, deve ser compreendido o seu papel de estruturação do espaço urbano e, portanto, a escala analisada deve ter alcance mais abrangente que os bairros. Tal estruturação resulta dos conflitos entre classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano e da apropriação do espaço enquanto produto do trabalho.

Em uma ação conjunta, Estado, proprietários fundiários e agentes imobiliários promovem a ocupação urbana (SMOLKA, 1992). Observa-se que o próprio mercado imobiliário, por vezes atuando sob o olhar negligente do Estado, encarrega-se de produzir acessibilidade(s), ao invés de “simplesmente” distribuir imóveis ou atividades. Os produtos imobiliários são distribuídos e dimensionados respondendo a determinados interesses,

como dos proprietários fundiários interessados na conversão da terra rural em urbana, promovendo a expansão do território urbano, com o intuito de obtenção de maior renda de sua propriedade.

Esses grupos também pressionam o poder público, visando à interferência na definição das leis de uso e de ocupação do solo e zoneamento urbano (CORRÊA, 1999). Essa intromissão traduz-se na criação dos condomínios fechados e loteamentos de padrão elevado, cujo maior atributo são as amenidades oferecidas. Utilizando-se das campanhas publicitárias como uma forma de exaltação das qualidades da área, promovem o aumento do preço da terra, criando bairros ainda mais seletivos dentro da cidade.

A especulação imobiliária deriva de dois elementos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. Dessa forma, o processo que origina a especulação se alimenta de expectativas que, coletiva ou individualmente, são criadas em relação a um dado território; se realizadas, dão forma a outras tantas. Isso pode ser ilustrado na diferenciação de áreas dentro das cidades que produzem uma disputa por parte da população que possui mais massa monetária, pelas localizações onde estão estabelecidas as melhores condições de moradia que se traduzem por acesso a saneamento básico, acesso aos espaços de entretenimento e educação, existência de segurança ao patrimônio e tranquilidade: silêncio, arborização e proximidade à natureza (SANTOS, 1994).

A propaganda em via pública dos empreendimentos, nos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde, vincula o empreendimento à valorização da natureza “eco-marketing”. Igualmente, associa-se à ideia de felicidade com aquisição do imóvel e de seus exclusivos elementos, a natureza e suas áreas de lazer, oferecendo todo conforto e segurança que seu dinheiro pode comprar. A exemplo disso é o loteamento fechado Portal da Mata próximo as áreas de outros condomínios como Carpe Dien e Mondrian localizados a 10 km da cidade de Sinop, além dos muros se utilizam das reservas permanentes (nascentes e córregos dos rios) para manterem seu isolamento.



Figura 54: *Outdoor* em via pública anuncia o novo empreendimento imobiliário no município de Sinop  
Fonte: Lacerda (2013)

A natureza, material e simbolicamente, incorpora-se à esfera de um mundo capitalista, de uma “racionalidade instrumental” e da criação de um conjunto de necessidades que parecem ser naturais ao homem, mas que se constituem apenas em mais possibilidades de consumo. Marx (1962, p.144), criticando a transformação da natureza em mercadoria e sua apropriação pelos capitalistas, escreve que “todo produto é uma isca por meio da qual o indivíduo tenta apanhar a essência da outra pessoa, o dinheiro dela”.



Figura 55: *Outdoor* do condomínio residencial da Mata em via pública no município de Lucas do Rio Verde  
 Fonte: Lacerda (2013)

O condomínio tem apenas 55 lotes com aproximadamente 1.200m<sup>2</sup> cada. Situado próximo o novo centro cívico é um empreendimento moderno, como os de grandes cidades, cercado por uma mata virgem, com segurança para a família e amplo espaço de áreas sociais, de lazer e esportes. Espaço *fitness*, espaço *gourmet*, lago ornamental, quadras de tênis e futebol *society*, piscina coberta com teto retrátil e raia, *playground*, brinquedoteca, churrasqueira com vestiários, pista de *cooper*, dentre outros atrativos. O condomínio conta também com toda a infraestrutura de segurança que um grande empreendimento deve ter para oferecer melhor qualidade de vida e mais segurança aos moradores.

Também foi lançado um loteamento aberto que fica em uma área muito privilegiada pela sua localização, cercado por avenidas estruturais da cidade, onde já se encontra o

paço municipal. O Parque dos Buritis, conta ainda com um moderno projeto urbanístico para integrar a moradia com a natureza, para viver em um lugar completamente personalizado. Um a área de 1.000.000 m<sup>2</sup>, resultando em 544 lotes para fins comerciais e residenciais, variando nos seus tamanhos acima de 800 m por unidade<sup>73</sup>.

Segundo Loureiro e Amorim (2005), é desse sonho e da recriação constante de um ideal de morar que a indústria imobiliária se alimenta, possibilitando a introdução constante de novos produtos no mercado que venham satisfazer as expectativas dos consumidores, bem como criar novas necessidades. Nesse mercado, a propaganda exerce um papel fundamental, ao manter viva a necessidade constante da aquisição de um lugar perfeito para morar.

O condomínio nega, entretanto, também, a possibilidade de construção coletiva de uma natureza urbana. Excluindo e negando a cidade, por eliminação da paisagem urbana, inserido no meio da tranquilidade da floresta, o empreendimento evidencia e aquilata a satisfação individual dos seus moradores em possuir um bem tão exclusivo, a natureza, ao disponibilizar academias, parque aquático, restaurantes como se o local suprisse todas as necessidades individuais.



Figura 56: Folder do condomínio Carpe Dien no município de Sinop  
Fonte: JMD Empreendimentos Imobiliários (2012)

<sup>73</sup>Dados disponíveis em: <[www.cenariomt.com.br/noticia.asp?cod=230491&coddep=3](http://www.cenariomt.com.br/noticia.asp?cod=230491&coddep=3)>. Acesso em 26 out. 2012.

A empresa JMD lançou vários empreendimentos imobiliários no município de Sinop tais como Residencial Carpe Dien, Mondrian, Aquarela Brasil, Portal da Mata. Todos com a promessa de todo conforto: quadras poliesportivas, restaurantes, academia, parque aquático e toda a segurança de um condomínio fechado. Além de aliar a ideia da natureza e do conforto, que está presente até no nome em francês do empreendimento, com as inúmeras possibilidades de lazer que serão oferecidas, seduz o morador a desfrutar de todas as atividades de um *resort* sem sair de casa. Estimativas indicam que no Carpe Dien<sup>74</sup> o número de moradores nesse empreendimento ultrapasse 5 mil. Considerando a área total do terreno, os espaços a que cada morador terá “direito”, bem como “a sua” parcela de natureza não serão tão extensos. Além desse empreendimento, outros como o Mondrian e Portal da Mata associam a ideia do condomínio com um bairro, que já nasce nobre.

Lefebvre (1969, p. 107-108) faz um alerta:

Também se deve estar atento para a mercantilização da natureza. O direito à natureza (ao campo e à ‘natureza pura’) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. [...] a natureza entra no valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente destroem essa ‘naturalidade’, da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A ‘natureza’, ou aquilo que é tido como tal, aquilo dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, da aposentadoria da ‘criatividade’.

Os agentes do mercado imobiliário, que constroem e vendem esses empreendimentos, fazem, no processo de super-exploração do valor de troca de seu condomínio, um espaço social, econômica e geograficamente segregado do restante da cidade, por intermédio da supressão da própria cidade. Mesmo que essa análise seja marcada apenas pela observação dos materiais de propaganda, as ideias começam a se materializar no espaço. No ato de negar a cidade, por eliminação da paisagem urbana na imagem, o condomínio nega também a possibilidade de construção coletiva de uma natureza urbana, pois excluídos, mesmo que ideologicamente, os condomínios dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde estão inseridos no meio da tranquilidade da floresta.

---

<sup>74</sup> Os condomínios foram projetados em áreas rurais de 90 hectares e divididos em lotes de 500m<sup>2</sup>.



A natureza, como parte do espaço geográfico, como elemento do território usado, é incorporada e produzida na forma de objetos e de ideias. É transformada em recurso pela valorização do espaço e um intenso uso do território. Esse denso e utilizável espaço geográfico, conectando homem e natureza, técnicas e cultura podem resultar em mentiras funcionais, definidas e criticadas por Santos (1982, p. 25), pois toda a natureza congelada no senso comum como paisagem tende a ser transformada em cartões postais e em fetiche.

Para completar “esse uso perverso da natureza, na cidade”, muitas áreas servem para barrar o acesso de grupos indesejados, bem como para impossibilitar a ocupação e a aproximação de classes de rendas distintas. Áreas verdes são construídas e mantidas com recursos públicos e, em prol da “qualidade ambiental”, são cercadas e protegidas com muros, cercas e câmeras de vigilância. Seu acesso é controlado e restrito, configurando-se em mais um dos casos de produção social da natureza, mas com a apropriação privada e exclusiva de um determinado grupo ou segmento de renda.

Entretanto, muitas dessas ações “inofensivas”, se analisadas isoladamente, podem esconder grandes intencionalidades perversas. A natureza serve para separar e segregar grupos sociais indesejados de uma determinada parcela da sociedade, ou a um nicho de mercado de atuação de empresas do ramo imobiliário. Dois bairros cujas rendas e valores dos imóveis são distintos podem ser separados por um parque.

Para Castells (1983, p. 210):

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc. Falaremos, por conseguinte de uma *estratificação urbana*, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de *segregação urbana*. Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia.

A natureza também pode ser usada como forma de contingenciamento ou separação de grupos e classes sociais, barrando os acessos e os contatos entre bairros de rendas distintas.

É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação sócio espacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Somente a separação das classes sociais no espaço pode agir como um instrumento de poder para a classe alta (VILLAÇA, 2000).

Afinal se constata que a segregação faz a oscilação dos preços do solo e não ao contrário como se imagina. Os bairros de classe alta tendem a se segregar em uma dada região da cidade, e não de forma aleatória por entre vários sentidos do espaço urbano, não há, portanto, apenas na busca por *status* e prestígio; essa segregação por região é chamada por Villaça de macrossegregação (VILLAÇA, 2001).

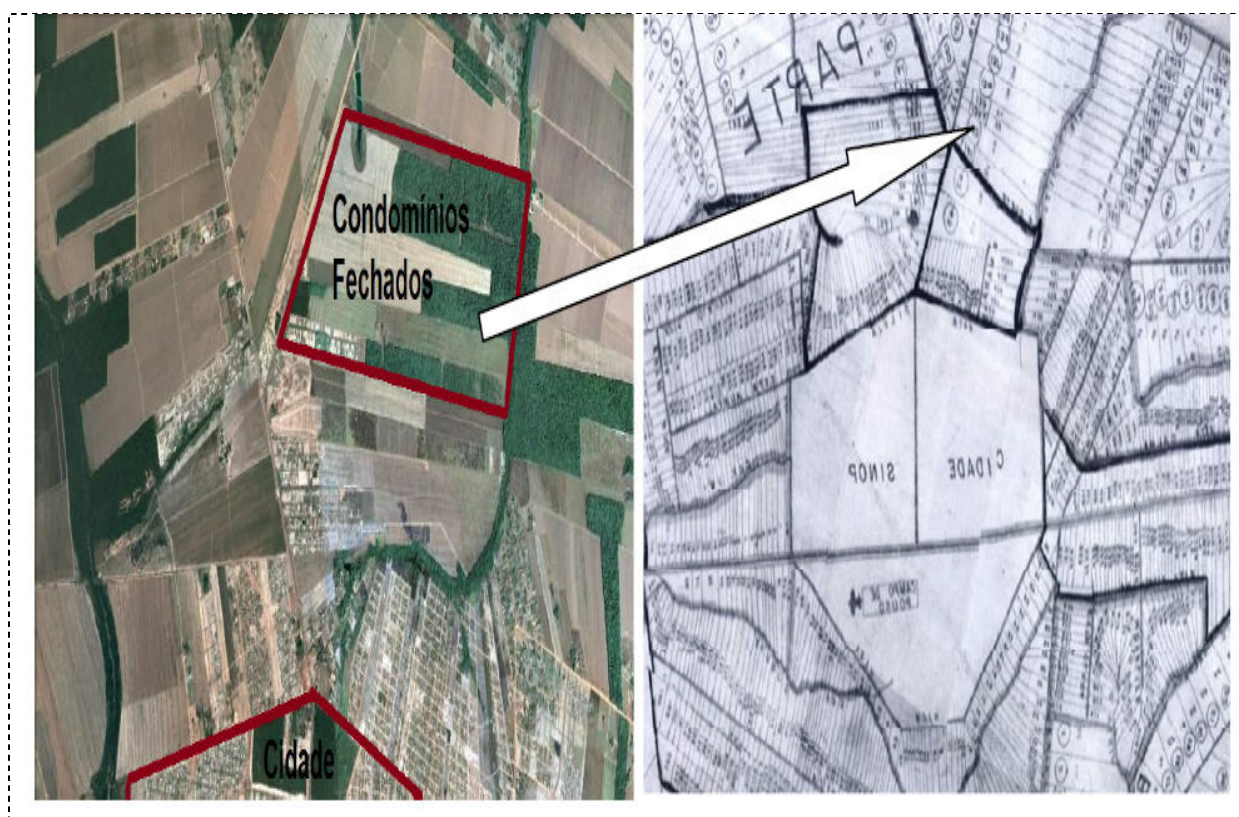


Figura 57: Localização dos condomínios no município de Sinop  
Fonte: Google Earth (2013) e Colonizadora Sinop.

Nesses condomínios e no seu entorno, a população passa a ser praticamente homogênea, nos aspectos econômicos, culturais, sociais, políticos, etc. A vida em condomínio cria uma dada territorialidade, momentaneamente, por um grupo específico que se diferencia pelas suas formas de viver. Essa é uma das tendências da substituição dos bairros, nos quais as diversas famílias conviviam por longos períodos de tempo, pelas territorialidades urbanas. Surgiram, portanto, espaços específicos, ocupados definidos basicamente por características estéticas, econômicas.

Para Santos (2000, p. 17):

Esta constituição de um individualismo exacerbado irá produzir uma dependência do consumidor ao novo mundo dos objetos, o que “limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz as possibilidades dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”.

Esses empreendimentos negam à cidade o local privilegiado para a vida e para o cotidiano urbano, que é, sem dúvida, o bairro que outrora continha ruas e praças apropriadas, comércios conhecidos e utilizados rotineiramente. Propiciava o encontro com os demais moradores, com suas vidas públicas e privadas se misturando na formação de uma identidade do bairro e em um sentimento de pertencimento. O bairro é também o lugar da diversidade, uma vez que os moradores possuem certa heterogeneidade socioeconômica, o bairro é um espaço aberto cheio de vida.

A segregação espacial nas cidades brasileiras acompanha a definição de Castells (1983) sobre a tendência de grupos socialmente homogêneos se aglutinarem em uma determinada região da cidade, mas essa proximidade não significa que o bairro será completamente homogêneo. Quanto à dimensão subjetiva que a população pobre tem da realidade objetiva da segregação é a da marginalização, da exclusão social, o que causa a desintegração social da família e da vida em comunidade, em relação ao bairro em que mora. Assim, a relação de vizinhança vai perdendo o sentido e cada vez mais as pessoas tendem a isolar-se em suas casas, perdendo totalmente os laços de amizade e de solidariedade coletiva.

Em outras palavras, os condomínios o segregam a cidade e, por sua vez, a cidade segrega os bairros mais pobres, situação que poderia se denominar de um *apartheid* social e espacial. Nas palavras de Santos (1998), a crise do contrato social produziu o fascismo do *apartheid* social que trata a segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e civilizadas. As selvagens são as zonas do Estado de natureza hobbesiano. As civilizadas são as zonas do contrato social; vivem sob a constante ameaça das selvagens. Para se defender, tornam-se castelos neo-feudais, enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana. Nas zonas civilizadas, o Estado age democraticamente, como protetor, ainda que muitas vezes ineficazmente ou de forma não confiável. Nas selvagens, age fascistamente, como Estado predador, sem nenhuma veleidade de observância, mesmo aparente, do direito.

## 6. CONCLUSÃO

Os municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde tiveram suas ocupações oriundas, dos projetos de ocupação e integração territorial, da crise no setor agrário em várias regiões do Brasil devido à modernização da agricultura que visava atender a intensificação da demanda mundial por alimentos (grãos), exigindo maiores extensões terras.

Esse fato impossibilitou a população rural da prática da agricultura em pequena escala, ocasionando uma massa de excluídos, considerados como mão de obra excedente e sem qualificação, que deveriam mover-se para novas fronteiras agrícolas ou serem abandonados no meio urbano sem nenhuma infraestrutura.

Essas ocorrências levaram os governos militares (1964-1984) a executar vários projetos com as seguintes características: geopolítica, voltada para a distribuição de terras para efetivar a ocupação; no âmbito econômico, para fortalecer a economia nacional a partir da produção e consumo de bens; e no âmbito social, no sentido de transferir o excedente populacional do Sul, Sudeste e Nordeste. Foi nesse contexto que surgiram os municípios de Sinop (1970) e Lucas do Rio Verde (1980). Apesar do espaço temporal, o motivo de suas concepções foi o mesmo; entretanto não foi capaz de reduzir as desigualdades sociais e o domínio das elites agrárias.

Os municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde desenvolveram rapidamente suas economias com base na agricultura tecnificada. Absorveram novas tecnologias que provocaram a diminuição da mão de obra nas áreas rurais; conseqüentemente, os núcleos urbanos receberam um fluxo populacional desproporcional, que se reflete nas áreas periféricas das cidades. O aumento populacional nos 10 últimos anos foram 135% em Lucas do Rio Verde e 51% em Sinop, segundo dados IBGE (2010).

A ocupação do território norte mato-grossense inicialmente pela agricultura e posteriormente pela indústria constitui-se em um dos trunfos do poder do capital. A formação e a distribuição dessa população residiram, no fato de que, ela fora concebida como um recurso. É fato histórico que o Estado tem todo interesse em uma distribuição estratégica da população pelo território, entretanto hoje são agricultura e as empresas, as maiores responsáveis pelo deslocamento e pela concentração da população em

determinados lugares. As empresas procuram realizar a maior mobilidade geográfica possível da população para satisfazer suas necessidades de mão de obra como explicitado nas cidades de Sinop e Lucas de Rio Verde.

A industrialização não é, necessariamente, o sinônimo de progresso e desenvolvimento. Há uma ilusão que o desenvolvimento propalado estará ao alcance de todos, que deflagrará em um processo de possíveis oportunidades inclusão econômica e social. Essa ilusão nos ofusca e nos impossibilita de associarmos degradação da sociedade e os meios econômicos que a sustenta. À medida que se torna mais evidente a colapso desse conceito, buscam-se novos modelos de desenvolvimento.

Talvez seja tempo para começar a criar novas alternativas ao desenvolvimento, pois o modelo de exclusão territorial e econômica definida em muitas cidades brasileiras é muito mais do que a expressão das diferenças sociais e de renda, funcionando como uma espécie de instrumento para o crescimento que, ao produzir cidades, reproduz desigualdades.

Na busca de concepções novas de desenvolvimento deve-se considerar a melhoria da qualidade de vida humana com a mínima degradação do meio ambiente, preocupando-se com a preservação da natureza para as gerações futuras, para isso devemos ter como princípio:

- a) Um desenvolvimento integrado a conservação da natureza;
- b) a satisfação das necessidades humanas fundamentais;
- c) perseguir equidade e justiça social;
- d) buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;
- e) manter a integridade ecológica.

Essa nova concepção de desenvolvimento deverá estar relacionadas com cinco dimensões de sustentabilidade:

- a) Sustentabilidade Social: o processo deve reduzir as diferenças sociais e considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade (necessidades materiais e não materiais);
- b) Sustentabilidade Econômica: alocação e gestão mais eficientes dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado;

- c) Sustentabilidade Ecológica: a utilização dos recursos deve obedecer ao ciclo temporal da natureza. Também preservar as fontes de recursos energéticos e naturais, utilizando-os com a mínima deterioração;
- d) Sustentabilidade Cultural: o respeito as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.
- e) Sustentabilidade Geográfica: relação mais equilibrada entre a cidade e o campo. Pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica da população, atividade e poder;

O processo de industrialização da agricultura tem como consequência concomitantemente um processo acelerado de urbanização que deveria representar um caminho para o crescimento econômico e o desenvolvimento desses municípios. No entanto, a evolução dos acontecimentos mostrou outro resultado, pois, ao lado do intenso crescimento econômico, não se alcançou o tão sonhado desenvolvimento, o que ocorreu foi o aumento das desigualdades e um processo de segregação social, econômica e cultural.

As reflexões sobre a segregação econômica e espacial não são avaliadas em relação ao distanciamento geográfico, pois seria incoerente se analisadas comparativamente aos grandes centros urbanos. Em cidades, como Sinop e Lucas do Rio Verde, a segregação econômica e espacial relaciona-se à mobilidade e à acessibilidade das vias urbanas que, na maioria das vezes, possui apenas uma via de acesso ao centro urbano e aos equipamentos sociais. Outra maneira para segregar as classes de baixa renda é fazer uso da natureza como bloqueio verde.

Enquanto as classes com maior poder aquisitivo vivem com sua natureza enclausurada e controlada pelos seus muros em seus loteamentos fechados, nos bairros de menor poder aquisitivo, a natureza fica relegada a mato; em outros, ainda, há total falta de qualquer natureza. Essas são as formas para isolar os indesejáveis, artifícios de que os agentes imobiliários se utilizam para isolar as classes de baixa renda.

A localização dos loteamentos fechados de alto padrão deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente. Geram-se, assim, acessos diferenciados aos equipamentos sociais, e conseqüentemente, à manutenção do *status quo*, além do controle e a reprodução do exército de mão de obra de reserva nessas cidades. Com tudo

isso, nota-se, ainda, a diminuição da qualidade de vida da população, no que tange o seu acesso a recursos básicos, como saúde, educação e saneamento básico. Há também um prejuízo cultural, no que diz respeito ao modo como essas pessoas passam a enxergar o mundo.

Enquanto o modelo baseado em eixos estruturadores de desenvolvimento baseia-se na eficiência das dinâmicas de mercado, cabe ao Estado o papel de eliminar os entraves do crescimento da economia e a função de regulação. Em ambas as estratégias assumidas para a região norte mato-grossense, pouco foi considerada a realidade histórica local para que se pudesse desenvolver um projeto conjunto com as populações diretamente afetadas. O que resultou desses modos de ocupação foi à concentração de renda e a desigualdade social.

No curso dessas questões desafiadoras, merece destaque o “admirável” crescimento econômico das cidades médias, que têm sido apontadas como protagonistas do anunciado “paraíso” de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro. O crescimento populacional das cidades pequenas e médias tem sido diretamente relacionado ao incremento de oportunidades de negócios, de abertura de novas frentes profissionais e de qualidade de vida.

Todos os dados apresentados demonstram que os municípios de Lucas do Rio Verde e de Sinop tiveram um crescimento acentuado nos últimos anos. Está-se diante de alguns dados favoráveis da estrutura socioeconômica desses municípios, mas ainda percebe-se um déficit em relação à distribuição de renda. Lares brasileiros que para ter acesso à educação, saúde, moradia entre outras necessidades, dependem diretamente do governo, que ao distribuir suas benesses retiram sua dignidade e sequestram a sua cidadania.

A idealização de fronteira econômica propalava em seu discurso a hegemonia do bandeirante contemporâneo, do pioneiro, reeditando um ideário de um Eldorado para atrair os primeiros fluxos migratórios nos anos de 1970. Essa estratégia foi retomada novamente para atrair um novo fluxo migrante para essas cidades do agronegócio onde os processos de segregação tende a assumir um caráter singular: a disseminação da ideia de que o “desenvolvimento” trará condições igualitárias de existência a todos os envolvidos no processo.



Porém não se pode esquecer que as políticas macroeconômicas e agrícolas em uma sociedade com economia cada vez mais integrada ao comércio global e urbanizada tal qual a dos municípios estudados, tendem a ser cada vez menos identificados como problemas rurais e não se resolvem apenas no campo ou na cidade. Isso implica que a progressiva reconversão da agricultura brasileira não poderá se efetivar de forma independente da matriz global do desenvolvimento. Resulta daí que qualquer projeto desenvolvimento para o conjunto não terá vigência nem se consolidará sem que se inicie desde logo, um processo orientado de ajustamento das políticas macroeconômicas e agrícolas.

Faz-se também necessário uma coerência na atuação dos órgãos públicos, bem como, criação e implementação de políticas de incentivo às universidades e instituições de pesquisas, no sentido de buscar soluções às essas questões. Além disso, encorajar e incentivar a iniciativa privada a participar desse processo através de estratégias que promovam o desenvolvimento econômico, porém primando pela qualidade de vida da população e a justiça social.

Porém as decisões e mudanças não dependem somente da vontade do indivíduo, nem é resultado de uma determinação maior, mas vão sendo construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de um todo.

Vale ressaltar ainda, que o intenso processo de modernização e industrialização da agricultura favoreceu apenas uma parte da população detentora dos recursos financeiros em detrimento daqueles desprovidos de capital. Estes acabaram buscando alguma atividade nos centros urbanos. Este foi o fator responsável pela elevada concentração da população e conseqüentemente a reconfiguração do território, que cria novas centralidades, eixos de valorização ou desvalorização da terra, provocando alterações nos preços que recaem com maior peso sob as populações mais pobres.

Que se distribui de forma desigual no território urbano, de forma dualizada entre ricos e pobres, com uma organização corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, o território é utilizado não como um mero reflexo das condições sociais, mas como um condicionador dessa participação nesse sistema econômico.

Deve-se rejeitar enfaticamente a proposta de crescer antes e distribuir depois, isto é, abandonar de vez a ilusão de que os efeitos do crescimento vão difundir-se como um todo no tecido social. Permanece a nós brasileiros como desafio, a tarefa de buscar e

novos modelos de desenvolvimento, de modo a torná-lo politicamente correto, socialmente justo, economicamente eficaz e sustentável.

## REFERÊNCIAS

AB' SÁBER AZ NACIB. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições**. 2001. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

ADA. Agência de Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal (PRODESAN): Estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008**. Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Organização dos Estados Americanos (OEA). Belém, 2005.

ALENCAR, A. et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Belém, Brasil. 2004.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BALAN, Jorge. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, v.5, jul./set., 1973, p. 5-79.

BARROZO, João Carlos. **Exploração e escravidão nas agropecuárias na Amazônia mato-grossense**. 1992. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1992.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*. v .19, n. 53, 2005.

\_\_\_\_\_. Logística e nova configuração do território: que geopolítica será possível? In: DINIZ, C. C. (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 2007, p. 267-299.

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). Sustentabilidade um novo (velho) paradigma do desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F. (Org.). **Necessidade e/ou possibilidade?** 3ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias (Org.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.p. 319- 367.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**. Caderno de Ciências da Terra. São Paulo: USP, Instituto de Geografia, 1988.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1995.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Transportes. **Planos de viação: evolução histórica (1808-1973)**. Ministério dos Transportes, Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_\_. ARQUIVO NACIONAL. **Os Presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano Amazônia Sustentável**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa Avança Brasil 2000-2003**. Eixos da América do Sul impulsionarão desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/noticia.asp?id=63&cod=BUSCA>>. Acesso em: 26 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Relatório do parcial Programa Avança Brasil 2012.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 22ª ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2000.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CANUTO, Antônio (Org.) et al. CPT. **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CASTEL, R. Lespièges de l'exclusion. **Revue Internationale d'Action Communitaire**, Paris: Lien Social et Politiques, (34), 1995.

CASTELLS, M. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. **Formação Territorial, Agronegócio e Atuais Mudanças na Estrutura Fundiária de Mato Grosso**. Revista NERA ano 9, n.8. Presidente Prudente, 2006.

COELHO, Maria Célia. Política e gestão ambiental (des)integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, Maria Célia; et al (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

CAPOBIANCO, João Paulo (org. e autor). **Mata Atlântica: avanços legais e institucionais para sua conservação**. São Paulo: Instituto Socioambiental - Documentos do ISA, no 4, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC, EdUSP, 1992.

COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, G. M. **Trabalho, individualidade e pessoa humana**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. 2005.

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.

CUNHA, J.M.P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro- Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos Populares**. São Paulo, v. 23 n. 1, p 87-107, jan/jun., 2006.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Tradução de: Cid Knipel Moreira.

DI PASQUALE, Giovanni. **História da ciência e da tecnologia**: da pré-história ao renascimento. Lisboa: Edições ASA, 2002.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA; Rogério Leandro Lima da (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). Desmatamentos e modos de vida na Amazônia. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DLUZNIEWSKI, Lucirene. **Do Cerrado estéril nasce uma terra de oportunidades**. Expolucas 2006. G&P. Lucas do Rio Verde: Gráfica Regente, 2006.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?**1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. 161 p. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 1994.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996

FEARNSIDE, P.M. Avança Brasil: environmental and social consequences of Brazil's planned infrastructure in Amazonia. **Environmental Management** 30: 748-763, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. Tradução de Marise Manoel.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970, cap. X e XI.

\_\_\_\_\_. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política** 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

GARCIA NETO, Luiz R. **Organização de dados e informações com vistas à elaboração de estratégias para o desenvolvimento do centro-norte matrossense**. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2000.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia social como prática de libertação**. 3º ed. Porto Alegre: Edipucrs. 2005.

GOETTERT, Jones Dari. **O vôo das pandorgas: migração sulista para Rondonópolis – MT**. 2000. Dissertação. (Mestrado em Ciências e Tecnologia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

GOMES, D. C.; SILVA, E. P. Dinâmica do desenvolvimento do cerrado sob a ótica evolucionista. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 3, 1998, Florianópolis. Anais. Florianópolis, 1998.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO Iná Elias et al (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GONÇALVES, Rafael Garcia. PALMEIRA, Eduardo Mauch. Suinocultura brasileira. In: **Observatorio de la Economía Latino americana**, n. 71, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização e multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: **Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. ANPUR, v. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HANSEN, W.G. How accessibility shapes land use. **Journal of the American Institute of Planners**, v.25, n.2, 1959, p.73-76.

HANSON, S. Getting there: urban transportation in context. In: HANSON, S., ed. **The geography of urban transportation**. New York/London, The Guilford Press. p.3-25, 1995.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Hucitec: São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, n.16, jun/set, 1982.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, AGB, nº 22, julho 2000.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KEYNES, John Maynard. **Economia/coletânea de texto de John Maynard Keynes**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1984. Tradução: Miriam Moreira Leite.

KON, Anita. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. In: **Pesquisa & Debate**, v. 10, n. 1, p. 42-76, 1999.

KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da produção rural no norte do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 52, 2, p. 79-94. 1991.



KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JACKSON, J.. **The thief at the end of the world - rubber, empire and the obsessions of Henry Wickham**. Londres: Duckworth, 2008.

JONES, S.R. **Accessibility measures**: a literature review. Transport and Road Research Laboratory, Laboratory Report 967, 1981.

LACERDA N. P. **Meio ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia mato-grossense**: caso Sinop. 2008. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Cáceres, Mato Grosso. 2008.

LAVINAS, L. A agro-urbanização da fronteira. In: **A urbanização da fronteira**. By Lavinas, Lena (ed). Series Monográficas 5, v. 1. p. 91-108. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Difel, 1969.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LENHARO, A. **A colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas (SP): Editora Unicamp, 1986.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1988.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI: Regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LOBO, Eulália. **História do Rio Janeiro do capital ao capital industrial e financeira**. Rio Janeiro. IBMEC. V 1977.

MACEDO, A.B. **Panoramas da degradação da terra no Brasil**. In: REBOUÇAS, A.C. (Org.). Panoramas da degradação do ar, da água doce e da terra no Brasil. São Paulo: IEA/USP; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1997.

MACIEL, Luis Gustavo. **Efetividade e eficácia das reservas legais e áreas de preservação permanente nos cerrados**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Política e Gestão Ambiental). Universidade de Brasília (UnB), 2008.

MAACK, R. **Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel Através do Sul do Brasil (1552 – 1553)**. Curitiba - PR, 1959.

MACHADO, Paulo Affonso Lemes. **Direito ambiental brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MATTOS, Carlos Meira. **Geopolítica e destinos**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.

\_\_\_\_\_. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1945.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica de economia política**. vol. I. (Os Economistas), São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAUCH, Claudia, Vasconcelos, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumerá, 1992.

MESQUITA, Olinda e SILVA, S. A agricultura brasileira: questões e tendências. In: FIBGE (ed.) **Brasil**: uma visão geográfica dos anos 80. Rio de Janeiro. IBGE. 1988.

MESZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**(I. Tavares, Trad.). São Paulo: Boitempo. 2006.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORENO, Gislaene. **Os (des)caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso**. 1993. Tese. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.1993.

MUMFORD, L. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MULLER, C. C. Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. In:\_\_\_\_. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.n. 3. p. 45 a 74.

MÜLLER, T. M. 1824 **Antes e depois**: o Rio Grande do Sul e a Imigração alemã. Consulado Geral da República Federal da Alemanha. Nova Petrópolis: Amstad, 2004.

MURADAS J.**A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MURARD, N. Pauvresetcitoyens?Faites vos Preuves! In: **Rapport de Recherche**. Paris: Trass, 1995.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Caderno CRH**, 21, Salvador, jul./dez., 1994.

NEPSTAD, D. et al. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. Belém, Gráfica e Editora Alves, 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. Tese de livre-docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São OLIVEIRA Paulo, 1997.

João Mariano. **A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop**. . Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1983.

OLIVEIRA, Francisco. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maciel da. **Amazônia e a crise da modernização**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém- Pará, 1994.p. 86.

OLIVEIRA, M. L. P. de. **O projeto de colonização particular da Gleba Celeste, na fronteira agrícola**. Geosul, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 21-38, jul./ dez. 1988.

OSADA, N. M. PRODECER: projetos no Cerrado e dívidas agrícolas. **Carta Asiática**. (Artigos). Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, 1999. Disponível em: <[http://www.nupri.prp.usp.br/nupri/cartasia\\_indice.htm](http://www.nupri.prp.usp.br/nupri/cartasia_indice.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PASSOS, Messias M A. urbanização da fronteira agrícola na Amazônia Matogrossense. **Cadernos de Geografia**, n. 17. Coimbra, F. L. U. C., 1998. p. 175-178.

\_\_\_\_\_. **A construção da paisagem no Mato Grosso – Brasil**. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.

PESSÔA, J. de M. **A revanche camponesa**. Goiânia, editora UFG, 1999.

PHILIP M; LAURENCE, William F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciência Hoje**.p. 61-65, maio 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. [1980].

RAIA Jr., A. A. **Acessibilidade e mobilidade na estimativa de um índice de potencial de viagens utilizando redes neurais artificiais e sistemas de informação**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil – Transportes). Universidade de São Paulo (USP). Escola de Engenharia de São Carlos. 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores: Peres, José Augusto de Souza, *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RIVAS, E. D. **BR-163: muitos personagens, a mesma história**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=761&sid=8>> Acesso em: 14 out. 2011.

REYDON E CORNÉLIO, F. N. M. **Mercados de terras no Brasil: estrutura e dinâmica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Nead, 2006.

ROCHA, Julio César de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica**. São Paulo: LTr, 1997.

ROCHA, Betty Nogueira. **Em qualquer chão: sempre gaúcho! A multiterritorialidade do migrante “gaúcho no Mato Grosso**.Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

ROMEIRO, A.R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. de. (org.) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RUA, Maria das G. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998.

RUIZ, Manoel. Proálcool e seu desenvolvimento. 2006. Disponível em: <<http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=180>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais**: um estudo das migrações campo-campo do Sul do país em direção ao norte de Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SÁNCHEZ, Roberto Omar. **Zoneamento agroecológico do estado de Mato Grosso**: Ordenamento ecológico-paisagístico do meio natural e rural. Cuiabá: Fundação de Pesquisa Cândido Rondon, 1992.

SAQUET, Marcos Aurélio et al. Paisagem, espaço, território: uma questão de método. In: **Jornada científica da Unioeste**. Anais. Toledo, 2003.

SANTOS, B. de S. Os fascismos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 1998. Caderno Tendências/Debates.

SANTOS, M. **Por uma geografia Nova**. São Paulo. Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2003.

SAYAGO, Doris A. V. et al. (Org.). **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: UnB, 2004.

SCHLESINGER, Sérgio, NORONHA, S. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Estado Novo**: um auto-retrato. Rio de Janeiro - Brasília: CPDOC/FGV-Universidade de Brasília, 1983 (Col. Temas Brasileiros, 24).

SILVA M. A.; MENEZES, M. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. Brasília: NEAD, 2006. Disponível em: <[www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes\\_Rurais\\_no\\_Brasil\\_velhas\\_e\\_novas\\_questoes.pdf](http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2011.

SMOLKA, M.O. Estrutura intra-urbana e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. IPPUR, UFRJ. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jul., 1992.

SORMANI, Horácio. **Formación social y formación espacial**: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. Estudios Sociales Centro- Americano. São José de Costa Rica. V 6. n° 17, Mayo/Ago.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos** – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SORRENSON, W.J., MONTOYA, L.J. **Implicações econômicas da erosão do solo e do uso de algumas práticas conservacionistas** no Paraná. Boletim técnico IAPAR, n.21, ago. 1989.

TAGORE, M.R.; SIKDAR, P.K. **The new accessibility measure accounting mobility parameters**. Paper presented at 7 th WORLD CONFERENCE ON TRANSPORT RESEARCH. The University of New South Wales, Sydney, Austrália, 1995.

TORQUATO, A.M.S.C. e SANTOS, E. **Políticas de transporte e pobreza urbana: reflexões e evidências em um bairro periférico de Natal**. In: Congresso de pesquisa de Ensino em Transportes Anpet, 18, 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, novembro/2004.

TEIXEIRA, L. **A Colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP –Presidente Prudente: São Paulo, 2006.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005, p.37-49.

TORRES, Mauricio. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

UDERMAN, Simone. MENEZES, Vladson B. Os novos rumos da indústria na Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 29, n. especial, p. 715-737, Fortaleza, julho de 1998.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982, p.97-153.

VIDIGAL, Circe da Fonseca. **Sinop: a terra prometida**. Geopolítica da ocupação da indústria do setor madeireiro de Sinop. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação de Geografia. USP, São Paulo, 1992.

VIEIRA, Paulo A. S. **Ordem e progresso: colonização e desenvolvimento em Mato Grosso: o caso de Sinop**. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, 2003.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Lincoln Institute/Fapesp/Studio Nobel, 1998.



\_\_\_\_\_. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** VII Encontro Nacional da ANPUR (1997).Disponível em:<[www.flaviovillaca.arq.br](http://www.flaviovillaca.arq.br)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

YOKOTA, Paulo. **"Fragmentos sobre as Relações Nipo-Brasileiras no Pós-guerra"**. Rio de Janeiro: Top books; São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuro, 1997

WEFFORT, F.C. **Qual Democracia?**São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na nova terra:** assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80.1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. **Encantos, caminhos e desencontros:** migração-colonização na Amazônia mato-grossense. Cáceres: Editora UNEMAT, 2005.